

Marco Filipe Henriques Sancho Beltrão

A Rua Reconstruída
Qualificação do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva

Orientadora: Patrícia Santos Pedrosa
Co-Orientador: Paulo Figueiredo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa
2012

Marco Filipe Henriques Sancho Beltrão

A Rua Reconstruída
Qualificação do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura no Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Prof.^a Doutora Patrícia Santos Pedrosa
Co-Orientador: Prof. Paulo Figueiredo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa
2012

Resumo

O facto de existir uma disfuncionalidade entre o espaço e/ou tempo de socialização num contexto citadino levou-me a tentar perceber de que forma é que este desfasamento poderia ser uma consequência directa de um planeamento menos conseguido, onde não existem espaços com uma escala capaz de mediar a cidade e o Homem. Com o desígnio de reconciliar estas duas entidades, optei por centrar a minha investigação num espaço que articula a cidade, materializada pela rua, com o Homem, metaforizado pelo apartamento. Tratando-se portanto, do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva (EleHC).

O objectivo de estudo deste trabalho consiste em compreender o EleHC. Correspondendo o EleHC, ao espaço, dos edifícios de habitação multi-familiares urbanos, que liga os fogos à via pública. Com esta investigação interessava-me perceber de que forma este espaço poderia ser qualificado com o propósito de estabelecer uma relação de mediação entre cidadão e cidade, passível de ser apropriada e vivida. Mais do que a criação de zonas residuais, interessava-me desenvolver um núcleo habitacional, habitável, capaz de promover a interacção e a cooperação entre vizinhos.

Abstract

Taking into consideration the fact that in the city context there is a dysfunction between space and/or time for socialization, leave me thinking that in a way this lag could be a result of poor urban planning, where no spaces, establishing relation between city and men, exists. Aiming the reconciliation of these entities, the option was to center the investigation in the idea of space that articulates city as the street and men as the flat. The Interstitial Space in Collective Housing (ISiCH).

Understanding that ISiCH is the purpose of this work. Whereas ISiCH is the space of collective housing that links dwellings and public roads. In this research, I was interested in how space could be qualified with the intention of mediating relation between citizens and city, in order to be appropriated and experienced. More than creating residual areas, I was interested in developing a housing core, suitable, being able of promoting cooperation and interaction between neighbors.

Abreviaturas

EleHC - Espaço Intersticial em Habitação Colectiva

OSA - Associação de Arquitectos Contemporâneos

URSS - União das Republicas Socialistas Soviéticas

CIAM - Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna

CIRPAC - Congresso Internacional para a Resolução dos Problemas da Arquitectura Contemporânea

Le Corbusier - Charles Edouard Jeanneret Gris

UdHdM - Unidade de Habitação de Marselha

Índice

Introdução.....	7
1. Dispositivos Urbanos	16
1.1. Híbridos.....	16
1.2. Condensadores Sociais.....	21
1.3. Pensamento Transversal.....	28
2. A Rua.....	36
2.1. Espaço Apropriável	36
2.2. Espaço de Fluxos.....	42
3. Reflexões sobre o Espaço Intersticial	47
3.1. Pensamento Intersticial	47
3.2. Intersticiando.....	53
4. Projecto	63
4.1. Centro de Consumo	64
4.2. A Rua Reconstruída	68
Conclusão.....	77
Bibliografia.....	79
Índice Remissivo.....	88
Anexo 1 - Imagens.....	90
Anexo 2 - Desenhos Técnicos	143

Índice de Imagens

1. Dispositivos Urbanos	91
Imagem 1.....	91
Imagem 2.....	91
Imagem 3.....	91
1.1. Híbridos.....	91
Imagem 4.....	91
Imagem 5.....	91
Imagem 6.....	92
Imagem 7.....	92
Imagem 8.....	92
Imagem 9.....	93
Imagem 10.....	93
Imagem 11.....	93
Imagem 12.....	93
Imagem 13.....	94
Imagem 14.....	94
Imagem 15.....	94
Imagem 16.....	94
Imagem 17.....	95
Imagem 18.....	95
Imagem 19.....	95
1.2. Condensadores Sociais.....	96
Imagem 20.....	96
Imagem 21.....	96
Imagem 22.....	96
Imagem 23.....	96
Imagem 24.....	97

Imagem 25.....	97
Imagem 26.....	97
Imagem 27.....	97
Imagem 28.....	97
Imagem 29.....	97
Imagens 30, 31 e 32	98
Imagem 33.....	98
Imagem 34.....	99
Imagem 35.....	99
Imagem 36.....	100
1.3. Pensamento Transversal.....	101
Imagem 37.....	101
Imagem 38.....	101
Imagem 39.....	102
Imagens 40, 41, 42, 43, 44 e 45	102
Imagem 46.....	103
Imagem 47.....	103
Imagem 48.....	103
Imagem 49.....	103
Imagens 50, 51 e 52	103
Imagem 53.....	104
2. A Rua.....	105
Imagem 54.....	105
Imagem 55.....	105
2.1. Espaço Apropriável	106
Imagem 56.....	106
Imagem 57.....	106
Imagem 58.....	106
Imagem 59.....	106

Imagem 60.....	106
Imagem 61.....	107
Imagem 62.....	107
Imagem 63.....	107
Imagem 64.....	108
Imagem 65.....	108
Imagem 66.....	108
Imagem 67.....	109
Imagem 68.....	109
2.2. Espaço de Fluxos.....	110
Imagem 69.....	110
Imagem 70.....	110
Imagem 71.....	111
Imagem 72.....	111
Imagem 73.....	112
Imagem 74.....	112
Imagem 75.....	112
Imagem 76.....	113
Imagem 77.....	113
Imagem 78.....	113
Imagem 79.....	114
3. Espaço Intersticial.....	115
Imagem 80.....	115
Imagem 81.....	115
Imagem 82.....	115
Imagem 83.....	115
3.1. Pensamento Intersticial	116
Imagens 84 e 85.....	116
Imagem 86.....	116

Imagem 87.....	117
Imagem 88.....	117
Imagens 89, 90 e 91	118
Imagem 92.....	118
Imagens 93, 94 e 95	119
3.2. Intersticiando.....	119
Imagem 96.....	119
Imagem 97.....	120
Imagens 98, 99, 100 e 101	120
Imagem 102.....	121
Imagem 103.....	121
Imagem 104.....	121
Imagem 105.....	122
Imagens 106, 107 e 108	123
Imagens 109 e 110.....	123
Imagem 111.....	124
Imagem 112.....	124
Imagem 113.....	124
Imagem 114.....	124
Imagens 115 e 116	125
Imagem 117.....	125
4. Projecto	126
4.1. Centro de Consumo	126
Imagem 118.....	126
Imagem 119.....	127
Imagem 120.....	128
Imagem 121.....	129
Imagem 122.....	130
Imagem 123.....	131

Imagem 124.....	132
Imagem 125.....	133
Imagem 124.....	134
4.2 A Rua Reconstruída	135
Imagem 125.....	135
Imagem 126.....	136
Imagem 127.....	137
Imagem 128.....	138
Imagem 129.....	139
Imagem 130.....	140
Imagem 131.....	141
Imagem 132.....	142

Introdução

As cidades caracterizam-se por terem uma concentração de pessoas alta e como tal, deveriam ser vistas como pontos de encontro social, onde caberia aos espaços, de uso público, a principal função de agregação. No entanto, este conceito é mais facilmente associado a uma aldeia do que a uma grande cidade. Enquanto a escala da aldeia confere características espaciais capazes de sustentar a coesão social, em contrapartida, as cidades desenvolvem-se a uma escala completamente diferente.

Planeadas de modo a serem penetradas e subjugadas pelos carros e onde a escala humana deixou de ser uma preocupação, as cidades passaram a ser ramificações urbanas repletas de casulos. As pessoas estabelecem-se num determinado espaço com o desígnio de atingirem os seus objectivos pessoais e não com o intuito de se fixarem num determinado local. A lacuna no relacionamento urbano é apenas uma consequência das intenções e das expectativas de cada cidadão.

O facto de existir uma disfuncionalidade entre o espaço e/ou tempo de socialização num contexto citadino levou-me a tentar perceber de que forma é que este desfazamento poderia ser uma consequência directa de um planeamento menos conseguido, onde não existem espaços com uma escala capaz de mediar a cidade e o Homem. Com o desígnio de reconciliar estas duas entidades, optei por centrar a minha investigação num espaço que articula a cidade, materializada pela rua, com o Homem, metaforizado pelo apartamento. Tratando-se portanto, do Espaço Intersticial em Habitação Colectiva (EleHC).

O objectivo de estudo deste trabalho consiste em compreender o EleHC. Correspondendo o EleHC, ao espaço, dos edifícios de habitação multi-familiares urbanos, que liga os fogos à via pública. Com esta investigação interessava-me perceber de que forma este espaço poderia ser qualificado com o propósito de estabelecer uma relação de mediação entre cidadão e cidade, passível de ser apropriada e vivida. Mais do que a criação de zonas residuais, interessava-me desenvolver um núcleo habitacional, habitável, capaz de promover a interacção e a cooperação entre vizinhos.

A necessidade de privacidade, que o arquitecto português Nuno Portas descreve no seu livro *A Habitação Social* (2004, p. 20), encontra-se caracterizada pelo espaço ao qual as pessoas retomam no final de um cansativo dia de exposição à vida pública.

Porém se este espaço é privado do agregado familiar, rapidamente passamos para um ambiente de isolamento e não de privacidade. A introdução de um espaço intersticial que faça a ponte entre público e privado, de modo a introduzir uma noção de familiaridade entre vizinhos, é, para mim, um dos principais pontos a ter de ser reinterpretado naquela que é a ideia de espaço urbano capaz de integrar e assimilar, de forma harmoniosa, a presença dos seus moradores.

Atendendo a uma intenção de organização dos conteúdos desta investigação, o trabalho foi dividido em quatro partes, das quais três são teóricas e uma é prática, dizendo esta respeito à parte projectual. Tendo sido proposto como um problema apresentado à escala da cidade, pareceu-me ser coerente organizar o trabalho segundo uma lógica de aproximação ao tema proposto. Desta feita, a estrutura da investigação começava a ganhar algumas semelhanças com o projecto, pelo facto, de ambos terem sido fundamentados por uma gradação de escalas.

Tanto a primeira, como a segunda parte deste trabalho, apresentam-se como temas introdutórios a um tema principal que é o Espaço Intersticial. Neste sentido, a primeira parte do trabalho diz respeito aos Dispositivos Urbanos e procura demarcar a importância dos Híbridos e dos Condensadores Sociais, enquanto dispositivos com a capacidade de atrair e/ou agregar as massas. No separador dos Híbridos é feita uma breve passagem pela história de Manhattan, com base nos textos do arquitecto holandês Rem Koolhaas, com o objectivo de demarcar um período que vai desde a descoberta do elevador até à sua decisiva propagação e que viria a resultar no conseqüente adensar, populacional e funcional, de Nova Iorque.

Os Condensadores Sociais surgem neste trabalho por representarem uma parte significativa dos projectos de habitação aqui referidos, tais como: o edifício *Narkomfin*, a Unidade de Habitação de Marselha (UdHdM) e o projecto de reabilitação do Mercado do Chão do Loureiro, *i5*. Este subtema, acaba também, por funcionar como contraponto à ideia do Híbrido, enquanto dispositivo infinitas vezes reproduzido ao longo das cidades. Ainda dentro do tema Dispositivos Urbanos, podemos encontrar o subtema Pensamento Transversal e que se apresenta como um apanhado de várias reflexões sobre a cidade contemporânea, da autoria de filósofos, arquitectos, cineastas, activistas ou antropólogos.

A segunda parte, desta investigação, aborda a temática da rua enquanto Espaço Apropriável e enquanto Espaço de Fluxos. A consciência da rua enquanto Espaço Apropriável, que deve ser, encontra-se fundamentada na obra *Morte e Vida de Grandes Cidades* de Jane Jacobs, bem como, nos textos de Herman Hertzberger

(*Lições de Arquitectura*, 1991/2006). Nesta abordagem são feitas aproximações a temas como o contacto visual, a segurança, as fronteiras entre privado e público, a iluminação e as rotinas, na rua, enquanto espaço propício à interacção entre pessoas. Porém, o projecto da Matriz H, demonstra-nos que nem sempre as intenções de projecto são bem sucedidas e de entre outros factores negativos, encontramos a existência da rua enquanto Espaço de Fluxos.

O Espaço de Fluxos é aqui tratado como uma área, das cidades, que, por se encontrar desfasada da escala humana, se torna propícia a uma ocupação exagerada por parte dos automóveis. A intenção de trazer este tema para o trabalho surge com o intuito de querer deixar bem clara a forma como a estruturação do espaço urbano tem vindo a ser feita e as consequências daí provenientes. Nesse sentido, o texto de Manuel Castells (*A Reconstrução do Significado Social no Espaço dos Fluxos*, 2010/1989), revelou ser de significativa relevância.

A terceira parte do trabalho é aquela que contacta com as produções teóricas em torno do Espaço Intersticial. Estruturado em dois subtemas, o Espaço Intersticial pretende ser um ponto de partida para uma boa prática de projecto focada no EleHC. Recorrendo a alguns autores como Adolf Loos, Raúl Lino, László Moholy-Nagy ou Kevin Lynch, o primeiro subtema, Pensamento Intersticial, vai reunido alguns ensaios que visam apresentar um percurso, naquela que foi a gradual aproximação à temática do EleHC. Contudo, só em 1953 é que, contextualizados pelo nono Congresso Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM 9), o casal Alison e Peter Smithson, bem como, Aldo Van Eyck se propõem a reflectir sobre o espaço intersticial.

Ainda enquadrado pelo Espaço Intersticial, surge o subtema Intersticiando que articula três reflexões mais recentes sobre estes espaços intermédios. Com base nas reflexões de Herman Hertzberger (*Lições de Arquitectura*, 1991/2006) e de Nuno Portas (*A Habitação Social*, 2004), assim como, numa análise feita à UdHdM (Sequeira, 2008), este separador apresenta-se como uma forte sugestão às intenções de projecto.

A quarta e última parte consiste no desenvolvimento do projecto e que neste caso, pela forma como acabou por ser gerido, foi dividido em duas fases. Se numa primeira fase encontramos um projecto que resulta de uma vontade de começar a perceber o EleHC e de o desenhar de modo quase descomprometido. Na segunda fase, o desenvolvimento deste objecto de estudo encontra-se fundamentado pela experiência adquirida e conclusões retiradas da 1.ª fase de projecto, bem como, pela investigação apresentada ao longo das três primeiras partes da dissertação.

Este processo de investigação teve início, na disciplina de Métodos de Investigação em Projecto/ Científica, de segundo semestre do quarto ano, onde fomos induzidos a pensar sobre o objecto de estudo que viria a servir de base ao desenvolvimento da dissertação. Embora de uma forma pouco vinculativa e definitiva, percebi que, independentemente, do tipo de dissertação que iria desenvolver, seria uma investigação centrada na problemática da habitação. Muito por influência do documentário *Portugal, Um Retrato Social - Mudar de Vida*, da autoria de António Barreto, apresentado no âmbito da disciplina de Urbanística II - Ecologia Urbana e Sustentabilidade.

A investigação teve continuidade no semestre seguinte, na disciplina de Estudos Laboratoriais de Projecto em Arquitectura, onde comecei a desenvolver trabalho, com as indicações da minha actual orientadora. Nesta fase foi estabelecida uma aproximação mais clara e definida, ao tema proposto para desenvolvimento. Ainda no contexto desta disciplina, foi elaborado um estado da arte em torno do tema proposto, de modo a identificar grande parte da bibliografia relacionada e aqui apresentada.

A terceira etapa deste trabalho, foi desenvolvida no contexto da disciplina de Projecto IV, tendo daí resultado um desenvolvimento mais prático e experimental do trabalho, deixando, quase de parte, as consultas bibliográficas. O desenvolvimento desta fase acabou por ter uma correspondência directa com a primeira fase de projecto, correspondendo ao Centro de Consumo.

A fase seguinte foi marcada por um período de investigação bibliográfica, com acompanhamento regular dos dois orientadores, e conseqüente produção de grande parte do corpo escrito do trabalho. Nesta fase foi possível organizar pensamentos e restabelecer objectivo de desenvolvimento. Tendo ficado estipulado o desenvolvimento de um novo projecto, onde fosse possível testar as elações retiradas da investigação feita até então.

A última etapa, foi pontuada pelo desenvolvido do projecto conclusivo, denominado de A Rua Reconstruída, e pela redacção dos textos de enquadramento, tais como, a introdução e conclusão. À semelhança da fase anterior, também esta foi passada maioritariamente em casa, no entanto, durante este período final, o acompanhamento dos orientadores, passou a ser semanal.

1. Dispositivos Urbanos

Quando me propus estudar e pensar sobre o espaço intersticial, já havia levantado alguns problemas à escala urbana, que procuravam questionar e perceber os aspectos mais frágeis da vida urbana, tais como: o trânsito, a falta de tempo para estar com a família, o crescente isolamento das pessoas e o stress proveniente de toda esta rotina metropolitana. Porém, rapidamente me fizeram perceber que a ideia de resolver todos os problemas do mundo não seria o caminho mais equilibrado a seguir.

É certo que a cidade tem muitos problemas, no entanto interessava-me agora perceber onde é que eu podia focar a minha atenção para conseguir retirar o maior partido daquilo que a cidade é e nos oferece. Reflexões como as de Rem Koolhaas (2010), ou as de Massimo Cacciari (2004/2010) foram importantes, por apresentarem uma forma muito crítica de ler a cidade, sendo que segundo ambos os autores a cidade se encontra num estado de descaracterização, compensado por uma constante utilização do espaço público; utilização essa que muitas das vezes é retratada sobe a forma de fluxos. Toda esta problemática acaba por estar relacionada com o modo de habitar, viver e construir a cidade.

A problematização levantada ao redor da habitação urbana foi algo que a partir do início do século XX começou a ganhar importância no contexto arquitectónico, mobilizando historiadores, teóricos e críticos a produzirem ensaios focados nessa temática. Enquanto as reflexões em torno da habitação se faziam sentir no panorama europeu e asiático, começava a surgir nos Estados Unidos da América uma nova espécie de arquitectura, os edifícios híbridos (Mozas, 2011).

1.1. Híbridos

O aparecimento da consciencialização dos edifícios híbridos data do início do século XX com o adensar de alguns pólos urbanos e consequente aceitação da sobreposição de funções (Mozas, 2011, p. 13). A mistura de conteúdos programáticos surge como resposta à densidade, visto tirar proveito da centralidade que estes espaços conferem à cidade e, por outro lado, visam responder a um crescimento demográfico ao qual o espaço urbano horizontal já não dava vazão.

Porém esta realidade é melhor compreendida quando se recorre à história de Nova Iorque, sob as palavras do arquitecto holandês Rem Koolhaas (n. 1944). A península

de Manhattan foi descoberta pelo navegador e explorador inglês Henry Hudson (1550-1611), em 1609, quando este procurava uma nova rota, pelo norte, para encontrar a Índia [Imagem 5]. Embora não se tratasse da Índia a verdade é que desde cedo, Manhattan se demonstrou como um território propício à colonização – quatro anos depois já existiam quatro casas, entre elas cabanas de indígenas e em 1623 saem da Holanda rumo à península americana trinta famílias com o intuito de fundar uma colônia (Koolhaas, 1978/2008, p. 33).

A primeira organização territorial da cidade é feita pelo engenheiro Cryn Fredericksz, no ano da chegada das famílias colonizadoras, que orientado por instruções escritas, que havia trazido da Holanda, planeou "a fundação de Manhattan como se fosse uma parte de sua pátria fabricada" (Koolhaas, 1978/2008, p. 34). Nesta citação percebe-se uma natural tendência/necessidade dos colonizadores em retratarem os seus princípios culturais e a sua realidade urbana neste território virgem, de modo a sentirem o espaço como algo muito próximo da sua origem, ou seja, como uma nova casa. Porém Koolhaas opta por nos catapultar para uma realidade da revolução industrial como que a antever o desfecho de uma cidade dominada por uma retícula bastante limitadora; mesmo após a intervenção de Simeon de Witt, Gouverneur Morris e John Rutherford, na reorganização da malha urbana, em 1807. Organização que corresponde à malha que conhecemos hoje.

Entretanto na Europa a Revolução Industrial demonstrava ser um período rico em avanços tecnológicos e as Exposições Internacionais funcionavam como montras de apresentação ao resto do mundo. Destas exposições houve uma, realizada no Palácio de Cristal em Londres [Imagem 6], no ano de 1851, que cativou a atenção da comunidade Norte-Americana – que dois anos depois decidiu organizar a sua própria feira (Koolhaas, 1978/2008, p. 40).

Surge então, em 1853, a primeira Feira Mundial de Nova Iorque, localizada no terreno que se viria a tornar o Bryant Park, este evento foi caracterizado por duas sumptuosas estruturas conhecidas como a "agulha e o globo". A dita agulha consistia numa torre - construída em madeira, com o auxílio de braçadeiras de ferro – com 106,68 metros de altura, rematada na base por um conjunto de lojas e formando assim uma estrutura à qual deram o nome de Observatório *Latting* [Imagem 8]. Ao apresentar a sua primeira grande Feira Mundial, Manhattan sentiu-se na obrigação de ostentar o seu próprio Palácio de Cristal [Imagem 7] que com uma aparatosa cúpula ganhou a designação de globo (Koolhaas, 1978/2008, pp. 40-45).

Porém o arquitecto holandês destaca que o avanço mais surpreendente desta feira acabou por não ser nem o palácio de cristal nem o observatório *Latting* mas sim a invenção que Elisha Otis apresentou por baixo da grande cúpula do próprio palácio (Koolhaas, 1978/2008, pp. 43-44):

Elisha Otis, o inventor, monta numa plataforma que sobre - a principal parte da demonstração, pelo visto. Mas, quando chega ao alto, um assistente estende a Otis uma almofada de veludo onde repousa uma adaga.

O inventor pega a lâmina e parece atacar o elemento principal de sua invenção: o cabo que içou a plataforma e que agora sustenta sua queda. Otis corta o cabo; ele se rompe.

Não acontece nada, nem à plataforma nem ao inventor.

Presilhas de segurança invisíveis - essência do invento de Otis - impedem que a plataforma volte parar a superfície da terra.

Assim Otis introduz uma novidade na teatralidade urbana: o anticlímax como desfecho, o não-acontecido como triunfo.

Após esta amostra da história de Manhattan estavam em cima da mesa todos os factores que conduziriam ao desenvolvimento de uma das mais cosmopolitas cidades do mundo [Imagem 9]. A imposição de uma malha pré-estabelecida juntamente com o crescimento demográfico levou a que o valor do solo aumentasse, conduzindo o crescimento para a periferia. No entanto, a vontade que Nova Iorque tinha de se mostrar ao mundo levou ao aparecimento de uma expressiva estrutura vertical, o Observatório *Latting*, como que a sugerir um caminho, cuja direcção era o céu. Ficava apenas a faltar um pequeno incentivo a esta prática e eis se não quando aparece o elevador numa apresentação encenada pelo seu inventor, a confirmar a fiabilidade deste novo mecanismo. Foi a cereja no topo do bolo. O aval para construir em altura estava dado.

Estando o mote estabelecido, seguiu-se uma desesperada corrida ao céu. Cada um tinha os seus motivos especiais para construir o maior edifício da cidade e em 1902 surge o Edifício *Flatiron* [Imagem 10], com 22 andares, pela mão do arquitecto Daniel Burnham. Nem dez anos de pedestal esta projecto conseguiu em Nova Iorque, uma vez que em 1908 surgiu o Edifício *Benenson* [Imagem 11], com uma altura de 146 metros e com 52.610 m² de área útil, este arranha-céus, projectado pelo arquitecto Francis H. Kimball, era o novo dono dos céus da cidade (Koolhaas, 1978/2008, pp. 110-111).

Mas mais uma vez, esse título não durou muito tempo, e sete anos depois era terminado o Edifício *Equitable* [Imagem 12] com 39 andares. Muito embora, este

projecto do arquitecto E. R. Graham tenha sido considerado durando 16 anos como o edifício de escritórios mais valorizado do mundo a verdade é que a aceitação popular não foi a melhor, principalmente após a população ter sido confrontada com o corte da luz natural na *Cedar Street* (Mozas, 2011, p. 12). Com o intuito de travar este tipo de acontecimentos mas ao mesmo tempo de forma a não pôr em causa o crescimento urbano em altura foi estabelecida em 1916 a Lei do Zoneamento onde ficou definido para cada quarteirão um invólucro virtual [Imagem 13] que demarcava o volume máximo de edificado (Koolhaas, 1978/2008, pp. 134-136).

Os anos foram passando e a cidade foi crescendo segundo estas novas regras. Mas em 1931 é erigido um edifício incontornável na história dos híbridos, o *Downtown Athletic Club* [Imagem 14]. Este novo organismo, da autoria dos arquitectos Starrett & Van Vleck em colaboração com, o também arquitecto, Duncan Hunter, era constituído por 38 pisos, que alcançavam os 162,76 metros de altura – o que garantia uma média de quase 4,3 metros de altura, por piso. Contudo o mais espantoso nesta enorme estrutura era o seu programa que abarcava alguns usos como campos de *squash* e *handball*; salas de bilhar; vestiários, sendo que um deles estava associada a um balcão de um bar onde serviam ostras [Imagem 15]; um clube de boxe; um sector dedicado à medicina preventiva, com salas de massagens, banho turco, solário, entre outras actividades relacionadas; uma piscina; um campo de golfe; e um conjunto de cinco pisos dedicados à restauração (1978/2008, pp. 182-184).

O *Downtown Athletic Club* apresenta-se com uma enorme variedade de usos e que só se tornou possível graças à forma como a cidade foi evoluído, para além disso este bloco é erigido sob a forma de uma nova necessidade que visa contagiar os trabalhadores de *Wall Street*, cujo trabalho é desgastante mas ao mesmo tempo proporciona uma ambicionada vida de conforto económico. No fundo estava encontrada uma nova forma de gastar dinheiro. O trabalho é desgastante, por isso vou tratar do meu corpo no *Downtown Athletic Club*! Com que dinheiro? Com o dinheiro que ganho no trabalho desgastante.

Em *Nova Iorque Delirante*, Koolhaas (1978/2008, p. 187) enfatiza as consequências que estes novos hábitos têm no contexto familiar, o "único preço que os ingressos dessa incubadora têm de pagar por seu narcisismo colectivo é a esterilidade. Suas mutações auto-induzidas não se reproduzem em gerações futuras". Nesta descrição percebemos como este tipo de edifícios se encontra destinado a proporcionar novas rotinas mas que no entanto conduzem os usuários a uma perda de tempo de qualidade com as suas famílias. Estar solteiro é a premissa de entrada no clube.

Ironicamente este edifício foi reabilitado, em 2005, pelo atelier *The Moinian Group*, e convertido num edifício de habitação com 45 pisos (Mozas, 2011, p. 15). O que antes gerava novas rotinas desagregadores de lares, hoje serve de abrigo a várias famílias.

De repente a cidade parece aumentar mais do que as suas necessidades, a escala dos edifícios parece superar as suas funções e a crença no crescimento de Nova Iorque forma novas movimentações de dinheiro. Nasce então uma nova cidade e com ela uma nova noção de escala. Os novos espécimes do futuro começam a surgir, a cidade proporciona novas necessidades, os edifícios acoplam vários usos e ganham novas dimensões, surgem novos pólos de interesse e Manhattan começa a tornar-se dependente desta estrutura, constituída pelos edifícios híbridos. Os híbridos proporcionam dinamismo, investimento, interação e crescimento. Manhattan já não é só auto-suficiente, Manhattan é agora dependente de si mesma e das suas novas necessidades.

A definição dos edifícios híbridos surge bem explícita, no texto "Esto es Híbrido", definindo-os como cosmopolitas e como projectos desenvolvidos a partir de uma mistura de formas e funções de modo a gerar um novo tipo de edifício com características aglutinadoras (Mozas, 2011). Ao longo deste texto, percebe-se uma constante intenção de colocar estas construções no pedestal das cidades. Aqui o híbrido é visto como uma oportunidade de auto-recreação dada aos arquitectos que a projectam, não só devido à sua escala mas também por tirar partido da atractividade proveniente da conjugação de programas.

Esta obsessão pelos híbridos tem razões de ser quando somos confrontados com o seu sucesso, no entanto denota algum descontrolo pelo modo como as cidades crescem. Os híbridos procuram ter a relevância de um edifício de carácter público, e seguindo essa lógica até faz sentido. Porém a possibilidade destes blocos terem habitação ou qualquer outro tipo de uso, torna o híbrido infinitas vezes reproduzível, descaracterizando todo o espaço urbano. Nesse caso a ideia de cidade vista do exterior, ou da rua, poderá estar condenada pela propagação destes espécimes.

Motivado pelo rumo que as cidades estavam a tomar, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991), em 1974, elabora um texto sobre a produção do espaço onde aborda temas como a diferenciação de espaço público e privado e a forma como cada espaço é apreendido tendo em conta a imagem que se cria do exterior (2010/1974, pp. 636-637). A atribuição da monumentalidade, termo muito aplicado por Lefebvre à arquitectura, é algo que geralmente tende a partir do exterior. Porém a cidade dos híbridos auto-suficientes leva-nos a imaginar um espaço sem exterior. Será

que este espaço continuará a ter a mesma expressão? A escala arquitectónica pode ajudar a determinar a monumentalidade, no entanto sozinha pode já não ser suficiente.

A capacidade que este tipo de infra-estruturas tem de atrair pessoas é enorme. Integrar vários usos, culturas e tradições num único espaço não parece ser mais um caminho a seguir mas sim o caminho. O conforto de ter tudo num mesmo espaço físico parece ter sido a direcção que uma cidade encontrou para rentabilizar espaços sobredimensionados, gerando com isso novos hábitos e novas necessidades.

Os blocos de habitação multifamiliar já vão dando mostras da forma impessoal como as pessoas vão sendo alojadas em contextos urbanos. Se os centros comerciais se tornaram os locais preferenciais para passar o tempo livre vivido fora de casa é precisamente porque reúnem todo o tipo de artigos num único espaço. A interacção de programas cada vez mais é uma tendência que ajuda a camuflar o défices arquitectónicos. Não propicia a sociabilidade mas gera fluxos que dão uma noção de estabilidade e equilíbrio espacial. Enquanto houver dinheiro para construir este tipo de infra-estruturas, e que cada vez mais dão mostras da sua rentabilidade, vamos estar sujeitos a habitar em espaços cada vez mais genéricos. Mas não é isso mesmo que nós queremos?

1.2. Condensadores Sociais

Enquanto os híbridos foram desenvolvidos nos Estados Unidos da América como forma de rentabilização do solo, o movimento construtivista dava origem ao condensador social. Estes edifícios caracterizam-se por serem estruturas residenciais com programas de serviços associados à habitação; partem, tendencialmente, de iniciativas públicas; encontram-se isolados das cidades, sendo por isso auto-suficientes; e por serem destinados apenas aos residentes. Em oposição, os híbridos, contemplam uma vasta diversidade de usos, incluindo o residencial, são impulsionados por diferentes tipos de iniciativas, públicas ou/e privadas, encontram-se inseridos no tecido urbano das cidades e são de utilização pública (Per, 2011, p. 60).

Embora com algumas diferenças em relação aos híbridos, o condensador surge como resposta à falta de habitação. Neste sentido os apartamentos são desenvolvidos com áreas muito controladas e em certos casos, alguns dos tradicionais espaços do apartamento são canalizados para as áreas sociais, fazendo com que todos os

restantes usos/serviços do edifício funcionem como extensão das células habitacionais.

Em 1927, a revista do grupo *Sovremennaya Arkhitektura* lançou um concurso para a concepção de novos edifícios residenciais e que acabou por ser vencido pelos arquitectos russos Moisei Ginzburg (1892-1946) e Ignaty Milinis (1899-1974), sendo eles contextualizados pela Associação de Arquitectos Contemporâneos (OSA). Ginzburg desenvolve algumas células com dimensões mínimas – entre os 27 e os 30 m² – e transferiu alguns dos espaços sociais, como a cozinha, sala de jantar e a lavandaria para o espaço comunitário do edifício, acrescentando também a estes espaços um berçário (Per, 2011, p. 48). Um dos mais importantes pressupostos deste projecto visava garantir a interacção entre moradores, de modo a conseguir uma boa socialização – daí a preocupação em passar os espaços sociais da casa para o exterior do apartamento, facto que também permitia um maior aproveitamento de áreas e consequentemente um maior número de moradores. Este projecto, conhecido como edifício *Narkomfin* foi erigido em Moscovo e terminado no ano de 1932 [Imagens 20 a 23].

O condensador social é um tipo de edifícios onde se denota com alguma naturalidade a vigilância mutua entre moradores e que por um lado confere alguma segurança a quem lá habita sem que no entanto haja uma redução da privacidade. Encontrando-se contextualizado pela União Soviética e por um sistema comunista é com alguma normalidade que vemos surgir este tipo de soluções, porém não tardaria muito até vermos na Europa e no resto da Ásia a aplicação de sistemas semelhantes em unidades habitacionais.

No início da década de 1930, o arquitecto alemão Walter Gropius (1883-1969) ao introduzir o tema da horizontalidade na arquitectura, preferencialmente doméstica, estabelece uma comparação entre construção em altura e construção desenvolvida de forma mais extensa do ponto de vista territorial, chegando à conclusão que uma arquitectura em altura desde que bem planeada fazia mais sentido. Desta forma seria possível libertar mais terreno para a criação de espaços verdes, as circulações horizontais diminuiriam e as verticais teriam uma nova importância, frisando ainda que o único ponto condicionador da arquitectura em altura seria o aspecto tecnológico, uma vez que inflacionava os custos da construção. Como consequência desta solução surge a densificação dos pólos urbanos e o aparecimento de um espaço intersticial com uma nova escala e significância, onde a relação directa entre o apartamento e a rua deixa de existir (Gropius, 2010/1930, pp. 184-191). A data em que Gropius escreve

este texto coincide com a altura em que se muda para os Estados Unidos, período esse em que cresciam os primeiros arranha-céus nova-iorquinos e que, por certo, contribuíram para uma melhor aceitação desta realidade.

Embora contaminado pela realidade americana, Gropius começa a dar os primeiros passos, europeus, rumo às mega estruturas e que tanto poderia resultar em híbridos como nos condensadores sociais. Perante o cenário da guerra e com o crescente desejo de viver na cidade, a Europa viria a enveredar pela solução proveniente do comunismo, onde o termo "condensador" funciona como arma de fogo, cujas munições são as células habitacionais e as periferias urbanas os alvos.

Enquanto Ginzburg trabalhava no edifício *Narkomfin*, o arquitecto e urbanista alemão Ernst May (1889-1970), escrevia sobre as cidades da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde a ideia de densificação habitacional se encontrava bem demarcada. Este paralelo entre as realidades comunista e a capitalista surge em May com uma alusão à família. Se no mundo capitalista se perguntava pela família e respectivos valores, a verdade é que quando se fazia a mesma pergunta à realidade comunista a resposta era a mesma – o conceito tradicional de família está destinado a deixar de existir, visto que os mais novos já não sentem vontade de aprender com os mais velhos, preferindo o convívio com os da mesma idade. Embora se assistisse a uma desagregação do corpo familiar tradicional a intenção de densificar massas humanas num mesmo espaço físico continuava a existir (May, 2010/1931, pp. 208-209).

Nessa altura, a perspectiva sobre o panorama da arquitectura habitacional do artista plástico checo Karel Teige (1900-1951) começa também a ser contaminada por uma crescente densificação da população a viver nos centros urbanos em condições precárias, pautadas em 20% dos casos por pessoas a (sobre)viverem em apartamentos sobrelotados, em barracas, em parques de campismo ou a não terem qualquer tipo de abrigo. Neste sentido, Teige refere os estudos feitos pelo Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) e pelo Congresso Internacional para a Resolução dos Problemas da Arquitectura Contemporânea (CIRPAC) que procuravam projectar pequenos apartamentos familiares passíveis de serem alugados a baixo-custo. Embora o conceito do desenvolvimento de várias células habitacionais fosse um significativo avanço, para Teige continuava a haver uma necessidade funcional. Necessidade essa, que tinha como resposta a agregação de instalações/serviços centrais colectivos, que englobassem todas as instituições económicas e culturais, às células habitacionais individuais de modo a criar um complexo único e coordenado.

Desta forma a ideia de unidade habitacional começava a ganhar expressão (Teige, 2010/1932, pp. 213-216).

Em 1933, o arquitecto francês Charles Edouard Jeanneret Gris (1887-1965) dá mostras da sua preocupação para com o estado da habitação e apresenta na carta de Atenas uma reflexão onde aborda a importância da célula habitacional, afirmando que esta era o elemento biológico base que está na origem de uma célula social. Esta concepção da célula habitacional como base de uma célula social tanto se poderia integrar num contexto urbano, onde a casa funciona como núcleo do urbanismo que protege e acompanha o crescimento humano; como também poderia ser interpretado como a base de uma unidade de habitação (2010/1933, p. 234). Doze anos depois, Le Corbusier, acaba por ter a oportunidade de desenvolver um complexo habitacional com escala e complexidade suficientes para poder pôr em prática as suas teorias.

Elaborado entre o mês de Agosto de 1945 e Outubro de 1952, a Unidade de Habitação de Marselha (UdHdM) [Imagem 24] foi uma encomenda feita a Le Corbusier pelo Ministro da Reconstrução e do Urbanismo de França da altura, Raoul Dautry, e visava a criação de um protótipo capaz de ser reproduzido por toda a França, de modo a alojar 1600 pessoas (Sequeira, 2008, p. 25).

Implantado num parque com cerca de oito hectares este complexo de 135,5 metros de comprimento, 24,4 metros de largura e com 50 metros de altura é constituído por 337 células habitacionais, com 23 tipos de tipologias, sendo os duplex os mais comuns; 5 corredores longitudinais, que garantem a distribuição horizontal ao longo de todo o edifício; uma bateria de elevadores que estabelecem a ligação vertical entre os diferentes pisos; uma galeria de arte, no piso térreo; uma galeria comercial com um mercado; uma cresce; e um *toit-terrasse*, destinado ao lugar público e onde podemos encontrar ginásio, vestiários, solário, sala de jogos calmos associada à cresce, teatros, piscina e uma pista de atletismo (Sequeira, 2008, p. 25).

Ao analisando as datas em que os livros *Modulor 1 e 2*, da autoria de Le Corbusier, foram publicados (1948 e 1957) percebemos que existe um pensamento paralelo e uma contaminação estabelecida entre os dois projectos. Na base desta partilha encontramos uma clara linha de investigação que procura perceber e estabelecer uma relação entre o ser humano e o espaço que este habita. Porém as semelhanças entre a UdHdM e o edifício *Narkomfin* são evidentes. A noção de condensador social surge presente no projecto de Marselha, muito embora não seja extremista ao ponto de separar os espaços sociais da casa e os associar ao espaço social do edifício. Perante uma realidade europeia seria complicado aceitar a utilização de pressupostos

arquitectónicos associados à União Soviética – não que os princípios da UdHdM não os reflectissem mas subscreve-los na sua totalidade, facilmente poderia ser mal interpretado, principalmente logo após a segunda grande guerra mundial.

Ao observar a UdHdM apercebemo-nos de uma clara evolução à concepção inicial do condensador social. Adaptado à realidade europeia, cujas necessidades eram semelhantes mas onde as referências culturais divergiam, a sua escala ainda não opera bem com os centros urbanos consolidados, porém surgia justificada pelo programa inerente à encomenda do projecto. Já no caso da diversidade programática, que serve de apoio às células da UdHdM, podemos constatar que é maior e que não visa apenas os moradores, muito embora seja este o seu público preferencial.

A procura e o investimento, levados a cabo por Le Corbusier, no desenvolvimento do espaço social do edifício ajudaram-no a tornar a unidade mais dinâmica socialmente e ao mesmo tempo contribuíram para uma certa auto-suficiência da mesma. Nesse aspecto o *toit-terrasse* [Imagens 30 a 32] revelou-se bastante importante, desfrutando da conquista de um novo espaço urbano, consequência dos "5 pontos de uma nova arquitectura" estabelecidos pelos próprio, o *toit-terrasse* surge neste projecto como uma procura de um lugar público onde os residentes se pudessem juntar e confraternizar (Sequeira, 2008). Este espaço era por isso a nova praça pública de um edifício sem cidade.

Após a conclusão da UdHdM, o arquitecto e urbanista brasileiro Lúcio Costa (1902-1998) cedo se revelou como um forte apoiante deste tipo de soluções. O facto deste projecto ter sido feito com base na harmonia social e não no interesse económico, torna-o numa referência incontornável. A quantidade e diversidade de usos externos à célula habitacional, conseguidos através da escala do empreendimento, fazem do espaço social um local propício à sua apropriação. Se para as famílias mais extrovertidas este edifício podia ser uma fonte de inspiração e bem-estar, no caso das famílias mais introvertidas poderíamos assistir a um certo desconforto, não fosse a mega escala utilizada juntamente com os acabamentos construtivos serem duas ferramentas capazes de estabelecer o distanciamento necessário entre espaço público e privado (Costa, 2010/1953, pp. 361-363).

As preocupação de Le Corbusier para com o lugar público encontram-se intimamente associados ao nome do projecto UdHdM precisamente porque ao longo da história da humanidade sempre houve uma necessidade, por parte do ser humano, de se (re)unir (Sequeira, 2008, p. 252). Assim como no período clássico os edifícios públicos

assumem um papel de destaque na imagem da cidade também o *toit-terrasse* se destaca, neste projecto, como elemento de convergência social.

A evolução no modo de habitar tem sido alvo de várias alterações, no entanto existe uma que de há cinquenta anos para cá tem vindo a se acentuar e a influenciar o estilo de vida do cidadão cidadão. Se antigamente o espaço habitacional era destinado à família, hoje assistimos a um crescente aumento do isolamento das pessoas que procuram na cidade uma maior fonte de rendimento mas que no entanto se vêem obrigadas a deixar para trás as suas famílias (Portas, 2004, p. 19). O projecto a seguir referenciado é precisamente um espelho dessa mesma evolução.

Com o envelhecimento populacional nos centros urbanos e sua consequente desertificação, o interesse por reabilitar e repovoar as cidades voltou a ser um ponto de interesse para os arquitectos. Nesse sentido surge o projecto *i5* [Imagem 33] do atelier português MOOV, em que o Edifício do Mercado do Chão do Loureiro, em Lisboa, é alvo de uma proposta de reabilitação. Não se assumindo como um condensador social puro, este projecto demonstra-se sensível a alguns aspectos cruciais para uma recuperação sustentada dos centros urbanos.

Não é novidade para ninguém que a descentralização dos centros urbanos assim como os problemas provenientes dos subúrbios dormitório foram uma consequência de edifícios preferencialmente destinados à habitação, implantados suficientemente longe da confusão das cidades mas relativamente perto das ofertas proporcionados pelos centros urbanos. Com o crescimento do número de pessoas a morar nestas zonas e com as viagens diárias entre as duas zonas, a relatividade da proximidade da cidade passou de perto para longe. Por isso, estar a considerar a criação de mais residências no perímetro da cidade enquanto o centro vai envelhecendo sozinho não faz sentido. Assim sendo, o projecto *i5* é uma evolução aos condensadores sociais – por se tratar de um edifício residencial que alberga alguns serviços de apoio às células; por tira proveito dos edifícios devolutos dos centros urbanos; e por ser preferencialmente de uso privado, contendo no entanto alguns espaços de carácter público.

À semelhança do projecto de Ginzburg também aqui as células cedem o seu espaço social ao edifício, passando a ser de uso comunitário as cozinhas, as salas de jantar e as lavandarias. É interessante ver como um sistema adoptado na União Soviética para edifícios de habitação colectiva, acaba por ser proposto em território europeu e aceite como válido com tanta naturalidade. No entanto não é só isso que confere uma rápida

assimilação das novidades deste programa mas também o facto de este projecto ser direccionado para jovens estudantes, *free-lancers* e imigrantes (MOOV, 2007).

As células são constituídas por um compartimento dividido ao meio, por uma instalação sanitária, e de onde podemos destacar uma área de trabalho e uma área de habitar. Com o intuito de densificar ao máximo o projecto, as células foram desenhadas com áreas reduzidas e que variam entre os 40 m², o tamanho *standard*, e os 110 m². O facto das células habitacionais terem áreas muito controladas levou a que estas se relacionassem com o espaço de circulação horizontal de uma forma menos intimista, facultando e facilitando a extensão do espaço privado para uma área semi-pública. Esta extensão também é permitida graças ao largo patamar que articula e serve as células (MOOV, 2007).

Quando confrontados com a proporção de áreas entre espaço público, semi-público e privado percebemos que há uma maior preocupação em gerar contacto entre pessoas, do que nos projectos anteriores. De uma área total que ronda os 9.448 m², não contabilizando o parque de estacionamento automóvel, 3.720 m² correspondem a células (39,5%), 3.264 m² a espaços de carácter semipúblico (34,5%) e 2.464 m² atribuídos ao espaço público (26%). Aparentemente menos denso do que a Unidade de Marselha, este projecto tem a mais valia de tirar partido dos corredores de circulação, atribuindo-lhes uma nova funcionalidade. Embora com menos área destinada à habitação pode-se entender um maior aproveitamento do espaço ao anular corredores com a estrita função de distribuição (MOOV, 2007).

Outro factor de interesse e que encontra algumas semelhanças com os pressupostos corbusianos é a criação de espaços públicos no piso térreo e no terraço. Com a remoção das paredes no piso térreo, o edifício fica apenas assente nos pilares, libertando a planta do piso 0 e possibilitando a criação de um ponto de transacção de mercadorias, que em último caso até podem ser feitas pelos moradores alojados nos pisos superiores. Como forma de promoção do espaço público, o atelier português optou também por requalificar um terraço destinado a cumprir as funções de bar, esplanada e miradouro.

Designado de incubadora social, pelos MOOV este catalisador urbano pretende funcionar como porto de abrigo a restritos grupos de cidadãos durante um período máximo de 5 anos, com o intuito de servir de residência de trabalho. Se, no século XIX, eram criados edifícios habitacionais destinados às classes operárias, proporcionando as condições necessárias para os operários e suas famílias, no projecto *i5* encontramos um pouco disso mas transposto para uma cidade actual que

ênfatiza a ideia de cidadão como entidade individual e onde não há espaço para a família. A antiga máquina para homens solteiros, que era o *Downtown Athletic Club* descrito por Koolhaas (1978/2008, p. 187), é agora a condição para, homens e mulheres, pertencerem à nova urbanidade.

Quanto mais próxima é a implantação dos condensadores sociais dos centros urbanos, mais facilmente estes adquirem o carácter de híbridos. As cidades começam a ficar pequenas para a inserção de edifícios silenciosos. Os novos projectos querem-se apelativos, lucrativos, multi-funcionais e disponíveis a qualquer hora do dia e da noite. A cidade respira a capacidade ambígua de projectar necessidades nos que nela habitam. O último espaço existente para os condensadores encontra-se devoluto nos centros urbanos, único sítio onde a mega escala é travada pela necessidade de preservação de uma memória, tradição ou património.

1.3. Pensamento Transversal

Cada vez mais a cidade atinge complexidades e ambiguidades difíceis de definir, principalmente numa época caracterizada por avanços tecnológicos que alteram e moldam a forma de pensar e agir de uma sociedade. No entanto, o conceito de cidade é algo que no mundo ocidental já remonta aos períodos classicistas e nesse sentido o filósofo italiano Massimo Cacciari (n. 1944), numa das suas mais recentes obras (*A Cidade*, 2004/2010), revela a forma como as ideologias das antigas Grécia e Roma nos influenciaram.

Para os gregos a palavra *pólis* servia para designar o lugar onde um determinado *génos* (gente) vivia, tendo por base as suas raízes. Neste contexto a cidade funcionava enquanto espaço de enraizamento e união entre pessoas de uma mesma cultura e hábitos. Em contra partida, os romanos utilizavam o termo *civitas* para designarem um conjunto de pessoas que se juntava de modo a promoverem a vivência num determinado lugar, a cidade (Cacciari, 2004/2010, pp. 9-10).

Com estas noções começamos a perceber o porquê de algumas formas de pensar. Na Grécia a valorização da origem e do enraizamento eram levadas ao ponto de limitarem o crescimento da *pólis*, criando com isso isolamento e conflitos entre elas, tendo sido as Olimpíadas uma forma de apaziguar as consequências provenientes destes conflitos entre as várias localidades povoadas por costumes e tradições muito próprios. Já a noção de *civitas* era gerida de uma forma diferente. A aglomeração de pessoas num determinado lugar deixava de ser baseada nas suas origens para passar

a ser orientada pelos seus objectivos. As pessoas juntam-se com um objectivo idêntico e não com uma origem comum. Com este princípio ideológico as cidades passaram a ser multiculturais, o que por sua vez foi uma consequência da institucionalização da hospitalidade em Roma (Cacciari, 2004/2010, pp. 12-14).

Começa então a surgir o conceito de cidade móvel – derivando a sua adjectivação da relação de permanência dos seus habitantes para com o território – onde a confluência de diversos povos dá origem a um multiculturalismo. As leis passam a ser aplicadas a todos os que a habitam. Na *civitas* a noção de globalização misturada com um espírito evangelizador dão forma a uma concepção de um Império sem fim. Ideia esta que a Igreja Católica viria a copiar, ou não fosse a sua origem também romana (Cacciari, 2004/2010, p. 15).

Confrontados com as reflexões de Cacciari somos levados a perceber que a necessidade de preservar elementos simbólicos e tradicionais leva por vezes a que os centros históricos se tornem obsoletos, contrastando com a realidade dinâmica das zonas urbanas que aceitam a globalização, dando espaço para o desenvolvimento da produção e das transacções. Em contrapartida assistimos à transformação dos centros em grandes museus – um sinal da fossilização da memória colectiva. Embora sejam portadores de inúmeros aspectos que retractam o pensamento evoluído ao longo de várias épocas e gerações, a sua degradação, recuperação e preservação cegas conduzem a um sentimento de repulsa e de insensatez, a quando do acto de projecto.

Confrontados com o facto de em algumas cidades a necessidade de conservar património já não existir, percebemos que estes espaços tendem a adquirir uma nova significância sem memória, indefinida e dentro das suas mutações formais, homogénea. Todos os espaços públicos são propícios a todos os tipos de acontecimentos. A casa já não é um legado deixado pela família e encarregue de nos reavivar a memória. A casa é um instrumento urbano que nos serve de abrigo ao final do dia e que nos envolve quando acordamos; e qualquer pequeno cubículo serve esse propósito [Imagem 39].

O desenraizamento torna-nos anónimos, ninguém nos conhece mas também nós não conhecemos ninguém. As nossas redes de relacionamentos temporários espelham o pouco tempo que passamos em casa com a família ou será isso apenas uma consequência da durabilidade dos nossos empregos citadinos. Sem lugar para nos fixarmos, pararmos, sentirmos e vivermos é difícil percebermos o que se passa à nossa volta. O nosso comportamento resigna-se a ser uma reacção aos estímulos proporcionados pelo ambiente em que nos encontramos, a cidade.

Vai ao encontro desta realidade, a linha de pensamento de Cacciari quando este reforça a necessidade que temos de privacidade e a possibilidade de nos alhearmos de uma cidade que faculta a descontrolada propagação de informação. Contudo a necessidade de comunidade também faz parte da nossa condição (2004/2010). A contradição do dentro e fora, da privacidade e da socialização poderiam ser entendidas como respostas às nossas necessidades momentâneas não fosse a disfuncionalidade dos ritmos que caracterizam o nosso dia-a-dia o elementos desagregador de um almejado equilíbrio; e que muitas vezes nos remete para relacionamentos mediados por computadores, sob o formato de redes sociais. Talvez como forma de encurtar a distância entre residências de pessoas com quem convivemos, tendencialmente, no local de trabalho.

O desprendimento ao lar e à sua componente social, introduz-nos uma realidade na qual já não pertencemos a um lugar, apenas o ocupamos. Mas não foi sempre essa uma premissa da condição humana, a sua efemeridade? A efemeridade sim, mas o desenraizamento não. A concepção de viver isolado, rodeado de pessoas, é uma consequência da cidade contemporânea. Talvez a necessidade de ter uma casa, comprada, extravase o princípio de investimento e se converta numa inconsciente carência de fazer parte de um grupo, realidade ou condição [Imagens 37 e 38].

O cineasta sul-coreano Kim Ki-duk relata uma realidade muito interessante sobre a forma como habitamos as nossas casas, no filme *3-Iron*, de 2004, onde somos confrontados com aquilo que faz parte das nossas rotinas mas que nos é supérfluo. *3-Iron* conta a história de um rapaz que distribui publicidade pelas portas das várias casas, com o objectivo de perceber se estas se encontram na posse de residentes. A certeza da casa não ter ninguém no interior é garantida pelo facto da publicidade não ser recolhida. Desta feita o rapaz vai entrando nas casas, tirando partido das instalações, como se fosse dono da casa durante um bom período de horas mas, como forma de recompensa, o jovem lava a roupa que estiver por lavar e arranja um ou outro dispositivo que necessite de uma pequena manutenção – isto tudo sem que os donos saibam. Melhor que qualquer outra pessoa, este jovem tira proveito das diferentes casas que invade, habita e deixa [Imagens 40 a 45]. Mesmo não sendo ele o dono.

O mais perverso é a forma desobrigada como ele efectivamente consegue habitar uma cidade, contrariamente aos donos das casas que têm de trabalhar para as poder pagar e que, curiosamente, acabam por passar mais tempo fora delas. A imagem de um individuo que é capaz de se adaptar facilmente a um espaço doméstico alheio reflecte

um pouco a tendência, que Cassiari descreve, quando fala de uma sociedade que se pretende global. Ironicamente, a forma como o rapaz se apropria provisoriamente dos diferentes fogos, cuidando deles, sugere o preenchimento de um vazio deixado pela disfuncionalidade familiar dos seus residentes.

A confrontação entre tradicional e global leva-nos a um estado de esquizofrenia que na verdade pode ser o ponto de partida para uma nova necessidade ou para uma nova realidade. O tradicional já não é aceite como solução mas a ideia de uma globalização descontrolada também parece ser um pouco assustadora. Procurar um caminho que faça corresponder as novas necessidades do ser humano ao espaço que ele habita é uma ideia que tem de aparecer expressa nos novos lugares e edifícios da cidade, nem que, para isso, se tenha de recorrer a espaços polivalentes (Cacciari, 2004/2010). Esta concepção de cidade deste filósofo italiano encontra muitas semelhanças com algumas teorias e reflexões de vários arquitectos. Porém, enquanto os arquitectos são mais contidos na apresentação das soluções, Cacciari aponta para uma cidade encorpada por híbridos como resposta/aceitação ao/do problema.

Curiosamente o arquitecto holandês nascido no mesmo ano que Cassiari, Rem Koolhaas, tem muitas parecenças na forma como articula o seu discurso em torno do mesmo tema (Koolhaas, 2010). A identidade cada vez mais é uma ideia que se tende a perder com o desenvolvimento do tecido urbano. A distância temporal a que as nossas referências culturais locais se encontram é por vezes o factor decisivo para que haja uma desacreditação na preservação de algumas zonas da cidade. Precisamente por torna-las obsoletas e por vezes até caricaturais.

Em vez de contrariar a tendência há que tirar partido dela. O desapego da nova cidade, a *Cidade Genérica*, aos centros históricos é algo que em tudo contribui para um desenvolvimento mais rápido. O que não funciona é desactivado. A expansão do genérico torna a vida mais simples. A injeção de estímulos a que estamos sujeitos funciona como droga, deixando-nos em êxtase. Igualmente positivo é a forma como os diferentes usos proliferam num mesmo sítio, tornando-se mais acessíveis e reduzindo as distancias dentro da cidade. Não percebemos bem o que se está a passar mas de certeza que se está a passar sempre qualquer coisa; e é a existência de um sem número de contradições que enfatiza a multiplicidade da cidade (Koolhaas, 2010, p. 37).

Como não poderia deixar de ser a cidade genérica, é um espaço multi-racial – só assim faz sentido ser uma cidade global. Koolhaas (2010, p. 41) no texto que escreveu sobre as cidade genéricas vai mais longe e escreve, a "Cidade Genérica é

rigorosamente multirracial, tendo em média 8% de negros, 12% de brancos, 27% de hispânicos, 37% de chineses/asiáticos, 6% de indeterminados e 10% de outros". Esta forma de organização, definindo as percentagens de cada grupo na cidade, acaba por ocorrer caricaturada por princípios formais e impositivos, através da diferenciação dos vários grupos sob o aspecto de percentagem, mas que ao mesmo tempo atribui 6% a indeterminados e 10% a outros, contrariando o rigor sugerido pelas percentagens e ao mesmo tempo salientando a dissolução das diferenças raciais que esta cidade faculta.

Nos últimos anos apareceu um movimento à escala global cujo objectivo é deitar por terra alguns dos princípios entranhados na nossa sociedade tais como, entre outros, a política, o sistema financeiro, a religião ou os bancos. Refiro-me ao movimento *Zeitgeist* cujo seu fundador Peter Joseph (n. 1978) encontrou no cinema o seu melhor aliado para fazer passar esta mensagem através de filmes como *Zeitgeist: Addendum* (2008) e *Zeitgeist: Moving Forward* (2011). Embora exista um primeiro filme, realizado em 2007, interessa-me apenas destacar estes dois, uma vez que é neste últimos que surge uma resposta ao problema aqui presente – o Projecto *Venus* [Imagem 46].

É de âmbito geral que embora o início da reflexão em torno deste projecto date da década de 1970, só em 1995 é que começou a ganhar forma pela mão de Jacque Fresco (n. 1916) e Roxanne Meadows. Porém, só depois dos premiados filmes *Zeitgeist* é que este passou a ser um projecto de escala global. A ideia deste casal consiste em criar uma sociedade onde não exista dinheiro, política, exército ou religião e que seja altamente sustentável de modo a garantir uma preservação dos recursos disponibilizados pela terra. Outro aspecto importante desta sociedade seria o facto desta se desenvolver sem que fosse necessário trabalhar, sendo que a tecnologia ficaria encarregue disso. Todas estas propostas são apresentadas com base num discurso sustentado e aliciente.

No entanto, tanto no filme *Zeitgeist: Addendum* como no *Zeitgeist: Moving Forward*, quando passam da teoria para a prática geram uma cidade demasiado impositiva, generalista e maioritariamente assente nos avanços tecnológicos. Deixando de parte alguns factores que me parecem relevantes, como a existência de um pensamento arquitectónico que seja capaz de abranger um leque variado de utilizadores. Configurando todo o planeamento de uma cidade a único desenho ou gesto projectual, justificado apenas por uma, quase, extrema vontade de aplicar de forma mais sustentável todos os avanços tecnológicos de até então. Se eu não me consigo prever a mim próprio como é que posso acreditar numa pessoa que acha que consegue prever a forma de pensar de uma comunidade, num único gesto e de uma só vez? A

escolha de um partido político não faz sentido para estes visionários mas esta imposição opcional não é o que os partidos fazem na altura das eleições?

A cidade genérica já existe e evolui sozinha. No meu entender não seria a imposição de um espaço formatado para toda a gente lá morar que iria melhorar a qualidade de vida. Somos todos diferentes e embora as semelhanças possam ser muitas, nunca seremos iguais na forma de pensar e de agir, a menos que sejamos estudados e programados para tal. No fundo o Projecto *Venus*, a meu ver, não passa da imposição de uma realidade esterilizada, bem ao jeito de *THX 1138* (Lucas, 1971) [Imagem 47], onde o mal não entra, mas as emoções também não – a verdade é que como as cidades genéricas também o planeta evoluiu sozinho. Os nossos actos podem ajudar a prevenir certas consequências, no entanto se existem consequências há que perceber o motivo delas e saber viver com elas. A cidade genérica não é uma escolha é uma realidade. Como o humorista norte-americano George Carlin (1937-2008) dizia num dos seus espectáculos de *stand-up comedy*, talvez as consequências sejam uma forma do próprio planeta se ver livre da espécie humana.

Cada vez mais a indústria cinematográfica especula sobre a cidade e respectivas sociedades. Toda esta informação chega ao contexto arquitectónico como pequenos protótipos que simulam várias realidades plausíveis, podendo elas ser, entre outras, ora extremistas, como em *Equilibrium* (Wimmer, 2002) [Imagem 49]; ora fatalistas, como no filme de animação *Wall-e* (Stanton, 2008) [Imagem 48]. No entanto, todas estas abordagens são retratos da cidade genérica, de Koolhaas; da *civitas*, de Cassiari; e até do não-lugar, descrito pelo antropólogo francês Marc Augé (n. 1935), ao se referir-se a um lugar que não é nem identitário, nem relacional, nem histórico (Augé, 1992/2005).

O situacionismo promovido nos finais dos anos 1950 pelo escritor e cineasta francês Guy Debord (1931-1994) sempre foi um tema de grande interesse para os arquitectos, provavelmente pela capacidade que este tinha de modificar o carácter funcional de um espaço. Presumivelmente inspirado pela mutabilidade de um estúdio de cinema, Debord sentiu a necessidade de experimentar esta (re)apropriação num espaço real como o urbano. Um dos aspectos fascinantes do cinema é a capacidade que este tem, através de uma câmara, de registar momentos – independentemente de estes serem uma constatação de uma realidade ou a manipulação da mesma. Também na cidade é possível manipular a interpretação de uma pessoa, como forma de a alertar para determinado aspecto.

Esta capacidade de alterar as funções dos espaços, mesmo que seja por curtos períodos, leva-nos a questionar a forma como trabalhamos programa. Até que ponto é que a produção arquitectónica não deve ser mais flexível, já que a definição dos espaços nunca é completamente efectiva. No ponto de vista arquitectónico esta abordagem é uma clara chamada de atenção para a cidade genérica no entanto o situacionismo esporádico não deve ser um motivo para a não qualificação do espaço, nem que por vezes esta tenha de ser impositiva – caso contrário a apropriação indevida pode ser uma consequência.

Em 2010, surge o livro *Cidades Flexiexistencialistas* composto por vários textos sobre a cidade e que, na maioria dos casos, resulta numa constatação da realidade urbana partilhando muitas das referências anteriormente referidas. Porém, um dos textos contraria a cidade global, repleta de estímulos e de acontecimentos paralelos. Refiro-me ao texto *Cidades Tácteis* de Bernardo D'Orey (2010), que adverte os arquitectos e políticos responsáveis por uma cidade repleta de objectos e imagens sedutoras, acrescentando ainda que a arquitectura deveria ser silenciosa de modo a promover a reflexão.

Claramente influenciado pela arquitectura de Álvaro Siza Vieira, D'Orey parece entrar num estado de negação quanto à direcção que a cidade está a tomar. Procurando fazer-nos acreditar que só com uma arquitectura neutra existe espaço para a reflexão. A reflexão é algo importante mas que já se encontra inerente à nossa forma de ser. Se uma peça arquitectónica não conduz à reflexão, de determinado grupo de pessoas, não significa que esta não seja coerente e valorizadora do espaço que a envolve. Cada um tem a sua forma de interagir com o espaço e como tal nem sempre o silêncio funciona como factor de ignição à reflexão.

A cidade é o ponto de encontro de várias pessoas, culturas e tradições não assumir o seu ruído é contrariar a sua função de pólo agregador. Mais importante que procurar estabelecer na cidade uma falível noção de perfeição ideológica é tentar perceber os seus mecanismos, aceitá-los e procurar algo que ajude a melhorar a vida de quem a habita, nem que, para isso, seja necessário recorrer ao ruído como forma de combater o silêncio proveniente do isolamento.

Se, por um lado, vivemos numa *civitas* que se quer global, receptiva às diferentes culturas, com habitantes capazes de comunicar com pessoas de diferentes origens, por outro lado, assistimos a uma individualização da sociedade urbana, onde ninguém conhece ninguém. Embora seja importante preservar a diversidade também é relevante repensar sobre a ideia de familiar num contexto urbano. Para isso é

necessário aludir às bases culturais da sociedade, no entanto, perante uma sociedade global, qual a sua verdadeira origem cultural?

Esta pergunta é um resultado de uma sociedade que se pretende tradicional e global ao mesmo tempo. Mas, enquanto arquitectos, urbanistas, sociólogos, antropólogos ou até mesmo filósofos é complicado lidar com grupos muito heterogéneos, como acontece nas cidades. Como tal é importante pensar de forma igualmente heterogénea tendo consciência, entre outros factores, das origens desses grupos.

2. A Rua

Como vimos anteriormente a ideia de cidade tanto pode derivar para uma concepção urbana na base da *pólis* Grega como da *civitas* Romana. Porém, a globalização e o crescente aumento da população, que se desloca em busca de uma qualidade de vida melhor, confere às actuais cidades o rótulo de *civitas*. Ao se assumir a posição romana estamos a caminhar numa direcção de multiculturalismo e individualismo. Contudo o fantasma do narcisismo ocidental entra em conflito com esta ideia de cidade global. É necessário preservar uma língua nativa, um hino nacional, uma bandeira e uma fronteira geográfica.

Associada a esta tendência de demarcar o nosso passado histórico, encontramos os princípios da doutrina grega, que nos ligam às nossas origens e que por sua vez nos remetem para uma necessidade de relacionamentos familiares. Desta forma habitamos ambientes urbanos que nos levam a acreditar num nível de vida mais elevado, através de mensagens implícitas que nos seduzem ao consumo material, deixando de parte a relevância que os aspectos sociais podem ter no dia-a-dia.

Dentro de uma visão altamente crítica onde qualquer apontamento é passível de ser contrariado surge a ideia de que a cidade já não faz sociedade. No entanto, se nos abstrairmos de todo o panorama que se abate sobre as cidades e sobre as famílias que as habitam, e nos focarmos apenas em constatar o que vemos na rua, torna-se complicado aceitar essa posição. A sociedade existe e tal como as pessoas que a constituem também evolui e se interessa por novos temas [Imagem 54].

2.1. Espaço Apropriável

A imagem da rua enquanto ambiente hostil é um preconceito que tem vindo a ganhar expressão na forma de pensar de quem a habita, pelo que poderia ser desastroso considerar esse facto durante o planeamento urbano. Nesse sentido a rua deveria ser considerada segundo os seus princípios originais, na qual os seus moradores poderiam conviver, como se de uma grande sala de estar comunitária se tratasse. Para Herman Hertzberger (1991/2006, p. 48), o princípio da "rua reconquistada" é também o início da consolidação da vida pública. Porém, nem sempre o desejado corresponde à realidade e, como tal, é necessário percebê-la para depois dela podermos tirar partido [Imagens 56 a 60].

Numa metrópole existem menos conhecidos do que desconhecidos e que "sabem tudo de nós excepto quem nós somos" (Koolhaas, 2010, p. 93). Como forma de se sentirem seguras, as pessoas, criam mecanismos de defesa. O contacto visual diário com um grupo de vizinhos de bairro é um exemplo disso, precisamente por ajudar a fortalecer as sensações de segurança e conforto. Por vezes, a empatia que é criada entre pessoas de um mesmo bairro contribui para uma coesão social capaz de superar a vigilância das ruas por parte dos polícias. Contudo, para isto acontecer é necessário que haja uma densificação da população numa determinada zona e que ao mesmo tempo não haja um isolamento justificado pelos fogos/apartamentos/moradias (Jacobs, 1961/2009, pp. 30-32).

Afim de garantir alguma segurança, a rua tem de ser planeada de modo a poder receber, sem preocupação, os desconhecidos. Para isso a rua tem de ter bem demarcadas as fronteiras entre privado e público assim como um número significativo de pares de olhos, quer dos moradores quer dos transeuntes desconhecidos, atentos à rua (Jacobs, 1961/2009, pp. 35-36). Talvez pela necessidade de demarcação das fronteiras entre público e privado muitos edifícios multifamiliares tenham sido projectados com espaços de circulação vertical e horizontal completamente desqualificados.

Ao criar um edifício capaz de suportar várias famílias, de modo a densificar as cidades, houve a necessidade de o isolar da rua, possivelmente por ser visto como um espaço de menor segurança quando aberto ao público. Esta solução demonstra uma preocupação em tentar racionalizar ao máximo o apartamento sem que ao mesmo tempo fosse percebido que, aumentando a sua área o coração do edifício estaria a ser reduzido e conseqüentemente, inutilizado. A definição de fronteiras é um gesto importante para que não haja uma apropriação indevida de determinados espaços, no entanto se essa definição não é bem feita podemos estar a condenar certos espaços.

Também importante para a segurança da rua é a existência do comércio [Imagem 61]. A existência de lojas na rua contribui para a presença de mais desconhecidos na rua, para o abastecimento dos moradores e ajuda a assegurar um maior número de horas de vigilância – durante o dia os moradores não estão em casa mas os comerciantes encontram-se nas lojas e, de noite, há uma inversão de papéis. O problema do comércio de rua encontra-se associado ao facto de cada vez mais as pessoas trabalharem até mais tarde o que leva a que estas não tenham tempo para se servirem dele. Em contrapartida se as lojas ficassem abertas até mais tarde e se a rua não garantisse uma quantidade de gente significativa, a segurança dos comerciantes seria

posta em causa. A complicar toda esta situação estão as grandes superfícies comerciais, que não só têm uma oferta maior e mais variada, como também possuem mecanismos de segurança que lhes permite ficarem abertos até mais tarde.

Como sabemos, outro aspecto de grande importância para a segurança é a iluminação nocturna que ao existir num determinado espaço amplia a sua visibilidade, o que facilita a sua ocupação e a sua vigilância [Imagens 62 e 63]. A própria cor da luz pode contribuir para uma mais sugestiva apropriação do espaço. Nesse sentido o recurso a luzes brancas contribui para que haja uma iluminação maior do espaço, no entanto cria uma sensação de artificialidade; no caso da aplicação de luzes amarelas, o espaço torna-se mais acolhedor e intimista, porém menos perceptível.

Por fim as rotinas. As rotinas do bairro funcionam como dispositivo de garantia à nossa segurança – através da capacidade de previsão dessas rotinas, ganhamos confiança e sentimos segurança. Ao longo das nossas vidas vamos tendo o hábito de perceber as rotinas do que se passa à nossa volta, padronizando-as. A rotura das rotinas serve como aviso à existência de alguma anormalidade. Por isso, enquanto detectarmos uma repetição das rotinas diárias é sinal que, em princípio, está tudo bem. A conhecida coscuilhice típica das aldeias e dos bairros históricos encontra-se muito ligada à curiosidade humana mas também pode estar relacionada com esta necessidade que temos em traçar padrões e justificações para as alterações aos mesmos, como mecanismo inconsciente de auto-defesa [Imagens 64 a 66].

Mas retomando a ideia de que o contacto visual entre moradores de um mesmo bairro é um factor positivo para a segurança de todos, podemos constatar que o cruzamento diário com as pessoas na rua também gera um relacionamento que pode ser útil para o bem-estar, uma vez que é através dele que se criam empatias importantes para a consistência do bairro. Ao existir um contacto visual diário entre moradores, sem que este se torne demasiado impositivo, damos a possibilidade aos moradores de optarem entre um fácil progresso de relacionamento com os vizinhos ou então de optarem por uma maior privacidade (Jacobs, 1961/2009, pp. 60-61).

Na cidade temos a possibilidade de ser anónimos. Podem-nos ver todos os dias mas não sabem da nossa vida pessoal. A existência deste espaço é uma característica de quem vive na cidade e cabe a cada um conservá-lo ou não conforme desejo (Jacobs, 1961/2009, p. 63). No entanto, com a expansão das redes sociais esta privacidade pode ser posta em causa se não existir uma certa contenção. Já não existimos apenas fisicamente mas também digitalmente e como tal temos de aceitar e saber evoluir com estes avanços, sem que para isso haja uma anulação da condição física. As

vantagens de uma existência digital são claras assim como os seus ataques à privacidade são reais. Cabe depois a cada um fazer as suas opções.

Nesta equação de relacionamentos e escalas de privacidade é importante voltar a falar dos comerciantes pelo papel fundamental que estes desempenham, visto serem as pessoas que mais tempo passam nas ruas do bairro. Os comerciantes são aqueles que melhor conhecem as rotinas e as pessoas que as caracterizam, pelo que tendencialmente, serão eles os primeiros a detectar as alterações das mesmas – tornando-se por isso fontes de informação. Para além disso são aqueles que mais gente conhecem e que com mais gente contactam; geralmente assumem-se como as figuras de maior confiança do bairro, podendo chegar a adquirir a função de gestores de contactos. Normalmente quando alguém do bairro quer saber sobre outra pessoa tem sempre nos comerciantes uma garantia de resposta ou de aproximação à realidade questionada (Jacobs, 1961/2009, pp. 65-66, 73-75). No fundo, estes comerciantes de rua são redes sociais vivas. É incrível como cinquenta anos após a escritora e activista canadiana Jane Jacobs (1916-2006) ter escrito sobre estas observações, que ia fazendo durante o seu dia-a-dia, ainda é possível constatarmos isto nas zonas de maior consolidação da cidade de Lisboa. Contrastando com algumas zonas mais recentes, como acontece no Parque das Nações, onde o anonimato total é facilmente conseguido.

A existência de alguns espaços públicos que sirvam de ponto de encontro, também é um factor importante para a sociabilidade na cidade, independentemente do seu carácter ser lúdico ou não, estes pontos de encontro, em contextos habitacionais são relevantes por promoverem a inter-acção entre moradores, facultando a partilha e a inter-ajuda. Como acontecia antigamente com as lavadeiras, que se encontravam todas no mesmo sitio para lavar a roupa, hoje também pode acontecer algo semelhante, tendo em conta as novas rotinas, em espaços públicos como lavandarias, cantinas, cafés ou ginásios (Jacobs, 1961/2009, p. 72).

Para além dos espaços de convergência populacional edificados também é importante qualificar os espaços a céu aberto, como as praças, os parques e as próprias ruas. No entanto para que haja um usufruto continuo deste tipo de espaços é necessário que exista uma rede de usos variada ao redor. O motivo é simples e passa por tentar assegurar uma utilização permanente do parque, facilitada pela variedade de horários que os diferentes usos envolventes proporcionam aos utilizadores. O parque tanto pode servir para as brincadeiras das crianças, como para os almoços de possíveis trabalhadores locais, ou para alguém estudar, namorar, jogar ou apenas passear

(Jacobs, 1961/2009, pp. 112-113). No que diz respeito à qualificação destes espaços há que ter em conta alguns elementos como as árvores, os bancos, os candeeiros e alguns outros apontamentos que contribuam para uma apropriação fácil e informal do espaço.

Todas estas observações e sugestões de apropriação de cidade, tecidas por Jacobs, são bem recebidas pelo arquitecto e matemático austríaco Christopher Alexander (n. 1936). Contudo a sua formalização é que aparenta estar ainda demasiado entranhada à ideia do tradicional, não deixando espaço para uma possível confrontação entre tradicional e moderno. A cidade enquanto organismo vivo e em constante desenvolvimento tem de ter a capacidade de saber acoplar ao tradicional aquilo que é feito de novo (Alexander, 2010/1965, pp. 532-533). A ponte entre o tradicional e o moderno é algo que, para mim, antes de acontecer à escala da cidade tem de acontecer no pensamento e na projecção da nova arquitectura. O encanto das novas técnicas construtivas aliadas à tecnologia de ponta, são um caminho aliciante e aconselhável, desde que este não ofusque alguns princípios tradicionais já consolidados.

No sentido de procurar algumas dessas referências tradicionais, encontramos no Bairro da Flamenga de Chelas, a Matriz H [Imagens 67 e 68]. Este projecto foi desenvolvido no âmbito do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara de Lisboa e visava realojar os moradores do extinto Bairro do Relógio, Bairro das Casa Pré-Fabricadas de Chelas e mais algumas famílias de bairros clandestinos na Zona de Chelas.

A Matriz H é constituída por dois blocos dispostos paralelamente, assegurando a existência de um espaço central mais reservado e no qual se desenvolvem todas as circulações. A opção de voltar os dois edifícios para o interior denota uma intenção clara de devolver a rua aos moradores – criando espaços de alusão à vida comunitária com o intuito de facilitar, melhorar e induzir os relacionamentos entre vizinhos e sugerindo a ideia de cidade tradicional (Farina, 2008).

Cada vez mais o pensamento complexo, em torno de edifícios de habitação multifamiliar, faz sentido quando aplicado a projectos de habitação social. Geralmente as preocupações principais, quando se desenvolve um condomínio privado para a classe alta, consistem em isolar o edifício da rua, criar um hall de entrada expressivo e com lugar para o porteiro ou segurança, adicionar um número determinado de espaços para actividades lúdicas e planejar apartamentos com grandes áreas e com

os melhores acabamentos permitidos pelo orçamento. Resumindo-se à injeção de novas expectativas/necessidades nos futuros donos.

Em contrapartida o processo de desenvolvimento de habitação social passa por estudar e perceber a população para a qual estamos a trabalhar tendo sempre como ponto de partida o relacionamento e a cooperação entre vizinhos. Porque são as famílias mais desfavorecidas que precisam de ajuda e da solidariedade umas das outras. Cabe então aos arquitectos o papel de mediadores destas relações, podendo o espaço produzido ser determinante para a progressão dessas relações.

Na Matriz H podemos assistir a uma variedade de situações de interacção entre vizinhos que são a consequência da forma como alguns espaços foram desenvolvidos. A enquadrarem estes acontecimentos podemos ver patamares de escadas, galerias de acesso aos apartamentos ou pequenos largos, assim como os canteiros e os desníveis existentes na rua interior. Este cenário torna-se então propício a algumas brincadeiras de crianças, à prática de actividades por parte dos jovens, envolvendo entre outros o recurso a bicicletas, patins ou skates, tirando proveito do desnível natural da cota 0 e, a uma cota mais elevada, é possível encontrar mulheres debruçadas à janela, controlando a entrada dos conhecidos e reconhecendo a presença dos desconhecidos (Farina, 2008).

No entanto, quando nos confrontamos com a realidade do espaço em causa assistimos a um tipo de apropriação muito contido e onde, as actividades referidas anteriormente são demasiado esporádicas. Embora seja fácil encontrar o verdadeiro potencial do espaço existem outros factores que desequilibram um possível usufruto completo do mesmo. Na origem desses desequilíbrios encontramos o baixo orçamento disponibilizado para este tipo de obras, facto que leva à utilização de materiais menos resistentes que acabam por envelhecer mais depressa, tornando o espaço mais desagradável e mais exposto à vandalização; e para além do pouco dinheiro disponibilizado para a construção a própria localização é um pouco contra-natura uma vez que não se encontra inserido numa zona edificada da cidade acaba por desmobilizar os seus residentes da sua morada sempre que estes necessitem de se abastecer. Tornando este projecto dependente do espaço de fluxo e consequentemente num local menos sociável.

2.2. Espaço de Fluxos

Ao habitarem na mesma rua é normal que os vizinhos lá alojados partilhem um sem número de expectativas, perspectivando assim um facilitado contacto entre moradores. Porém, a crescente prosperidade da sociedade tem contribuído para um tendencial isolamento das pessoas, o que acaba por contrariar o conceito de "rua de convivência" (Hertzberger, 1991/2006, p. 52). Culpabilizar a prosperidade de tirar as pessoas da rua, pode parecer um pouco excessivo. Eventualmente, mais do que o tempo que as pessoas passam em casa, está em causa, o tempo que são obrigadas a trabalhar para conseguirem atingir uma desejada prosperidade.

Para além deste factor de desmobilização da vida social na rua, Hertzberger aponta o dedo a mais três aspectos, é o caso do aumento do tráfego automóvel, a má organização do espaço que antecede a morada e a baixa densidade de edifícios de habitação (1991/2006, p. 49). Embora em todas elas exista um motivo específico e significativo é na transformação da rua em espaço de fluxo que me parece encontrar o motivo mais explícito e relevante para a desmobilização da vida social na rua [Imagens 69 e 70].

Não encontrando mais nenhuma função, quando isoladas de equipamentos adjacentes, as ruas adquirem apenas a função de circulação. No entanto, quando esta função prevalece em condições normais, o espaço pode-se tornar desagradável e solitário (Jacobs, 1961/2009, p. 29). O carro é um dos principais culpados desta disfuncionalidade, que através da dependência que ostenta junto das pessoas oculta a existência de um espaço propício à sociabilização.

Vistas por um turista, num dia normal, as ruas podem simbolizar a imagem da cidade. Sendo os sentimentos absorvidos num determinado espaço, como a rua, o ponto de partida para a concepção de uma visão global. Se uma pessoa se sente segura nas ruas de uma cidade é normal que esta considere a cidade de segura (Jacobs, 1961/2009, p. 29). Porém, isso não determina o tipo de pessoas que lá moram, até porque muito provavelmente não as encontramos lá, nem tão pouco nos é possível congelar e circunscrever as suas rotinas ao lugar onde moram. Precisamente porque a rua compre apenas a função de circulação, somos como que projectados constantemente de um ponto da cidade para outro através das ruas.

Se recuarmos um pouco no tempo, percebemos que no passado as ruas tinham um tratamento diferente, facto que sugeria e demonstrava a sua função de carácter muito mais social. As parisienses *boulevards*, no século XIX demonstram isso mesmo [Imagem 71]. Compostas por cafés, teatros, salões de baile, tabernas e lojas, estas

velhas avenidas serviam de palco aos passatempos de uma sociedade que procurava preservar a ideia de uma juventude romântica e que surgia expressa nas práticas artísticas da altura (Gribaudo, 2008). Esta realidade é também expressa no Passeio Público de Lisboa, hoje conhecido como Avenida da Liberdade.

Hoje em dia, com o crescimento do número de carros a circularem na cidade, a rua tornou-se menos apropriável, motivado por vários tipos de poluição derivados da utilização generalizada do carro e da forma como estes vão ganhando metros aos passeios, diminuindo a dimensão das vias pedonais. Ainda a agravar esta situação os peões, em algumas zonas, de certas cidades, encontram dois outros tipos de adversários: as bicicletas e os eléctricos ou metros de superfície [Imagem 72]. Justificados pelo defendido factor da sustentabilidade, as Câmaras Municipais vão autorizando a propagação destes mecanismos de locomoção acelerada e que diariamente consomem as áreas pedonais.

Não correspondendo especificamente à rua, o texto do sociólogo Manuel Castells (n. 1942) sobre os espaços fluxos retrata bem este problema. A cidade existe e pretende-se a um ritmo intenso e acelerado. No entanto, e perante esta necessidade, o espaço físico torna-se um contratempo que acaba por arcar com as consequências disso mesmo (Castells, 2010/1989). As ruas já não são espaços mas sim caminhos, trajectórias, vectores. Não há espaço nem tempo para os peões pararem [Imagem 73]. Neste sentido assistimos a uma metáfora urbana que converte o edificado adjacente à rua em bóias de salvação. A cidade parece já se ter antecipado à subida do nível médio das águas do mar e em bicos dos pés aguarda impacientemente, na esperança de não molhar a bainha da saia, já roçada por um passado ligado à vi(d)a pública.

Com a diminuição quantitativa e qualitativa da rua torna-se perceptível o crescente desinteresse das pessoas em habitarem este espaço. Ainda assim, esta decomposição não é apenas o resultado de um mau planeamento mas também do próprio estilo de vida das pessoas. As pessoas para terem um conforto financeiro no final de cada mês precisam de trabalhar mais horas levando a um maior desgaste. Para além de saírem tarde do trabalho, as pessoas ainda têm de lidar no final do dia, com o desgaste provocado pelo mesmo, tornando-se complicado haver disposição para o tempo lúdico passado na rua. Esta condição de urbanidade lembrada por Tim Sieber, remete-nos para uma reflexão que procura encontrar quem são os utilizadores da rua durante o dia (Sieber, 2008). Como resposta estarão alguns grupos como os jovens estudantes, os idosos já reformados, os desempregados e os marginais, que muitas vezes coincidem com os grupos dos jovens ou dos desempregados.

Poderemos também considerar alguns trabalhadores com horários mais flexíveis ou de férias e, ainda, algumas mulheres prenhes ou com filhos recém-nascidos. Muito embora seja claro que muitas das pessoas só recorrem às ruas como percurso para chegar a determinado sítio e não como uma finalidade. Mas será que a rua está a desaparecer?

O desaparecimento da rua não me parece encontra-se marcado para breve, no entanto está claramente a deixar de ser vivida para ser apenas percorrida. Cada vez mais a rua se assume como um espaço de fluxos. Porém existem pelo menos dois momentos em que a rua volta a ser apropriada e vivida, superando-se e superando, a função de distribuidora de fluxos. Esses dois momentos são durante as manifestações e nos períodos festivos locais.

Por um lado, as manifestações são por norma registadas em momentos de insatisfação social e surgem com o intuito de chamar à atenção de determinadas instituições, sendo para isso conveniente haver uma mobilização do maior número de pessoas, conferindo-lhes assim alguma visibilidade [Imagem 74]. No entanto estas manifestações oferecem mais do que uma simples posição, partilhada por um determinado grupo de cidadãos, à cidade. Como refere Cavalletti (2009/2010, p. 21):

Só há verdadeira apropriação da cidade no instante da revolta, pois só a revolta torna, por um instante, a cidade de facto passível de ser conhecida. Então, e pela primeira vez, já não se está só. Então, o «já não se está só» passa a ser «está-se de novo em sociedade».

Mobilizadas por uma mesma causa, as pessoas que participam neste acto social saem da rotina fechada do seu dia-a-dia, deixam de fazer parte de uma multidão solitária e facilmente geram empatia, cooperação e solidariedade umas com as outras (Cavalletti, 2009/2010, pp. 42-43). De repente a rua volta a ser utilizada como espaço de interacção social e as pessoas voltam a ser animais sociáveis. O que serve de propósito às manifestações é na maior parte das vezes um ponto de vista que merece alguma reflexão mas o acto de sair à rua e conviver com os demais que partilham de um mesmo ponto de vista é sem dúvida o factor que mais merece ser reflectido, principalmente, para todos aqueles que pensam sobre a cidade.

Por outro lado, os períodos festivos são alturas do ano importantes para qualquer sociedade, que através dos eventos que desenvolvem, conseguem promover os valores, símbolos e tradições de uma determinada cultura [Imagem 75]. Apropriando-se das ruas e das praças estes eventos proporcionam uma dinamização extraordinária

dos espaços públicos exteriores, muito por consequência da forte adesão e da desmobilização automóvel. O que também contribui para o desenvolvimento do comércio local. O ambiente de êxtase em que estas festas acontecem, como se todos os que a integram tivessem estado um ano inteiro fechados em casa à espera deste importante evento, torna o clima ideal para a socialização. As pessoas desfrutam deste tempo lúdico enquanto algumas barreiras vão sendo quebradas. Os donos das casas que delimitam o espaço público, muitas vezes abrem as portas e partilham o que têm com os novos conhecidos (Carcajeiro, 2010, p. 22). Novamente, voltamos a estar assumidamente em sociedade.

Curiosamente este tipo de acontecimentos costuma ter lugar em zonas mais antigas das cidades. No caso de Lisboa, temos o exemplo das festas populares que se desenrolam em zonas históricas, onde o trânsito não é muito afectado. A própria forma como estes bairros históricos foram desenvolvidos conduzem a uma apropriação informal e descontraída. Seria muito complicado imaginar este tipo de eventos noutra parte da cidade, dando quase a entender que o espaço foi feito para aquele tipo de acontecimentos anual. Um bom exemplo da arquitectura se encontrar voltada para a via pública de modo a também promover os seus períodos festivos é a Plaza Mayor, em Chinchón [Imagens 76 e 77], cidade espanhola cujas moradas foram dispostas de forma a criar um anfiteatro grego e na qual as varandas cumprem a função de camarotes, deixando o espaço pronto a receber uma tradicional corrida de touros anual (Hertzberger, 1991/2006, p. 67).

O arquitecto inglês Richard Rogers (n. 1933) num texto sobre as cidades alerta para a fragmentação de uma comunidade que consumida pela instabilidade social encontra na televisão o consolo suficiente para remendar o vazio causado pela individualização do ser urbano. Nesse sentido é proposto o recurso à cultura como forma de consubstanciar a cooperação entre pessoas e o crescimento pessoal (Rogers, 2001/1997, pp. 149-151). A dinâmica social na cidade é uma característica que se tem vindo a perder com a actual necessidade de abertura à globalização e consequente crescimento das mesmas – a cidade já não é pensada em função das pessoas mas sim das massas. Esta necessidade de voltar às origens é apenas uma tentativa de fugir à rotina do dia-a-dia. A cidade já não assume o lugar da origem. A cidade é apenas uma mescla de culturas e pessoas que contribuem para o desenvolvimento de uma entidade sem identidade.

Ao observarmos um dia de normal funcionamento de uma cidade percebemos a importância dos espaços de fluxos na forma como aproximam os vários pontos de

uma cidade. Mas, ao precisarmos destes espaços de união onde não existe uma apropriação legítima por parte dos peões percebemos que a cidade se encontra fragmentada. A cidade só é cidade porque do ponto de vista administrativo é útil que assim seja.

A constatação da evolução de um bairro cujo tráfego automóvel aumentou, levando a que o contacto entre vizinhos diminuísse, conduziu um grupo de investigadores de San Francisco a concluir que a simples realidade do actual estado do tráfego automóvel é por si só capaz de destruir o sentido de comunidade de uma rua (Rogers, 2001/1997, pp. 36-37). Até alguns bairros caminham para esta ideia de fragmentação social, da qual o elevador é apenas a ignição. Saímos dos nossos apartamentos e somos conduzidos pelo elevador até à garagem onde se encontra um carro à nossa espera, a partir daí estamos prontos para nos transformarmos em fluxos urbanos [Imagem 78].

3. Reflexões sobre o Espaço Intersticial

A intenção de reflectir sobre os espaços intersticiais resulta da crença numa sociedade mais cooperativa, afectiva, familiar, unida mas sobretudo constituída como uma sociedade disponível para a socialização [Imagem 80 a 83]. A cidade é agora genérica, com uma identidade desvanecida mas da qual ninguém parece sentir falta; a rua encontra-se resumida a espaço de fluxo, o que antigamente protagonizava a imagem da cidade é hoje um filme *hollyodesco* repleto de acção; o apartamento é então o único espaço receptivo ao acto social familiar, aparentemente reduzido a pequenas parcelas, este espaço de relacionamentos parece encontra-se ameaçado pelas presenças da televisão, da internet e do trabalho.

Facilmente designado como charneira de articulação entre a rua e o apartamento e não como agregador social, o espaço intersticial tem a particularidade de não estar sujeito ao trânsito automóvel, o que por si só já é uma vantagem que este tem sobre a rua. Tal como a rua se comporta em relação às moradas também este espaço, que se encontra adjacente à habitação, reage aos apartamentos – funcionado como uma extensão do espaço habitacional, como aliás a própria raiz etimológica do termo limiar o sugere, *limen* ou soleira (Martins, 2005, p. 200). O pensamento em torno de uma área tendencialmente desprezada pretende restabelecer a forma como todo o espaço habitacional é hierarquizado, dividido e qualificado.

3.1. Pensamento Intersticial

De modo a perceber de que maneira é possível intervir em torno deste objecto de estudo, propõe-se um apanhado de algumas reflexões de teóricos influentes, desde princípios do século XX, relativamente a este tema. Embora nem sempre focadas especificamente nos espaços intersticiais, as reflexões aqui apresentadas também fazem alusão a temas como a concepção e a percepção do espaço, tanto habitacional como urbano, por me sugerirem alguns apontamentos potencialmente favoráveis a este estudo.

Em 1921, num texto que escreve sobre a forma como o espaço habitacional é ocupado, referindo-se à vida numa residência, o arquitecto checo Adolf Loos (1870-1933) faz uma breve descrição das rotinas presentes num ambiente familiar. Aqui, a diferenciação entre o espaço privado e o espaço social da casa é definida por

diferentes pisos, dos quais o piso superior é destinado aos quartos e o inferior à zona de refeição. A existência de um espaço intersticial neste contexto assume-se apenas como momento de transição entre aquilo a que Loos chama de vida diurna e nocturna (Loos, 2010/1921, p. 131). A importância dada a este momento não foi suficiente para fazer deste espaço um novo acontecimento, de modo a que este fosse capaz de adquirir uma função final, no entanto a consciencialização da sua existência como momento de transição foi o primeiro passo dado rumo à sua determinação.

Não com o intuito de tornar os espaços de transição em espaços apropriáveis, o arquitecto e urbanista russo Alexander Klein (1879-1961), aborda a temática das circulações no contexto da casa, de modo a antecipar em projecto a forma como estes espaços poderiam influenciar a percepção dos seus utilizadores. Ao desenhar as zonas de circulação o arquitecto tem a possibilidade de revelar um pouco do nível social do seu cliente, uma vez que estes espaços serão à partida os espaços mais utilizados pelos futuros convidados do mesmo. Com a ampliação dos espaços de circulação existe uma leitura de um ambiente mais abastado facto que, no entanto, era considerado por Klein como um desperdício de recursos e energia. Ao aumentar estas zonas o custo da sua execução torna-se maior e maior será também o gasto de energia despendido pelos seus utilizadores ao percorrê-lo (Klein, 2010/1927, p. 158). Havendo já uma preocupação na forma como o espaço poderia ser interpretado ainda não existiam manifestações teóricas em torno das potencialidades do mesmo.

Seguindo a linha de pensamento de Klein, o arquitecto português Raul Lino (1879-1974) também reflecte sobre os espaços de circulação, sendo que neste caso é dado especial enfoque às escadas cuja função sempre foi a de servir o propósito de ligar a rua ao interior da morada. Como forma de fundamentar o seu trabalho Lino recorre à arquitectura tradicional como forma de perceber o tipo de apropriação e interpretação que os vários espaços da casa foram tendo ao longo dos tempos. Mais uma as escadas são vistas como um cartão de boas-vindas da habitação que introduzem o restante espaço assim como os seus moradores (Lino, 2010/1929, p. 181). Esta consciencialização da possibilidade de haver algo mais para além de um mero espaço de circulação marca um período no qual a sua representação e a sua apreensão são os pontos fundamentais.

Os finais dos anos 1920 demonstram-se atentos às preocupações espaciais, sob a forma de várias propostas reflexivas. A concepção de espaços cuja utilização encerra apenas a função de abrigo às condições meteorológicas, por si só, já não era satisfatória. O legado da revolução industrial embora encerrasse muitas vantagens e

possibilidades, tinha de ser repensado. Nesse sentido um dos primeiros professores de design, o norte-americano László Moholy-Nagy (1895-1946), estabeleceu uma necessidade de relação presenciada através dos sentidos, entre o homem e o espaço. A forma como esta relação é determinada funciona como justificação para a concepção de espaços habitacionais onde o homem possa não só tirar partido das diferentes funcionalidades espaciais mas também das sensações que este espaço possa proporcionar. Assim sendo, a habitação não deve funcionar apenas como invólucro edificado capaz de proteger o ser humano das agressões externas ou provenientes no meio natural mas sim como parte orgânica intrínseca à vida (Moholy-Nagy, 2010/1929, pp. 177-178).

Tendo este contributo sido produzido por um professor de designer é aceitável considerar que a sua interpretação da forma sensível como o ser humano ocupa um espaço arquitectónico, seja uma justificação para a produção de peças de mobiliário, entre outras, que ajudem a complementar o ambiente de modo a que este se torne mais familiar. Num texto mais recente sobre a produção de espaços habitacionais, o arquitecto finlandês Juhani Pallasmaa (n. 1936) reserva uma parte para falar sobre a importância da mesa no domínio familiar. Este objecto aparentemente vulgar nos nossos dias é para Pallasmaa o ponto de convergência de toda a vida social familiar – aqui podemos comer, costurar, jogar, fazer os trabalhos de casa, socializar com familiares, vizinhos ou estranhos, entre outras coisas (Pallasmaa, 1993, pp. 12-13). O recurso a peças de design não tem de ser um capricho dos endinheirados mas pode ser um complemento à definição de um espaço mais flexível [Imagens 89 a 91].

A noção de que a arquitectura deveria dar origem a espaços humanizados capazes de corresponder, através de estímulos, às necessidades fundamentadas dos seus utilizadores foi uma ideia simetrizada onze anos depois pelo arquitecto também finlandês Alvar Aalto (1898-1976). Contextualizado pelo período modernista onde a funcionalidade pura e dura se vinha a consolidar, Aalto interpreta a arquitectura como algo que tem por base a funcionalidade sem que no entanto esta se resuma ao aspecto técnico, ou seja, a arquitectura também deve ser sensorial. Não menos importante do que aquela que é a forma de um determinado espaço ou o tipo de uso que ele vai ter é a forma como o espaço é percebido pelo seu utilizador (2010/1940, pp. 303-305). Curiosamente, enquanto havia uma grande preocupação em perceber as consequências que um gesto, adequando na fase de projecto, poderia ter na percepção, reacção e interacção com um espaço, a rua, espaço intersticial da cidade, ia sendo descaracterizada pelo crescente número de automóveis.

Com o início dos anos 1960 surge um movimento de reacção ao Modernismo Internacional. A determinação de uma arquitectura fundamentalmente funcionalista cuja definição espacial era estanque e o seu utilizador universal, levou um grupo de arquitectos da altura a repensar o caminho a seguir (Martins, 2005, p. 249). Surge então uma nova linha de reflexão que, como o arquitecto norte-americano Robert Venturi defende, valoriza alguns aspectos como a complexidade, a ambiguidade, a dualidade, a tensão e a riqueza de significados e experiências na arquitectura (Venturi, 1966/2004, p. 1). Se no Modernismo a arquitectura foi conduzida para o seu lado mais prático, onde havia a necessidade de responder de forma rápida e mais ou menos eficiente aos problemas, facto que encontrou na generalização do sujeito que habita a cidade uma ajuda, independentemente de continuarem a haver arquitectos preocupados com a personalização dos espaços. No Pós-Modernismo parece nascer uma consciência colectiva que desperta para a frieza dos espaços modernos, que sem os censurar por completo os acabam por ir desenvolvendo, completando e refinando.

Em 1960, o arquitecto norte-americano Kevin Lynch (1918-1984) escreve sobre a cidade fazendo uma análise à forma como apreendemos uma cidade. Embora se trate da escala urbana existe um aspecto que me parece particularmente interessante para a minha investigação e que diz respeito à forma como Lynch estrutura a cidade, definido que esta é constituída por vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes (Lynch, 1960/2008, pp. 51-53). Desta organização todos os pontos são mais ou menos apreensíveis e reconhecíveis por mim, sendo que a via diz respeito preferencialmente às ruas; o bairro corresponde ao espaço construído; os cruzamentos como zonas em que as vias se intersectam e como tal dão origem a novos acontecimentos; os pontos marcantes que no fundo são os elementos que nos servem de referência e facilitam a nossa orientação na cidade. Contudo os limites foram os elementos que para mim mais me intrigaram.

Ao pensar nos limites da cidade em primeiro plano o que me vem à cabeça são as fronteiras da mesma. No entanto segundo a explicação de Lynch, estes espaços podem ser "fronteiras, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento" (Lynch, 1960/2008, p. 52). No fundo estes espaços são quebras da continuidade da cidade que normalmente necessitam de uma intervenção que os qualifique e lhe dê um novo significado. Transportando esta realidade para a cidade de Lisboa, estaríamos a falar de espaços como a frente ribeirinha, a linha de comboio de Cascais e provavelmente alguns troços de auto-estradas ou vias rápidas que atravessem ou delimitem a cidade, entre outros espaços de menor destaque. Interpretados como espaços não

qualificados ou potencialmente apelativos estes, espaços pode e devem ser convertidos em espaços públicos de lazer, mediando os limites e assegurando-lhes uma nova função [Imagem 92]. Tal como os limites da cidade são alvo de intervenções a uma escala urbana, também me parece sensato considerar os espaços intersticiais, enquanto limites da rua e do apartamento, como alvos de reflexão.

Embora tenham sido os anos 1960 o período onde houve de facto uma grande produção de documentos que punham em causa os princípios Modernistas, foi, em 1953, no CIAM 9, em Aix-en Provence, que um grupo de arquitectos se sentou à mesa para questionar o que até então era dado como incontestável. Começaram, então, a ser colocadas novas questões sobre diferentes pontos de vista e a interdisciplinaridade passou a fazer parte dos processos arquitectónicos como forma de perceber as relações entre os utilizadores e o espaço edificado (Martins, 2005, pp. 254-255).

Este nono CIAM, que mais tarde viria a apelidar os seus intervenientes de Team 10, foi presidido pelos ingleses Alison Smithson (n. 1927) e Peter Smithson (1923-2003), assim como pelo holandês Aldo Van Eyck (1918-1999). Neste congresso os Smithson propõem a debate o tema "limiar", defendendo que este se tratava do espaço público confinante à casa, funcionando como uma extensão ao espaço doméstico e no qual era feita a mediação entre o espaço privado e social. Esta interpretação do termo *doorstep*, ou soleira, era uma consequência do assumir da rua como um espaço de expressão social, no qual se podia gerar identidade, laços sociais, sensações de segurança e de bem-estar (Martins, 2005, p. 255).

As considerações feitas pelos Smithson iam ao encontro do que Van Eyck considerava sobre este espaço, no entanto, revelavam-se bastante incompletas face à complexidade e densidade teórica e poética que o limiar poderia ter. Para o arquitecto holandês este espaço tinha a capacidade de conseguir coser de forma harmoniosa todas as dicotomias provenientes de um espaço de articulação entre o dois pólos – a rua e a casa. Ao longo da caracterização feita a este espaço, Van Eyck considera a porta como algo para além do dispositivo móvel que permite abrir ou encerrar um determinado espaço. No seu entender a porta de entrada é o cartão de identidade de um espaço assim como do seu utilizador, através dela criamos expectativas sobre a forma como o espaço que a sucede se organiza (Martins, 2005, pp. 255-256). A pausa a que somos obrigados antes de a transpormos é por si só, um acontecimento capaz de nos ligar ao espaço que nos envolve – por momentos ficamos expostos ao contacto [Imagens 93 a 95].

A modernista continuidade espacial era agora contraposta pela necessidade de instituir espaços intermédios – *in between* – articulados, provenientes dos limiares, de modo a que a sua existência fosse também fundamentada pela sua própria função e não apenas pelos espaços que a circundavam (Martins, 2005, p. 256). O destaque que Van Eyck dá a um espaço que até então nunca tinha sido considerado, de forma consciente, parece-me importante não pela ideia de abordar um tema pouco querido ao contexto arquitectónico mas sim pelo real proveito que o estudo e o desenvolvimento deste espaço poderão ter para a definição da (não) arquitectura.

As considerações de investigadores de outras áreas sempre estiveram presentes no pensamento arquitectónico assim como a arquitectura tem servido de tema a muitas reflexões feitas por não arquitectos. Um dos aspectos defendidos pelos pós-modernistas dizia respeito ao relacionamento da arquitectura com as outras áreas de modo a produzir algo mais complexo e completo. Em 1960, o sociólogo francês Paul Chombart de Lauwe (1913-1998), escreveu um texto sobre a habitação no qual recorre a alguns arquitectos e engenheiros para perceber de que forma é que o espaço habitacional era estruturado. Se, em alguns casos, a divisão era feita tendo em consideração a diferenciação entre o dia e a noite, noutros exemplos a separação espacial era feita segundo os pais e os filhos e ainda se dava o caso da partição ser realizada consoante as zonas privadas e sociais da casa. Em cada um destes casos é referida a possibilidade de interpenetração das divisões, facto que inquietava Chombart de Lauwe por considerar que esta opção poderia dar azo a uma perigosa ambiguidade capaz de interferir com a privacidade de cada morador (Lauwe, 2010/1960, pp. 436-437). No entanto, parece-me que o problema não se encontra na intercepção de espaços mas sim na indefinição dos mesmos, daí considerar de extrema importância as reflexões provenientes do CIAM 9, onde houve uma reflexão sobre um espaço pouco explorado até então.

A ambiguidade é uma expressão à qual já estamos acostumados por se tratar de um tema presente na realidade arquitectónica em que nos inserimos. Considerá-la enquanto não definidora de espaço pode ser, como aliás o referido sociólogo francês afirmava, um factor de contribuição para a supressão da liberdade individual. Contudo, o significado que esta adquire, enquanto adjectivação de espaço urbano ou arquitectónico, prende-se com a versatilidade de usos ou apropriações a que o espaço se encontra sujeito.

No seguimento da interpretação da ambiguidade como definição da produção arquitectónica contemporânea surge o texto *Espaço-Lixo*, de Rem Koolhaas, no qual o

arquitecto caracteriza a actual produção de espaço quase como um pecado que vai sendo cometido. A designação espaço-lixo é aplicada para identificar todos os resíduos, em forma de cidades e afins, que a Humanidade vai deixando sobre o planeta. O espaço-lixo é o reflexo da perfectibilidade humana transposta para a mega-estruturas cuja forma procura encontrar uma função ainda por definir. Os corredores já não são meros espectadores na articulação entre dois pontos, agora eles também são intervenientes, capazes de disputar o protagonismo local. A proliferação da mistura de usos, como resposta a uma rápida consolidação do espaço urbano é uma das características do espaço-lixo. Qualquer dia o espaço-lixo passará a designar-se de espaço-universal, nessa altura poderemos fazer qualquer coisa em qualquer lugar, tudo serve todo o propósito (Koolhaas, 2010, p. 95).

Claramente enfatizado pela descrição de Koolhaas o espaço urbano caminha para uma realidade demasiado preocupada com uma qualificação tendencialmente genérica onde tudo funciona e se repete como se de uma máquina se tratasse. Com a intenção de tornar o espaço aprazível, por vezes o arquitecto procura controlar de forma demasiado impositiva a vivência de um espaço, recorrendo a mecanismos bem sucedidos no passado como forma de responder ao futuro, generalizando as respostas aos problemas.

O espaço intersticial é um objecto de estudo que só foi realmente retratado teoricamente pela mão dos Smithson e de Van Eyck, no entanto muitos outros ensaios foram produzidos no sentido de relatar várias interpretações ao espaço arquitectónico cuja a importância possibilita a contaminação do pensamento em torno deste espaço. Mais recentemente foram produzidos alguns documentos onde se procura estabelecer um dialogo entre o arquitecto e o potencial que estes espaços podem encerrar, sendo especial exemplo disso arquitectos como Herman Hertzberger (n. 1932) ou Nuno Portas (n. 1934).

3.2. Intersticiando

Intersticiando é uma parte deste trabalho que junta aqueles que foram os contributos, mais determinantes para a investigação, escritos recentemente por arquitectos/teóricos ainda no activo e que reflectem uma abordagem mais abrangente ao tema. Fazem parte desta selecção a portuguesa Marta Sequeira (n. 1977), o alemão Herman Hertzberger e o também português Nuno Portas. Recentemente foi realizada uma dissertação para a obtenção do grau de mestre em arquitectura, por aluno da FAUTL, Fernando Freire, na qual o tema dizia respeito aos espaços de

transição num edifício habitacional e onde é feito um apanhado, de forma muito sintética a várias reflexões relacionadas com o tema; resultando portanto num óptimo contributo para a exploração de novas fontes bibliográficas de apoio à minha dissertação.

A introdução a este tema é feita pela tese de doutoramento da Marta Sequeira por se tratar de um trabalho que trata a Unidade de Habitação de Marselha (UdHdM), de Le Corbusier, projecto que em muito contribuiu para o pensamento da vida urbana em torno de uma única estrutura edificada. Para além disso este trabalho escrito também tem alguns apontamentos relacionados com a forma como os vários elementos arquitectónicos têm influência na vivência do espaço, nomeadamente as escadas, rampas e elevadores. A reflexão que este tipo de elementos estimula é importante porque extravasa a ideia de espaço necessitado de função específica, como garantia de um bom funcionamento.

A UdHdM é um projecto onde a preocupação com o espaço social se encontra bem presente mas que continua a ter como principal função a resposta à densidade populacional. Percebemos isso após estabelecermos uma confrontação entre espaço habitacional e espaço social e sermos confrontados com uma área reservada à habitação quatro vezes superior à do espaço comum do edifício, o que corresponde a 4/5.

Ao longo da tese de doutoramento desta arquitecta existe uma constante preocupação em destacar o espaço público, com especial atenção ao *toit-terrasse*. Embora haja uma constante qualificação do espaço, não parece existir um investimento tão grande na quantificação do espaço e até mesmo no que pode surgir da mistura destes dois pressupostos. Destaco este aspecto porque a definição dos vários serviços e equipamentos que complementam a habitação é sempre feita de forma demasiado estanque, não deixando espaço para uma possível contaminação de usos. Isto leva a que o edifício tenha no seu interior 5 corredores longitudinais, aos quais a arquitecta portuguesa designa de "ruas", talvez pela sua dimensão, mas que a meu ver, não tiram partido da capacidade agregadora que uma rua pode e deve ter - sendo, desta feita, resumidos a eixos de circulação cujo objectivo é o de conduzirem as pessoas de um ponto A a um ponto B.

Porém a referência feita aos outros elementos de circulação do projecto denotam uma nova e interessante preocupação. O ascensor é aqui caracterizado como "uma máquina de fazer desaparecer e aparecer" (Sequeira, 2008, p. 39). Com a capacidade de nos tirar de uma realidade e de nos colocar perante uma completamente nova, este

mecanismo, quase que metaforizado pelo elevador que o cineasta inglês Christopher Nolan nos apresenta no filme *Inception*, introduz-nos uma ideia romântica de um rudimentar teletransporte, que ainda não desintegra as partículas do nosso corpo para as voltar a reagrupar noutra qualquer local mas que nos obriga a partilhar um pequeno compartimento com desconhecidos, num ambiente que tem tanto de íntimo como de impessoal [Imagem 97].

Como forma de compensar este estranho mas eficaz mecanismo de vencimento de cotas ou de modo a imprimir um novo ritmo de acesso ao *toit-terrace*, Le Corbusier introduz uma rampa como forma de destacar uma sugerida continuidade entre o limbo e o social (Sequeira, 2008, p. 57). Ao longo do projecto as escadas deixaram de ter importância como definidoras de espaço para passarem a servir um propósito técnico de alternativa ao elevador. O processo mecanizado do homem moderno habitar já não era capaz de encarar o vencimento de cotas de forma romântica, a menos que o propósito específico passe pela socialização.

Perante estes exemplos ficamos com a sensação de que o espaço de fluxo existe não só na rua mas também no interior dos edifícios de habitação. Na rua o principal problema vindo dos espaços de fluxos prende-se com o facto destes espaços se tornarem pouco propícios ao relacionamento entre pessoas. Mas no caso dos espaços de circulação em edifícios de habitação multifamiliar o problema torna-se ainda maior, uma vez que a inconstante utilização do espaço, ao longo do dia, pode facilmente criar situações de insegurança, para além de ser mais um espaço que na maioria das vezes não serve o propósito da interacção social. Esta constatação revela alguma distração na forma como o espaço foi sendo estruturado, resumindo os espaços de conforto, segurança e bem-estar, na cidade, a áreas muito pequenas comparativamente ao espaço construído.

O contributo de Herman Hertzberger é provavelmente uma das mais importantes fontes deste trabalho, por recorrer a algumas soluções que procuram contrariar a ideia de espaço genérico, impessoal e descaracterizado. Através de pequenos apontamentos o espaço pode sugerir uma apropriação muito mais genuína, capaz de estimular os sentidos dos moradores, que mesmo derivando para algo a que possamos considerar de *kitch* ou foleiro, não é mais que a confirmação de um enraizamento bem sucedido. No livro *Lições de Arquitectura*, o arquitecto alemão dedica uma parte à confrontação entre espaço público e privado, considerando as demarcações e diferenciações territoriais para cada espaço.

Numa primeira abordagem ao tema, Hertzberger define espaço público como uma área acessível a toda a gente em qualquer momento e cuja manutenção é da responsabilidade de todos. Já no que concerne ao espaço privado, o acesso é restrito e a manutenção torna-se pessoal (Hertzberger, 1991/2006, p. 12). O sentimento de pertença para com um espaço, parte muito da forma como nós sentimos que o podemos ou devemos controlar, independentemente das barreiras que este possui.

A privacidade de um espaço aberto pode assim ser determinada, pelo grau de acesso que lhe for conferido, pela forma como é supervisionado e pelo modo como o seu utilizador tira partido dele e o conserva. Como exemplo desta definição temos os graus de privacidade de uma escola. Na escola, as salas adquirem um grau de privacidade em relação ao hall; o hall torna-se privado em relação ao espaço exterior da escola; e que por sua vez, leva a que a totalidade da escola se torne privada em relação à rua adjacente [Imagem 103]. Esta escala de privacidade, que ajuda a perceber a complexidade entre privado e público, funciona como uma convenção acordada entre todos os cidadãos mas que no entanto ainda é reforçada pela legislação (Hertzberger, 1991/2006, pp. 14-15).

Os pressupostos sobre os quais Hertzberger trabalha denotam uma grande influência do trabalho do holandês Aldo Van Eyck, reflectido assim algumas das ideias do seu antepassado, quanto à definição dos espaços de transição e o tipo de privacidade que os mesmos adquirem. Nesse sentido, o alemão volta a valorizar a importância da possibilidade de indivíduos ou grupos expandirem o seu espaço de acção aos espaços públicos, de modo a lhes conferir um maior dinamismo, segurança, variedade e constância de acções, assim como uma maior interacção social. Só assim é possível um fortalecimento da relação entre usuário e território (Hertzberger, 1991/2006, pp. 16-17).

Embora não seja um projecto de habitação, Hertzberger, apresenta um projecto da sua autoria, o Edifício de Escritórios Centraal Beheer [Imagens 104 e 105], como forma de mostrar de que modo é que um espaço com determinado tipo de características se torna susceptível a uma especial apropriação por parte das pessoas. Ao recriar várias zonas de trabalho, definidas por recantos e mobiliário, os trabalhadores deste escritório sentiram liberdade para personalizarem o seu espaço de trabalho com cores ao seu critério, vasos e objectos de estimação. O resultado foi um espaço mais confortável, que estimulava em todos a necessidade da sua preservação e manutenção (1991/2006, pp. 22-23). Num período onde o único comprometimento é o trabalho, surgem estes projectos que com pequenos

apontamentos nos levam a acreditar num estilo de vida mais próximo do tradicional, capaz de corresponder às nossas necessidades afectivas.

Enquanto arquitectos podemos facilitar ou, no melhor dos casos, induzir um sentimento de responsabilidade para com um espaço, através do modo como o organizamos. Porém existe sempre a necessidade de ter um lugar onde possamos deixar as nossas coisas sem recear que nada lhes aconteça. Como escreveu Hertzberger "Não pode haver aventura sem uma base para onde retornar" (1991/2006, p. 28). Esta condição remete-nos para a ideia de enraizamento tradicional, próprio da *polis* grega. Não querendo fazer deste factor um aspecto demasiado condicionador ao tipo de vida dos moradores, parece-me importante dar espaço para que isso esteja disponível para quem assim o desejar. A importância do enraizamento na habitação não se prende apenas com o local mas também com as pessoas que o partilham connosco e é nesse sentido que a sua sugestão é importante para a consolidação de sociedade, independentemente de parte desta ser semi-nómada ou sedentária.

A definição de espaços de transição é sem dúvida um dos aspectos mais interessantes deste jogo entre público e privado. No caso das escolas, o alemão defende que estes espaços devem ser sugeridos de forma a gerar pequenas bolsas junto à entrada de cada sala de aula, de modo a que estas consigam alguma privacidade em terreno público e nas quais se poderiam desenvolver modestas áreas de trabalho individual, para dois ou três alunos, assim como pequenas vitrinas com o intuito de expor os trabalhos dos alunos, funcionando como cartão de apresentação da turma (Hertzberger, 1991/2006, pp. 30-31) [Imagens 106 a 108].

Embora possa parecer muito diferente, o espaço habitacional quando apetrechado destas bolsas ou nichos à entrada de cada fogo também propicia uma relação de proximidade, do morador para com o espaço público; sendo que a função destes nichos, em vez de servir o propósito de expositor de trabalhos e de áreas de estudo, pode passar a disponibilizar o espaço indicado para ter algumas cadeiras e uma mesa, na qual os seus utilizadores possam se sentar a comer ou onde possam receber os convidados que não queiram levar para o interior da habitação ou simplesmente funcionar como o local onde possam se sentar a ler um livro enquanto assistem ao movimento proveniente do espaço envolvente (Hertzberger, 1991/2006, p. 40).

Em certas ocasiões os espaços de transição também podem ser pontuados por uma pequena escadaria. Geralmente situado na entrada do edifício este espaço comunica tanto com as crianças como com os adultos. No caso das crianças este espaço de mediação entre público e privado, seja em casa ou na escola, é facilmente apropriado

porque lhes transmitir uma sensação de liberdade, derivada da transposição de um espaço edificado e que ao mesmo tempo também lhes transmite alguma segurança, uma vez que se encontra numa zona mais baixa, facultando assim a visibilidade de um supervisor que esteja responsável por elas. Já no caso dos adultos este dispositivo desacelera a transposição do espaço, possibilitando assim um maior tempo de exposição ao contacto com outras pessoas (Hertzberger, 1991/2006, p. 32).

Na maioria dos casos, dentro do contexto ocidental, quando confrontamos público e privado existe um dispositivo que ajuda a controlar a acessibilidade e a definir os pontos de transição, esse dispositivo é a porta. Mais importante do que estabelecer um propósito estético, a porta cumpre uma função específica e sensível a vários aspectos. Hertzberger faz referência a três tipos de porta: a de vidro [Imagem 111], a meia-porta [Imagem 112] e a dupla porta [Imagem 113]. A porta de vidro, permite-nos ver através dela, o que nos revela o que se passa do outro lado, não só esclarecendo e antecipando o espaço para o qual nos encaminhamos como também nos permite perceber se nos vamos cruzar com alguém, ajudando a prever uma possível colisão. A meia-porta tem a capacidade de poder funcionar como porta ou como janela, para pessoas que queiram contactar com o espaço público mas que por um qualquer motivo não consigam sair do espaço privado, esta solução demonstra-se a mais adequada. Por último, a dupla porta, que consiste na disposição de duas portas seguidas, sendo uma delas opaca e outra transparente, funciona com o intuito de controlar a permeabilidade visual entre público e privado, sem que a segurança seja comprometida (1991/2006, pp. 19-38).

Muitos vezes formatados para responder a um determinado tipo de problemas acabamos por nos esquecer daquilo que somos e como reagimos a determinado tipo de espaços e objectos que o compõem. Pensar no significado que uma porta pode ter e na forma como esta pode contribuir para a definição espacial é mais um ponto importante a ter em consideração na projecção do espaço limiar. Um dos melhores exemplos do respeito que uma porta pode adquirir enquanto elemento definidor de espaço encontra-se presente num templo flutuante situado em Jusan Pond, na Coreia do Sul, onde existem várias portas despojadas de paredes [Imagem 114] e que por si só são suficientes para demarcar as várias zonas do templo; não existindo uma barreira física, existe uma fronteira psicológica que nos remete para a transposição de um elemento como modo de aceder a um espaço determinada (Ki-duk, Spring, Summer, Fall, Winter... and Spring, 2003).

Quando se pensa em habitação a tendência dos últimos anos passa muito por isolador a família no seu cubículo e raramente na forma como a casa pode dialogar com a envolvente. Em muitas situações assistimos ao encerramento de varandas, facto que nos podia levar a acreditar que as pessoas preferem ter uma casa maior a vê-la dialogar com a sua envolvente mas bem vistas as coisas é perfeitamente normal isso acontecer nas cidades, porque normalmente a rua cheia de carros é o último local com o qual as pessoas querem ver o seu espaço privado a comunicar. Se as varandas urbanas fossem convertidas em apelativos espaços de transição, onde as pessoas gostassem de estar, provavelmente a vida urbana seria bem mais social.

Um dos grande problemas da vida colectiva na cidade prende-se com o facto das cidades contemplarem uma quantidade exagerada de burocracias capazes de desmobilizar as genuínas acções de enraizamento por parte dos moradores, o que acaba por resultar na falta de comprometimento para com o espaço (Hertzberger, 1991/2006, p. 47). A constante necessidade de controlar minuciosamente todo o espaço urbano, faz com que este se torne em algo descaracterizado e impessoal; camuflado por uma falsa harmonia proveniente de uma castradora legislação.

Após este enorme contributo, houve um aspecto que me interessou especialmente em Hertzberger e que foi o facto deste considerar que a rua deveria ser como uma sala de estar, receptiva às interacções entre moradores, provenientes das suas rotinas diárias, bem como às actividades comunitárias, de carácter festivo ou não. Porém para que isto aconteça é importante que os edifícios de habitação ao redor sejam projectados de modo a dialogarem com estes espaços (1991/2006, pp. 54-60). O dialogo aqui sugerido entre público e privado como também a inabitabilidade proveniente dos espaços de fluxo, levaram-me a considerar a hipótese de estender a rua ao espaço intersticial, assumindo todas as suas funções de carácter social e resguardando-a dos problemas da cota térrea.

Enquanto Hertzberger tem uma abordagem mais intuitiva e que se vai explicando através das imagens apresentadas, o arquitecto Nuno Portas sustenta o seu trabalho em factos reportados por outros investigadores e que articula num discurso de maior densidade e maior complexidade, caracterizado pela constante e demarcada presença da sociologia. Assumindo todo o processo arquitectónico, como se de uma ciência se tratasse, Portas vais dando entrada dos ensaios teóricos com os quais se depara, de seguida cruza-os/processa-os e o resultado é apresentado de uma maneira que aparenta ter tanto de frio como de assertivo.

Tendo uma abordagem muito preocupada com a vertente sociológica, Portas traça o perfil do utilizador modelo com o tipo de problemas normais associados ao estilo de vida urbano. Servindo-se de um fenómeno característico das cidades, o arquitecto português alerta para a diferença entre privacidade e isolamento. A necessidade de privacidade é definida como um "espaço de recolhimento e serenidade diante do esgotamento da actual vida pública", facto que é inviabilizado pela privação do agregado familiar (Portas, 2004, p. 20).

Quando um elemento de uma família modesta parte em direcção à cidade com a esperança de um futuro melhor, a probabilidade de haver uma destabilização emocional é alta devido a alguns factores como o desenraizamento, a instabilidade, a dispersão familiar e a dependência total do dia-a-dia. O desenraizamento é uma consequência da confrontação com o novo estilo de vida, fora das rotinas e dos hábitos adquiridos até então, está dado o primeiro passo para a destabilização do individuo. A instabilidade prende-se com o facto da procura de trabalho, provavelmente agravada pela inconstância de emprego. No caso da dispersão do agregado familiar encontramos mais um factor de destabilização, a falta do conforto oferecido pela família no final de um cansativo dia de trabalho, factor que começa a abrir uma brecha que irá ser ocupada pela sensação de carência afectiva. Por último, a dependência do dia-a-dia que não é mais que a ausência de hábitos e rotinas sugeridas pelos diferentes ritmos do agregado familiar, transformando a necessidade de estar em casa num maior número de horas de trabalho. Nesta situação a sanidade mental das massas urbanas, denota alguma fragilidade e que é perversamente aproveitada pelas marcas, que através de diferentes tipos de estímulos conseguem cativar as diferentes atenções (Portas, 2004, pp. 22-23). Urge a necessidade de uma sociedade mais sã e mais sociável. Como afirmou, numa das suas palestras o filósofo indiano Jiddu Krishnamurti, não é "um sinal de saúde estar completamente adaptado a uma sociedade profundamente doente" (Zeitgeist: Addendum, 2008).

O tema dos espaços intersticiais surge afecto ao pensamento da habitação e nesse sentido o arquitecto português reforça, à semelhança de Hertzberger, que a existência de costumes associados a estes espaços são um aspecto de significativa relevância por sugerirem um maior tempo de utilização do espaço, assim como, por serem capazes de induzirem aos moradores a necessidade de o preservar; nesse sentido a personalização do espaço, através da cor das paredes, da implementação de elementos vegetais ou/e da inclusão de peças de mobiliário, contribuem para uma qualificação espacial bem como para a consolidação dos relacionamentos entre o individuo e o grupo (2004, p. 102).

Ao longo da referência que o português faz aos espaços intermédios, os elementos de circulação são tidos em conta como factores capazes de interferir na eficiência, comodidade e variedade da unidade. Nesse sentido é feita uma distinção entre circulação térrea, dizendo esta respeito à circulação presente na cota térrea; a circulação vertical natural, composta por escadas e rampas; a circulação vertical por meios mecânicos, dizendo respeito aos ascensores; e a circulação horizontal, que designa as "formas de ruas aéreas" (Portas, 2004, p. 107). Mais uma vez a sugestão de uma rua desenvolvida a cotas que não a térrea aparece aqui sugerida por um arquitecto. Ao assumir um carácter de rua o espaço intermédio também pode passar a possuir a função de praça, em determinados pontos. Se a rua adquire a função de uma grande sala de estar social, então a praça poderia vir a cumprir a mesma função, com a mais valia de hierarquizar as ruas de acesso às moradas, como também poderia vir a suportar os acontecimentos/eventos públicos de maior escala.

Num processo que encontra na estimulação de relacionamentos a chave para o sucesso, o arquitecto português, bem ao modo de Jane Jacobs, estrutura a escala de relacionamentos entre moradores em três níveis. No primeiro, encontramos o conhecimento e que passa pela empatia gerada de forma quase anónima entre pessoas com quem nos cruzamos diariamente. A cooperação, estabelece o segundo grau de relacionamento e serve para definir um tipo de relação onde o sentido de entreatajuda e de solidariedade já se encontram presentes. No último patamar encontramos a amizade, aqui as barreiras físicas são praticamente anuladas e o sentimento de bem-estar e segurança aumentam (Portas, 2004, p. 109). A partir do momento em que este nível de relacionamento se começa a propagar podemos considerar que o enraizamento se começa a consolidar.

Pela forma como a sociedade tem evoluído, a tendência conduz-nos para um relacionamento entre vizinhos, na base do conhecimento, contudo quando se torna clara a dissolução da segunda etapa, pela maioria dos moradores de um bloco habitacional, todo o espaço desenvolve uma nova dinâmica social. Finalmente voltamos a dar sinais de sociabilidade. Mas se no entanto o grau de relacionamento, no âmbito geral, atingir a amizade, então podemos considerar o projecto como um sucesso – a sala de estar dos apartamentos ganha um novo propósito mais específico e a rua volta a ser uma grande sala de estar.

A cidade pode e deve voltar a ser um espaço social do qual todos consigam tirar partido. Pensar neste espaço tem sido para mim uma crença de que a cidade pode ser mais do que o fluxos que separam o trabalho do descanso. O binómio On/Off merece

ser convertido em algo mais complexo e mais humanizado. Vivemos num espaço numa *civitas*, numa *cidade genérica*, num *não-lugar* mas nunca em nenhuma destas definições existe uma extinção clara da vida pública. Agora que sabemos que as cidades podem ser cem ou mais vezes superiores à sua extensão territorial, não faz sentido continuar a gerar dormitórios fora da cidade. A vida urbana deve ser definida pelo habitar em família ou se não for possível que sugira a noção de familiar. Cabe então ao espaço intersticial essa responsabilidade.

4. Projecto

O desenvolvimento deste projecto nem sempre se encontrou assente sobre uma linha continua de investigação e como tal, é possível identificar duas fases de projecto bem distintas. Se numa primeira fase encontramos um projecto que resulta de uma vontade de começar a perceber o Espaço Intersticial em Habitação Colectiva (EleHC) e de o desenhar de modo quase descomprometido; na segunda fase, o desenvolvimento deste objecto de estudo encontra-se fundamentado pela experiência adquirida e conclusões retiradas da 1.^a fase de projecto, bem como, pela investigação apresentada ao longo dos pontos 1, 2 e 3 desta dissertação.

Desde início que a 1.^a fase do projecto se assumiu para mim como uma possibilidade de desenvolvimento conceptual de uma experimentação pouco vinculada a princípios teóricos e que, como tal, se pudesse vir a assumir como uma investigação prática de apoio e de consolidação à parte teórica. Sendo vista, por isso, como um meio e não como um fim. No entanto, o facto deste trabalho ter sido desenvolvido no contexto da disciplina de Projecto IV, obrigou-me a direccionar a investigação para um tipo de desenvolvimento mais pormenorizado, dissipando-se a noção de investigação com base na experimentação.

Sustentado por uma limitada base bibliográfica, resultado da investigação feita até à altura, esta 1.^a fase é o reflexo de um trabalho articulado, maioritariamente, com base em alguns ensaios teóricos da autoria de Rem Koolhaas, bem como de Massimo Cacciari - onde a ideia de uma realidade acelerada é aplicada a um contexto urbano marcado pela contaminação, entre si, de conteúdos programáticos. Antevendo uma abordagem sob a forma de híbrido, este estudo, acabou por ser denominado de Centro de Consumo.

A 2.^a fase deste trabalho já não se resume a uma mera experimentação, quase que informal, do tema aqui abordado mas consiste numa tentativa de formalizar toda a teoria e experiência acumuladas, até então. Não sendo a solução ao problema, este projecto, pode ser entendido como uma possibilidade de lidar com o EleHC, valorizando o modo como a transição entre o público e o privado pode ser feita, tanto do ponto de vista espacial como dos relacionamentos entre os seus moradores.

4.1. Centro de Consumo

Actualmente caminhamos para uma tendência onde o espaço cada vez é mais ambíguo e artificial. A ideia de conservar um espaço desprovido de pensamento Humano é mais facilmente associado a um mau projecto do que propriamente a uma liberdade condicional, constantemente reprimida pela procura de uma perfeição impossível.

Esta procura de espaços altamente protectores onde as pessoas consigam habitar, sem se terem de preocupar com nada, são os ambientes perfeitos para um bombardeamento de imagens e de marcas. Marcas essas que vão conseguindo seduzir através de estímulos qualquer pessoa que acesse o seu espaço de influência. Todo este processo, cuidadosamente arquitectado, resulta numa cultura excessivamente consumista.

O meu objectivo para este projecto não é contrariar essa propensão mas sim evidenciar este massacre visual através de uma invasão do espaço habitacional por parte desta congestão visual. Ao criar um espaço com esta carga sensorial tenciono não só apelar à sua exploração e apropriação mas também ao cansaço visual dele proveniente. Funcionando como vacina contra um vírus.

Embora surja como uma enorme provocação às tendências actuais, o projecto pretende, de um modo geral, garantir uma habitabilidade confortável. Porém surge como um processo de investigação onde algumas das opções utilizadas são menos convencionais ou pouco ortodoxas, de modo a que haja espaço para o debate e reflexão das mesmas.

Inicialmente apenas com o programa funcional das células tentei estabelecer uma forma de as compor e relacionar espacialmente. Não só para perceber o volume edificado que seria necessário, como também, para começar a entender de que forma é que a disposição das mesmas poderia gerar espaço social. No entanto, foi complicado estabelecer uma proporção entre público e privado não sabendo quais as características do espaço social.

Tornou-se então, necessário definir as características do espaço público. Uma das ideias iniciais prendia-se com o facto de imaginar o espaço habitacional a funcionar dentro de um edifício público bem sucedido, do ponto de vista da adesão, como por exemplo: um centro comercial ou uma biblioteca ou até mesmo um centro de exposições. Desta reflexão surgiu a ideia de pensar num centro comercial e num centro cultural – resumindo-se a um centro de consumo – para a esfera habitacional.

Quase como criar uma Unidade de Habitação de Marselha 'híbridizada' com a particularidade de transformar os espaços públicos em espaços de transição. Conferindo uma certa continuidade aos programas de caris público ao mesmo tempo que as células habitacionais seriam desenvolvidas.

Ao caracterizar o espaço intersticial com usos de grande escala, senti a necessidade de aumentar o número de células, de modo a que estas se pudessem desenvolver de forma equilibrada. Por outro lado também acabei por alterar os tipos de ocupação das diferentes células.

Inicialmente tinha sido previsto que 50 células teriam uma ocupação cujo seu período poderia variar de 1 a 7 dias, outras 50 teriam uma ocupação que variava entre duas a três semanas e as restantes seriam residências de ocupação permanente. Porém, a densidade habitacional atribuída inicialmente ao projecto, pareceu-me ser insuficiente para o tipo de programa público sugerido. Assim sendo, optei por dobrar a quantidade de células.

Outro aspecto, do foro habitacional, que acabou por ser alterado foram os período de ocupação das células que passaram a ter as seguintes variações: 1 a 7 dias, 3 a 5 anos e permanente. Deste modo o projecto seria constituído por 100 células com um tipo de ocupação semelhante à de um hotel, outras 100 cujo tipo de ocupação seria semelhante à de uma residencial ou “incubadora social” e por fim outras 100 de carácter permanente. A intenção de manter diferentes tipos apropriação prende-se tanto com a variedade de oferta que este espaço poderia sugerir, bem como, com o facto de estabelecer vários tipos de rotinas a um núcleo habitacional, exponenciando a duração da sua ocupação.

Durante o processo de investigação sempre houve uma tendência para separar os diferentes tipos de ocupação uma vez que estes sugeriam graus de intimidade, para com os espaços sociais, diferentes. Sendo que as de carácter permanente seriam aquelas que estariam menos propícias a se dissolverem no espaço público e que como tal seriam tendencialmente posicionadas nos últimos pisos.

Com o decorrer do processo a volumetria foi sendo estipulada segundo pressupostos formais de outros projectos já consolidados, de modo a que a modelação do edifício fosse feita com alguma sustentação. Contudo o processo tornou-se demasiado formalista e com a definição espacial do programa a volumetria já não foi capaz de suportar os novos conteúdos.

No entanto, os apontamentos sugeridos pelas anteriores volumetrias acabaram por ditar a distribuição dos usos ao longo de todo o edifício. Edifício esse, que acabou por resultar num cubo de 75m, complementado por 3 pisos subterrâneos de estacionamento.

A solução formal encontrada no cubo teve como ideias base o facto de, por um lado, trabalhar num edifício sem referências físicas envolventes e, por outro, a possibilidade de potenciar o espaço intersticial. Com o desenvolvimento do espaço intersticial e com a ideia de continuidade, transmitida através de elementos arquitectónicos como as escadas e as rampas, capazes de assegurarem a sua evolução, o espaço habitacional acabou por ser engolido e condicionado.

Surge então o conceito de habitação enquanto espaço técnico. Com a crescente necessidade de ganhar dinheiro as pessoas tendem em procurar nos grandes centros urbanos um emprego capaz de satisfazer as suas necessidades. A ideia de "incubador social" ou até mesmo os hotéis de baixo custo nos centros urbanos, são princípios que procuram ir ao encontro destas necessidades, muitas vezes em troca de uma menor intimidade e de uma maior socialização.

Num espaço social que se pretende aberto e continuo vão surgindo pequenas zonas fechadas, de recolhimento e de abrigo. Um pouco à semelhança das cabines dormitório que existem nos aeroportos assim aparece esta ideia de habitação enquanto espaço técnico. Neste caso, com a particularidade de permitirem uma apropriação do espaço envolvente e de facilitar a interacção entre vizinhos.

A ausência de luz natural neste tipo de espaços é uma particularidade que nos remete para uma realidade oriental, onde o trabalho assume uma importância excessiva e nos remete para um conforto muito condicionado. Para além das referências orientais, também os princípios do consumismo surgem expostos nesta solução, uma vez que, ao retirarmos a penetração de luz natural, também retiramos a noção do tempo cronológico, ao utilizador, levando a que este permaneça durante mais tempo no espaço em causa.

Cada vez mais, assistimos a uma valorização do conceito de *Skin* na arquitectura, muito por consequência dos meios informáticos. Enquanto aspirante a arquitecto parece-me interessante desenvolver uma investigação sobre um determinado tipo de fachada ou fachadas, no entanto, quando o projecto se resume a esse estudo, ganha uma nova dimensão que facilmente é associada ao conceito de *Duck*, da autoria de Robert Venturi. Porém, prefiro chamar-lhes de edifícios cebola ou *On/On*,

precisamente por se caracterizarem por uma fachada excessivamente desenvolvida em desfavor de um pensamento arquitectónico preocupado com a intencionalidade e com a intensidade espacial. Neste projecto a fachada surge enfatizada por um conjunto de peles que tanto ocultam como dão a mostrar a pele seguinte, procurando cada uma delas um protagonismo que nunca chega a conseguir.

A concepção de um edifício desenvolvido na vertical capaz de estabelecer uma continuidade espacial, conseguida através de lajes inclinadas, de rampas ou escadas de grande escala foram um factor desenvolvido neste projecto e que eu pretendo continuar a investigar ao longo do processo de investigação da dissertação. Imaginar um espaço com vários usos onde estes se dissipem ao longo de um percurso ascendente, pareceu-me um aspecto interessante a contemplar numa dissertação onde o ponto central é o Espaço Intersticial em Habitação Colectiva.

O facto de recorrer aos princípios da casa dominó, do arquitecto Le Corbusier, onde me foi possível libertar os pisos de paredes assim como as fachadas das pré-imposições estruturais. Porém a regularização de uma malha de implantação de pilares assim como a inclusão de coretes, ao longo desta malha, factor que me facilitou a implantação das células habitacionais ao longo de todo o piso e não apenas numa zona, são aspectos que poderiam ter tido um desenvolvimento mais exaustivo.

Ter pensado na habitação enquanto espaço técnico foi talvez o aspecto mais sensível deste projecto. O facto de conceber um espaço com áreas reduzidas e isento de luz natural poderia tornar-se em algo altamente impositivo e pouco confortável, no entanto, acentua a ideia de sacrifício associada à vida urbana.

O projecto Centro de Consumo não é mais que o resultado de uma absorção dos princípios provenientes dos edifícios híbridos, transportados para uma realidade urbana exacerbada por conceitos como: o *não-lugar*, a *civitas*, o *espaço-lixo* ou a *cidade genérica*. Nesta abordagem o espaço é desenvolvido com um grau de descomprometimento e alheação face a uma realidade desejável. O espaço intersticial, neste exemplo, passa de circunstancial a usual; de acidental a central e de intersticial a principal! Todas as restantes áreas, inclusivamente a habitacional, passam a ser supérfluas e redundantes. Surgem agora, novos usos, novas necessidades, novas apropriações e novas vivências. O espaço-lixo encontra-se consumado sob a forma de Centro de Consumo – em última instância como resultado da junção do Centro Comercial e do Centro Cultural.

4.2. A Rua Reconstruída

Após uma primeira fase de trabalho, mais experimental, onde foi possível testar uma abordagem menos comprometida para com a apresentação de uma solução ao problema aqui sugerido, o EleHC. Se na abordagem anterior o espaço destinado à habitação foi completamente submergido nos usos públicos, nesta segunda fase interessava-me antes, testar e aplicar os conceitos e conclusões apreendidos de uma investigação mais aprofundada, num contexto mais real, onde a presença do espaço habitacional assumiria o papel principal do local.

Contrariamente aos pressupostos utilizados para o desenvolvimento do Centro de Consumo, onde a única imposição foi o número de células, A Rua Reconstruída, teve como princípio de desenvolvimento a procura de uma dimensão base, tendo como referência alguns quarteirões ortogonais da malha urbana de Lisboa, que servisse como orientação à escala do projecto, justificando a sua dimensão com a possibilidade de este se poder vir a encaixar numa malha urbana.

A opção de trabalhar sobre a malha urbana de Lisboa prende-se com o facto de esta realidade ser aquela que me é mais próxima, principalmente no panorama académico. Estando um tecido urbano escolhido, a fase seguinte consistiu em encontrar um quarteirão, com uma escala aceitável, onde pudessem ser testadas algumas possibilidades de conjugação de programas públicos com o habitacional, sem que houvesse uma fácil dissolução do espaço habitacional. De entre outros tipos de quarteirão, cheguei a quatro que me pareceram propícios para desenvolvimento, tendo sido eles: o da Baixa Pombalina (25m x 71m), o de Campo de Ourique (55,5m x 87,5m), o quarteirão tipo, de dimensões mais pequenas, do plano das Avenidas Novas, no Saldanha (76m x 85m) e o quarteirão tipo de maior dimensão, também do plano das Avenidas Novas, em Entrecampos (93m x 136m).

A possibilidade de intervir num quarteirão com a dimensão, daqueles que encontramos na Baixa Pombalina, desde cedo que se me apresentou como uma possibilidade interessante, uma vez que, a sua configuração facilmente me conduziria a um desenvolvimento em galeria. Porém, a sua escala diminuta incapacitavam a possibilidade de fazer a habitação inter-agir com outros programas funcionais. O exemplo dos quarteirões de Entrecampos, por já ter sido, por mim alvo de reflexão e por revelarem uma escala e um propósito legislativo, menos propício ao desenvolvimento de habitação, levaram-me a excluí-los da possibilidade de trabalho.

Restavam, então, em cima da mesa os quarteirões tipo de Campo de Ourique e do Saldanha. Em ambos os casos, estávamos perante zonas residenciais com escalas de

trabalho interessantes. Embora o quarteirão de Campo de Ourique fosse aquele que mais vezes se reproduzia ao longo do tecido lisboeta, a minha escolha acabou por recair sobre o quarteirão do Saldanha, uma vez que este tinha uma maior afinidade com a implantação do Centro de Consumo, facto que me permitia trabalhar a uma escala semelhante. Outro aspecto que me levou a optar pelo quarteirão do Saldanha foi, pelo facto deste ser maior e garantir uma maior receptividade, a ideia de poder utilizar a implantação de um quarteirão mais pequeno, como o da Baixa Pombalina, como elemento organizador de espaço.

Embora com uma implantação semelhante ao desenvolvimento do projecto da primeira fase, o facto de ter estipulado quarteirões lisboetas como referência para o dimensionamento deste projecto, facilitou-me a imposição de uma cêrcea máxima para cada quarteirão tipo, que conforme as orientações do PDM de Lisboa, foram sendo estipuladas para cada um dos quarteirões sugeridos, evitando assim um descontrolo volumétrica como havia acontecido com o Centro de Consumo.

A intenção de utilizar o quarteirão da Baixa Pombalina como elemento de organização espacial do quarteirão de Entrecampos começou a ganhar sentido, quando o desenvolvimento destes corpos mais pequenos, assumiam um desenvolvimento em galeria e quando a sua disposição começava a gerar um espaço vazio no centro do quarteirão. Começa então a surgir a primeira ideia de escala entre público e privado.

Com o aparecimento de um vazio no centro do quarteirão, e com o intuito de não o querer tornar num logradouro mal aproveitado e apropriado, optei por o designar como espaço público. Identificado como um espaço público mas localizado dentro do quarteirão, vi-me na obrigação de criar vários acessos ao seu interior. Com o abrir destes acessos, percebi que para lá de estarem a criar zonas de acesso a um espaço, também poderia estar a gerar percursos de atravessamento ao quarteirão.

Independentemente de estar a sugerir, ou não, percursos, interessava-me agora perceber até que ponto é que os acessos eram convidativos e de que forma a sua expressão iria estar relacionada com o funcionamento das galerias. Se o acesso fosse feito através de um túnel, continuaríamos a ter uma continuação da fachada nas cotas superiores; a passagem seria mais escura e como tal, menos propicia a ser utilizada, convertendo-a num espaço, praticamente, reservado aos residentes; e do ponto de vista das galerias estaria a criar percursos muito extensos, proporcionalmente à sua visibilidade, que estaria sempre condicionada por uma mudança de direcção.

Com o intuito de estabelecer francos acessos ao interior do quarteirão, bem como, por se procurar uma harmonia entre extensão de percursos em galeria e visibilidade dos mesmo, optei por separar o quarteirão em quatro blocos semelhantes, implantados na periferia do limite edificado e afastados a dez metros uns dos outros. Com esta abordagem o espaço central (32,5m x 25m) já era facilmente assumido como público mas encontrava-se agora descaracterizado, enquanto espaço de estada, visto possuir quatro acessos, dispostos em todas as quatro frentes do quarteirão, com 10m cada.

Já introduzido pela noção de reservar a cota térrea para comércio e com o objectivo de garantir um sentido mais de paragem, e não tanto de passagem, ao espaço central é introduzido um embasamento. Este gesto permite caracterizar uma mudança de programa ao nível da fachada e pontua a passagem do espaço central para uma cota superior, garantindo-lhe uma maior distância relativamente ao espaço de fluxo, sem que no entanto, lhe seja retirada a noção de espaço público nuclear, noção essa, também expressa no *toit-terrace* da UdHdM.

Ao elevar o espaço central fui obrigado a repensar a relação entre ele e a rua. Com o intuito de não voltar a descaracterizar o espaço central como uma zona de estada, os acessos à cota superior são feitos através de generosas escadarias, que no entanto, nunca excedem os cinco metros de largura no ponto de ancoragem com a cota mais alta. Esta intenção permite demarcar o perímetro desta, pequena, praça, doméstica, enfatizando o tipo da sua utilização. No entanto, a confirmação desta ideia só fica demarcada quando é garantida a exclusão de um dos acessos à praça, demarcando também com isso, uma certa hierarquia funcional.

Tendo sido o espaço de permanência passado para uma cota superior, ficou estabelecido que a cota térrea serviria o propósito de espaço de fluxo e, como tal, abri um túnel ao longo de todo o quarteirão, perpendicularmente a um possível atravessamento feito pela praça, na cota superior, composto por comércio dos dois lados e com 10 metros de largura. visto tratar-se de um túnel de uma extensão considerável, foi aberto um novo acesso a meio, que perpendicularmente ao principal, propõem um enquadramento visual, proveniente do exterior em direcção ao interior, para uma zona anteriormente menos tratada, possibilitando a demarcação de um espaço de maior importância, dentro da zona comercial.

Com a estabilização volumétrica e com a relação entre o espaço público e o privado assegurada, procurei definir melhor os conteúdos programáticos do projecto. Neste sentido, a investigação feita sobre a UdHdM, juntamente com a pesquisa desenvolvida no Centro de Consumo levaram-me a estabelecer um programa tendo em conta os

seguintes usos: habitação, restauração, supermercado, comércio, lavanderia, livraria, zona de recreio, ginásio piscina e espaço para o zelador. Conforme a existência dos diferentes tipos de equipamentos nos quarteirões vizinhos, poderiam também ser considerados alguns usos, entre outros, tais como: um infantário, um centro dia para idosos, uma esquadra da polícia ou um clube recreativo.

A habitação não surge com um limite específico mas assume-se como o objecto de maior expressão em todo o trabalho. Com o intuito de estimular uma apropriação mais rica e completa o espaço habitacional é dividido, à semelhança do Centro de Consumo, em três tipos de ocupação: de 1 a 7 dias, de 3 a 5 anos e de carácter permanente.

A inclusão da restauração, como aspecto relevante para o bom funcionamento deste projecto, prende-se com o facto de algumas células não se encontrarem munidas de cozinha, nomeadamente as que dispõem de um tipo de ocupação semelhante à de um hotel. Independentemente da dependência que algumas células têm para com este espaço, parece-me importante estabelecer uma zona de refeição, de custo controlados, que seja capaz de servir todo este quarteirão. A vida urbana a que somos sujeitos, integra-nos numa realidade onde as nossas rotinas nos induzem uma decrescente percentagem de tempo para nós próprios, não escapando a essa tendência o tempo para cozinarmos. Como tal, torna-se importante que exista alguém que o faça e de preferência a preços aliciantes.

O supermercado integra-se aqui como um elemento capaz de abastecer os utilizadores do quarteirão e, eventualmente, as populações dos quarteirões vizinhos, pretendendo com isso garantir alguma sustentabilidade e independência ao quarteirão. Um dos aspectos que melhor ajuda a justificar a inclusão deste uso, talvez seja, a relação que poderá existir entre o supermercado e o restaurante, como forma de justificar uma redução dos preços das refeições. Embora seja possível considerar a exclusão do supermercado, caso este projecto seja implantado numa zona bem fornecida de equipamentos do mesmo género, parece-me adequado ponderar de que forma a zona de restauração poderá criar parcerias com alguma das entidades do género, já existentes, também com o propósito de garantir, ao restaurante, um abastecimento mais económico e assim possibilitar uma oferta de refeições a preços aliciantes.

O comércio surge facilmente justificado pela capacidade que estes dispositivos urbanos têm de assegurar uma vivência mais completa do espaço e que passa por: uma maior longevidade de ocupação do espaço ao longo do dia, uma vigilância informal mais demarcada e uma possibilidade de rede social humana capaz de mediar

e conciliar o contacto entre vizinhos. Funcionando também como um complemento ao supermercado no que concerne ao abastecimento do quarteirão.

À semelhança do que justifica a zona de restauração, também a existência de uma lavandaria comunitária surge fundamentada pela existência de células habitacionais sem espaço para a integração de determinados electrodomésticos. Porém, a lavandaria não pretende apenas justificar a falta de área disponibilizada para alguns fogos mas sim consolidação de mais um ponto de encontro entre vizinhos.

Um dos aspectos que melhor demonstra as intenções para este projecto é a ideia do desenvolvimento de um espaço voltado para a inter-acção entre vizinhos, promovendo a noção de comunidade. Nesse sentido, a livraria procura oferecer aos moradores uma alternativa ao espaço de trabalho doméstico, disponibilizando diferentes áreas de trabalho e/ou de leitura. Este uso encontra-se, tendencialmente, direccionado para os estudantes ou jovens profissionais que ocupem as células habitacionais entre períodos de 3 a 5 anos.

A zona de recreio para os mais novos integra esta proposta, por funcionar como um ponto de encontro entre os mais novos, que normalmente são mais expeditos a criarem amizades entre si, podendo, desta feita, exponencial o relacionamento entre vizinhos adultos. A zona de recreio pretende ser um ponto de maior dinamismo e ocupação, contribuindo para uma maior vivência do espaço público. No caso de existir um infantário, este, pode e deve inter-relacionar-se com a zona para os mais novos brincarem.

Embora não tenha de surgir de forma demasiado impositiva, é importante existirem áreas, que não têm de ser obrigatoriamente fechadas, disponíveis para receberem vários tipos de promoções/manifestações culturais. À semelhança da sociedade referida por Richard Rogers (2001/1997, pp. 149-151), já descrita no Espaço de Fluxos, também aqui existe uma intenção de recorrer à cultura como forma de valorizar a cooperação entre vizinhos e o crescimento pessoal dos que utilizam este quarteirão.

A incorporação do ginásio é feita segunda uma consciência adoptada por Le Corbusier, a quando do projecto da UdHdM, que já remonta ao período da Grécia Antiga e onde se acreditava numa preservação de "uma mente sã, num corpo sã". Curiosamente, este conceito parece estar bem enraizado numa realidade cidadina preocupada com a imagem e com a noção de bem-estar.

Tanto a piscina como o Hall do "Hotel" são espaços que se encontram justificados pelas células, cujo período de ocupação é mais curto, variando entre um a sete dias. Sendo uma parte da zona habitacional destinada a um tipo de ocupação mais curto, parece-me importante garantir alguns aspectos que contribuam para o bom funcionamento como para a atractividade da mesma, como forma de consubstanciar a sua ocupação por parte de pessoas exteriores ao quarteirão. Com o intuito de tornar a piscina sustentável, torna-se importante assumi-la como um espaço acessível a todos os moradores do quarteirão, que deste modo deverão contribuir para as despesas da sua manutenção.

Dada a dimensão do quarteirão torna-se justificável a presença de um zelador, responsável por assegurar o bom funcionamento de todos os aspectos técnicos do quarteirão. Desde modo é possível garantir uma conservação mais duradoura do quarteirão, facto que contribuirá para uma melhor vivência do espaço intersticial. Se habitualmente assistimos a espaços, de acesso aos apartamentos, despojados de interesse e de qualificação, aqui, a intenção é propor um EleHC com um significativo grau de importância, ao ponto de justificar a presença de um zelador.

Como foi anteriormente demonstrado, ao longo do texto sobre os *Dispositivos Urbanos*, as cidades têm a capacidade de projectar necessidades nos que nela habitam e ao apresentar um projecto habitacional complementado por uma tão grande variedade de usos complementares, não é mais que a identificação das necessidades de algumas pessoas, como também, a criação de novas necessidades para outras; por vezes derivadas da conjugação de vários usos num único espaço. Estando o programa definido, a próxima etapa do trabalho consistiu em, através de modelos tridimensionais, estudar 3 linhas de investigação, sendo elas: a distribuição programática, a penetração da luz solar ao longo de todo o quarteirão e o desenvolvimento das galerias e seus respectivos percursos.

Se inicialmente havia uma vontade de espalhar os diferentes usos públicos ao longo das diferentes cotas de modo a dinamizar as galerias com a mistura de fluxos privados e públicos, rapidamente, se chegou à conclusão de que seria complicado conciliar esta solução com o aproveitamento das galerias como área de extensão ao espaço doméstico, bem como, com o devido funcionamento de usos de carácter público em domínios privados. Assim sendo, o comércio e o supermercado foram localizados na cota térrea, comunicando directamente com o espaço de fluxos.

O restaurante, o ginásio, a livraria, o hall do hotel, o espaço para o zelador, assim como, a zona de recreio, foram implantados à cota do primeiro piso, encontrando-se

numa zona pública mas mais resguardada na cota térrea. A distribuição de uma boa percentagens dos usos públicos a uma mesma cota elevada, relativamente à cota térrea, prende-se com o facto de haver uma intenção de assegurar a sua utilização, enquanto espaço público mais recatado.

A passagem da lavandaria e da piscina para cotas mais elevadas, respectivamente quinto e segundo pisos, prende-se com o facto de se tratarem de usos destinados ao uso exclusivo dos moradores. Embora, o acesso não esteja impossibilitado a pessoas exteriores, estes espaços encontram-se num domínio de significativa privacidade, que no meu entender, é suficiente para estabelecer uma demarcada filtragem, no que concerne aos seus utilizadores.

Por fim, a Habitação, acaba por preencher o restante volume edificado. Neste sentido é importante salientar o facto das células com menor período de ocupação se encontrarem isoladas num dos quatro blocos estipulados, de modo a garantirem a possibilidade de automatização de um espaço de uso semelhante ao de um Hotel. Estando um dos blocos destinado a esta finalidade, sobram os três outros blocos que integram, de forma mista, as células dos restantes tipos de apropriação.

A investigação em torno da entrada de luz no quarteirão, a esta escala, revelou ser, a cima de tudo, uma procura pela densidade certa da parte edificada. Sem um limite imposto, relativo aos conteúdos programáticos, o projecto foi perdendo densidade, até ao ponto de estabelecer o seu crescimento em altura, apenas, nas zonas periféricas do quarteirão. Deixando o restante espaço para o desenvolvimento das galerias que serviriam o acesso às células, bem como viriam a acolher espaço de apropriação mais descontráida.

O processo de desenvolvimento das galerias teve por base dois pressupostos iniciais que consistiam em assegurar o acesso a todas a células habitacionais dos diferentes pisos e em prever a inclusão de bolsas, ao longo dos percursos, capazes de receberem programas de carácter, tendencialmente, informal. Porém, a procura de percursos capazes de integrarem programa, conduziu à criação de galerias demasiado densas e pesadas, dificultando mais uma vez, o acesso da luz natural às cotas inferiores. Nesse sentido, as galerias foram perdendo densidade e as bolsas, embora integradas nos circuitos das galerias, ganharam uma certa independência formal, materializando dessa forma uma extensão exterior à livraria e uma área de actividades exteriores, preferencialmente, relacionadas com o ginásio.

Ao longo do desenvolvimento das galerias foram surgindo novas preocupações relacionadas com a leitura, apreensão e percepção do espaço. Nesse sentido, houve a necessidade de desenhar os percursos das galerias tendo em conta a sua continuidade, no sentido ascendente, evitando ao longo do percurso, mudanças de direcção bruscas. Embora as galerias, desenvolvidas através de rampas, fossem capazes de servir todas as células, seria desequilibrado, obrigar as pessoas a percorrerem uma considerável quantidade de metros de rampa, de cada vez que saíssem ou voltassem a casa. Nesse sentido, foram erguidos quatro núcleos de assessores, cada um deles com dois elevadores e duas torres de escadas de emergência por bloco, perfazendo um total de oito. À excepção dos ascensores que servem o hotel, todos eles são exteriores e param em pisos intermédios, obrigando os moradores a percorrer sempre uma parte das rampas. Esta acção, permite estabelecer um encurtar de distâncias diárias, comparativamente a uma solução desprovida de elevadores, sem que as galerias, em rampa, deixem de ser utilizadas.

O facto deste projecto conter três formas de vencimento de cotas, confere ao projecto uma maior variedade tanto de possibilidades, como de ritmos, de transposição de um mesmo espaço que medeia escalas de privacidade. Para além de mediar diferentes graus de privacidade e apropriação, as rampas, assumem-se aqui como um elemento capaz de promover uma maior inter-acção entre vizinhos pelo ritmo mais desacelerado, de transição espacial, que incutem aos seus utilizadores, exponenciando o tempo a que estes ficam expostos ao contacto entre os demais moradores do quarteirão.

A demarcação do EleHC ao longo de todo o projecto contribuiu para a orientação na forma como as diferentes partes do trabalho foram desenvolvidas e as células habitacionais não se revelaram como um excepção. Como tal, o seu desenvolvimento foi encaminhado no sentido de garantir um relacionamento entre o espaço social da casa e as galerias, adjacentes ao fogo, potenciando a sua expansão para o espaço social do quarteirão - como aliás também acontecia no projecto *i5* do atelier MOOV. Assim sendo, as tipologias foram sendo desenvolvidas com a preocupação de direccionar os quartos para o exterior do quarteirão, enquanto que, a sala e a cozinha foram voltadas para o interior.

Este projecto resume-se assim a uma gradação de privacidades e que medeiam os diferentes espaços, desde a rua até às células habitacionais. Toda esta hierarquização é estruturada segundo os conceitos de público e privado, expostos por Hertzberger e presentes no ponto 3.2 deste trabalho. No meu entender, só é possível fazer

comunicar entre si o público e o privado se existir uma mediação, bem demarcada entre eles. Neste caso, começamos num espaço público, à cota térrea, composto pelo comércio que abastece os moradores do quarteirão e lhe confere uma primeira imagem, imagem essa que dialoga directamente com o espaço de fluxos. Surgem então as primeiras barreiras rumo ao núcleo do quarteirão. Refiro-me às escadarias de acesso à cota do primeiro piso, que pela sua configuração tendem a ser espaços que promovem vários tipos de ocupação e vivências.

Após chegados ao centro do quarteirão à cota do primeiro piso, somos confrontados com uma praça pátio, livre de qualquer tipo de mobiliário ou função impositiva. Aqui, o espaço cumpre a função de receptáculo a qualquer tipo de expressão artística, cultural, festiva ou desportiva, encontrando nas galerias, dispostas sobre si, uma extensão à sua efemeridade funcional. Deste espaço nuclear, é-nos apresentada a segunda barreira sob a forma de uma sombra proveniente das rampas que formalizam a galeria. Podemos então, assinalar quatro bolsas de maior resguardo em relação à praça central, correspondendo cada uma dessas bolsas à implantação dos quatro blocos propostos no início deste processo. Cada um deles com um propósito funcional, cada um deles com uma forma de se apresentarem às galerias dos pisos seguintes.

Após a penetração nas galerias, o espaço adjacente às células é apresentado, encontramos-nos agora num ambiente, que aqui e ali vai dando monstras de uma maior privacidade, de uma maior domesticação. Com a conjugação das bolsas todas estas galerias vão encontrando os recantos especiais de cada família ou de cada grupo de vizinhos. A mesa vai urgindo aqui e ali como a principal peça de mobiliário que serve o propósito da comunidade. Quando damos por nós, o espaço público já se converteu em privado. Estamos na cidade e estamos em casa.

Conclusão

Desde que comecei a trabalhar para a dissertação de mestrado, que a minha atenção se manteve virada para a problemática da habitação. Desde que assisti ao documentário *Portugal, Um Retrato Social - Mudar de Vida*, da autoria de António Barreto, apresentado em 2007 pela RTP1, que a minha abordagem a este trabalho de investigação se manteve sensibilizada para problemas como: o tempo perdido em deslocações entre o trabalho e a casa, a falta de tempo para actividades de lazer ou até mesmo para a sociabilização com o restante agregado familiar, assim como o stress resultante destes problemas.

Todas estas questões pareciam estar a convergir para um problema de zoneamento, onde o rápido crescimento urbano, desregulado, tinha dado origem a subúrbios compostos por pouco mais que habitação, conferindo-lhes a designação de dormitórios da cidade, e a centros urbanos envelhecidos pelo desinteresse social e pelas más opções políticas, no que concerne à sua ocupação enquanto pólos habitacionais, funcionando apenas como zonas de trabalho para o qual as pessoas se encaminha de manhã e se afastam à noite. Em paralelo a tudo isto e como consequência da forte especulação imobiliária, os espaços urbanos reservados para o desenvolvimento de novos pólos habitacionais têm vindo a ser consumidos por condomínios de luxo, com áreas exageradamente grandes. Neste sentido, a minha intenção passava por desenvolver um edifício de habitação urbana, cujos fogos fossem reduzidos a áreas mínimas, de conforto moderado, procurando enfatizar a densificação do espaço destinado à habitação e promovendo as áreas dirigidas à interacção social.

Transferir as pessoas que habitam os subúrbios para os centros urbanos ajudaria a revitaliza-los e contribuiria para uma melhoria da qualidade de vida. Mas será que estes problemas poderiam ser atenuados ou haveria uma nova necessidade de trabalhar mais, para se sustentar o custo de uma renda relativa a uma nova casa inflacionada pela sua localização? Partindo do pressuposto de que os problemas poderiam ser atenuados e de que a nova casa não inflacionaria a prestação mensal, até que ponto é que o tempo ganho, nesta mudança, não seria canalizado para mais horas de trabalho, no emprego, a fim de uma obtenção de mais dinheiro? A expressão “tempo é dinheiro” associada à ideia de que o dinheiro não é tudo mas ajuda muito, cria um dilema entre trabalhar mais para viver melhor ou ter mais tempo livre para

sobreviver melhor. Esta sensação de apneia em que as pessoas são obrigadas a viver leva-as a um estado de insanidade mental onde por vezes se torna difícil perceber os limites do humano e do desumano.

A deslocação dos edifícios habitacionais para os centros das cidades, em prejuízo dos subúrbios, vai-se afirmando cada vez mais como um caminho a seguir, como forma de garantir alguma sustentabilidade a estas cidades. Actualmente pode-se encontrar nestas metrópoles uma grande quantidade e variedade de possibilidades de trabalho, facto que confere alguma dinâmica ao espaço durante o dia. No entanto, se esta dinâmica não se estende ao período nocturno, torna-se complicado garantir a sua segurança e conseqüente preservação. Daí a importância desta deslocação, em direcção aos centros.

No entanto, a problemática das cidades não se prende apenas com o facto de estas serem preenchidas com pouca gente, a certas horas do dia, em determinados lugares. Uma das questões mais significativas e que me acabou por mobilizar a reflectir sobre os Espaço Intersticiais em Habitação Colectiva (EleHC) prende-se com a ideia das pessoas viverem isoladas em espaço urbanos com grandes densidades populacionais. Acreditar no mito que consubstancia a noção de espaço urbano, enquanto espaço de trabalho é arrasar com a noção de espaço de vivência, em realidades cidadinas.

A cidade deve ser entendida como espaço de permanência, enraizamento e conforto. Deve sobretudo, ser um espaço humanizado e adaptado à escala dos seus cidadãos, enquanto pessoas e não enquanto meios de locomoção. Não assumir esta postura, parece-me ser uma atitude de descredibilização da cidade. É aceitar o canibalismo do espaço urbano, que de entre outras formas, se assume como um espaço de fluxos.

Não resolvendo os problemas da escala urbana, A Rua Reconstruída presta-se a restabelecer, nas cidades, áreas de estada e convívio, em zonas de passagem obrigatória, para grupos mais reduzidos e mais estabelecidos, em ambientes resguardados e com uma escala mais humanizada. No entanto, para um funcionamento bem sucedido, parece-me importante ponderar sobre os espaços de transição com algum cuidado, para não tornar o espaço desprotegido, nem isolado.

Bibliografia

A Young Hare (2011). England Bank de John Soane, <http://ayounghare.wordpress.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://ayounghare.wordpress.com/2011/08/10/i-felt-it-was-a-kind-of-provocation-recently-to-run-into-a-phrase-from-valery-we-must-always-apologize-for-talking-about-painting-indeed-there-is-something-in-painting-that-does-not-let-it/>.

A Young Hare (2011). Shitty Heaven de Simon Evans, <http://ayounghare.wordpress.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://ayounghare.wordpress.com/2011/08/10/i-felt-it-was-a-kind-of-provocation-recently-to-run-into-a-phrase-from-valery-we-must-always-apologize-for-talking-about-painting-indeed-there-is-something-in-painting-that-does-not-let-it/>.

Aalto, A. (2010/1940). A Humanização da Arquitectura. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 303-305). Lisboa: Caleidóscopio.

Alexander, C. (2010/1965). Uma Cidade não é uma Árvore. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 531-542). Lisboa: Caleidóscopio.

ArchDaily (2011). Avenida de Portugal em Madrid, <http://www.archdaily.com>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://www.archdaily.com/111287/madrid-rio-west-8-and-mrio-arquitectos/avenida-de-portugal-01/>.

Architecture4U. (2010). Lei do Zoneamento, <http://www.architect4u.ru>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://www.architect4u.ru/archgraph/08-archimagination.html>.

Arquitectura e Urbanismo UFSC (2011). Iluminação em vias públicas, <http://www.arq.ufsc.br>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2003-2/iluminacao_artificial/iluminacaodevias_publicas.htm.

Augé, M. (1992/2005). *Não-Lugares*. Lisboa: Graus Editora.

Barbarian Art (2011). "London Tube. Baker Street. Symphony 1" by Valera & Natasha Cherkashin, <http://www.barbarian-art.ch>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://www.barbarian-art.ch/author_coll.php?author_id=33&group_id=11.

Barbarian Art (2011). " Paris. Art et Metiers Station" by Valera & Natasha Cherkashin, <http://www.barbarian-art.ch>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://www.barbarian-art.ch/author_coll.php?author_id=33&group_id=11.

Barreto, A. (Realizador). (2007). *Portugal, Um Retrato Social - Mudar de Vida* [Filme].

Blog Arquitectando na Net (2010). Palácio de Cristal em Londres, <http://arquitetandonanet.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://arquitetandonanet.blogspot.com/2010/09/palacio-de-cristal-londres-Inglaterra.html>

Blog Antrega (2010). "Chama-me Jim" by Thomas Bayrle, <http://blogantrega.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://blogantrega.blogspot.com/2010_12_01_archive.html.

Blog Cavalo Selvagem (2011). Mapa de Nova Amesterdão em 1660, <http://cavalinhoselvagem.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://cavalinhoselvagem.blogspot.com/2011/03/manhattan.html>.

Blog Cultural Studies and Literature (2009). "City" by Celine Meisser, <http://zenfloyd.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://zenfloyd.blogspot.com/2009/12/notes-on-urbanism-lefebvre-castells.html>.

Blog Croquis Mentais (2010). Plataforma Tejo, <http://gmcasqueiro.com>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://gmcasqueiro.com/blog/2010/12/plataforma-tejo-arq-pedro-ressano-garcia/>.

Blog Fluentes Bibliográficas (2010). Narkomfin - Planta Total, <http://bibliografiap5.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://bibliografiap5.blogspot.com/2010/11/narkomfin-moisei-ginzburg.html>.

Blog Hacedor de Trampas (2011). Projecto para Shangay by Yona Friedman, <http://hacedordetrampas.blogspot.com>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://hacedordetrampas.blogspot.com/2011/03/blog-post.html>.

Blog Miojo (2009). Leiteiro, <http://blogmiojo.terra.com.br>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://blogmiojo.terra.com.br/?tag=delivery>.

Blog My Architecture Moleskin (2011). Unidade de Habitação de Marselha, <http://architecturalmoleskine.blogspot.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em

<http://architecturalmoleskine.blogspot.com/2011/10/le-corbusier-unite-dhabitation-in.html>.

Cacciari, M. (2004/2010). *A Cidade* (4.º ed.). Barcelona: Gustavo Gili.

Cairo B Server (2011). "Space Required to Transport Transport 60 People", <http://caiobserver.com>. Acedido a 6 de Dezembro de 2011 em <http://caiobserver.com/post/10842760678/lessons-from-elsewhere-munster>.

Carcajeiro, H. (2010). Espaço urbano de festa. In M. Chaves, *Cidades Flexiexistencialistas* (pp. 19-31). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Caseopea (2011). Narkomfin - Alçados, <http://wiki.ead.pucv.cl>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Edificio_del_Narkomfin_de_M._Ginzburg_-_I._Milinis/_Sebasti%C3%A1n_Arancia_C.

Caseopea (2011). Narkomfin - Plantas das Células e Axonometria, <http://wiki.ead.pucv.cl>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Edificio_del_Narkomfin_de_M._Ginzburg_-_I._Milinis/_Sebasti%C3%A1n_Arancia_C.

Castells, M. (2010/1989). A Reconstrução do Significado Social no Espaço dos Fluxos. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 868-872). Lisboa: Caleidóscopio.

Cavalletti, A. (2009/2010). *Classe*. Lisboa: Abtígona.

Chaves, M. (2010). *Cidades Flexiexistencialistas*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Christian Stoll (2011). "New-York aerial", <http://www.christian-stoll.com>. Acedido a 6 de Dezembro de 2011 em http://www.christian-stoll.com/website/photos_detail.php?gallerieID=473&gallery=new-york_aerial_.

Christian Stoll (2011). Fluxos, <http://www.christian-stoll.com>. Acedido a 6 de Dezembro de 2011 em http://www.christian-stoll.com/website/photos_detail.php?gallerieID=473&gallery=new-york_aerial_.

Contra Info (2011). Bairro de Alfama, <http://pt.contrainfo.espiv.net>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://pt.contrainfo.espiv.net/2011/08/20/a-alegria-da-revolta-e-a-prova-de-bala-o-bairro-de-ninguem-jornal-anarquista/>.

Corbusier, L. (2010/1933). A Carta de Atenas: Pontos de Doutrina. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 230-236). Lisboa: Caleidóscopio.

Cordeiro, G. I., & Vidal, F. (2008). *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Costa, L. (2010/1953). A Arquitectura e a Sociedade Contemporânea. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 361-369). Lisboa: Caleidóscopio.

DaTuaOpinião (2011). Palácio de Cristal em Nova Iorque, <http://www.datuopinion.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://www.datuopinion.com/crystal-palace-nueva-york>.

Dépendance (2009). Raseterfahndung by Thomas Bayrle & Andreas Slominski, <http://www.dependance.be>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em <http://www.dependance.be/spip.php?article73>.

D'Orey, B. (2010). Cidades Tácteis. In M. Chaves, *Cidades Flexiexistencialistas* (pp. 47-55). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Eu sinto (2010). A Bolha, <http://eusinto.tumblr.com>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em <http://eusinto.tumblr.com/post/1284628580/a-bolha>.

Farina, M. (2008). Espaços, Marcas e Símbolos num Bairro de Habitação Social em Lisboa. In G. I. Cordeiro, & F. Vidal, *Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade* (pp. 113-128). Lisboa: Livros Horizonte.

Google (2004). Colonização de Manhattan, <http://www.google.pt>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://www.google.pt/imgres?q=manhattan+1626&um=1&hl=pt-PT&biw=1920&bih=936&tbnid=ibKcvu11gFF5KM:&imgrefurl=http://www.dipity.com/thatssoJF/English-Colonies_1/&docid=okfQuS500NSNXM&imgurl=http://cdn.dipity.com/uploads/events/df9e2b1a3093c82917ba4bdfc6209eed_1M.png&w=700&h=443&ei=TRXZTo2gJYbDhAftH5CoDg&zoom=1&iact=hc&vpx=1488&vpy=433&dur=382&hovh=178&hovw=282&tx=154&ty=85&sig=116116145249093093033&page=2&tbnh=140&tbnw=221&start=48&ndsp=32&ved=1t:429,r:14,s:48

Google (2004), Edifício Benenson, <http://www.google.pt>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://www.google.pt/imgres?q=edifício+benenson,+ny&um=1&hl=pt->

PT&biw=1920&bih=936&tbs=isz:m&tbn=isch&tbnid=0SNABqnwOUQAkM:&imgrefurl=http://www.mashpedia.es/City_Investing_Building&docid=fL8ynFbX2HnBjM&itg=1&imgurl=http://farm3.static.flickr.com/2700/4435794491_f400d0a96b.jpg&w=316&h=500&ei=Mh3ZTvSDC4nRhAfylG5Dg&zoom=1&iact=rc&dur=326&sig=116116145249093093033&page=5&tbnh=177&tbnw=109&start=135&ndsp=39&ved=1t:429,r:33,s:135&tx=65&ty=101.

Gribaudo, M. (2008). Vestígios de uma modernidade apagada. In G. I. Cordeiro, & F. Vidal, *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade* (pp. 27-45). Lisboa: Livros Horizonte.

Gropius, W. (2010/1930). Construção Horizontal, Vertical, ou de Altura Intermédia? In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 184-192). Lisboa: Caleidóscopio.

Hertzberger, H. (1991/2006). *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes.

Histórica (2011). Elisha Otis cortando o cabo do elevador, <http://historica.com.br>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://historica.com.br/hoje-na-historia/subir-de-escada-nunca-mais>.

Jacobs, J. (1961/2009). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Joseph, P. (Realizador). (2008). *Zeitgeist: Addendum* [Filme].

Joseph, P. (Realizador). (2011). *Zeitgeist: Moving Forward* [Filme].

Ki-duk, K. (Realizador). (2004). *3-Iron* [Filme].

Ki-duk, K. (Realizador). (2003). *Spring, Summer, Fall, Winter... and Spring* [Filme].

Klein, A. (2010/1927). Ensaio de um Método Gráfico para a Apreciação de Plantas de Pequenas Habitações. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 158-159). Lisboa: Caleidóscopio.

Koolhaas, R. (1978/2008). *Nova Iorque Delirante*. Barcelona: Gustavo Gili.

Koolhaas, R. (2010). *Três Textos sobre a Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili.

Lauwe, P. C. (2010/1960). Sociologia da Habitação. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 436-448). Lisboa: Caleidóscopio.

Lefebvre, H. (2010/1974). A Produção do Espaço - Excerto. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 636-640). Lisboa: Caleidóscopio.

Lino, R. (2010/1929). A Casa Portuguesa - Excerto. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 180-183). Lisboa: Caleidóscopio.

Loos, A. (2010/1921). Aprender a Habitar. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 131-132). Lisboa: Caleidóscopio.

Lucas, G. (Realizador). (1971). *THX 1138* [Filme].

Lynch, K. (1960/2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

Makety (2006). Norkomfin - Maquete, <http://www.makety.net>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://www.makety.net/eng/obj06/02.html>.

Martins, J. P. (2005). *Os Espaços e as Práticas. arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. Tese apresentada ao departamento de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de doutor, orientado por Carlos da Silva Lameiro, Lisboa.

May, E. (2010/1931). A Construção de Cidades na URSS. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 205-212). Lisboa: Caleidóscopio.

Meu Papel de Parede Grátis (2011). "Boulevard des Capucines" by Jean Beraud <http://www.meupapeldeparedegratis.net>. Acedido a 6 de Dezembro de 2011 em <http://www.meupapeldeparedegratis.net/artistic/pages/jean-beraud-boulevard-des-capucines.asp>.

Moholy-Nagy, L. (2010/1929). O Espaço (Arquitectura) - Excerto. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 176-179). Lisboa: Caleidóscopio.

MOOV. (2007). *i5: incubadora social, catalizador urbano*. [documento não publicado], Lisboa.

Mozas, J. (2011). Esto es Híbrido. In A. F. Per, J. Mozas, & J. Arpa, *This is Hibrid* (pp. 12-45). Vitoria-Gasteiz: a+t architecture publishers .

New York Architecture(2011). Edifício Equitable, <http://nyc-architecture.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://nyc-architecture.com/LM/LM059.htm>.

Nolan, C. (Realizador). (2010). *Inception* [Filme].

O Culto (2011). Hotel Capsule, <http://cult0.wordpress.com>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em <http://cult0.wordpress.com/2011/01/11/shanghai-inaugura-o-primeiro-hotel-capsula-hotel-capsule-e-importado-e-se-originou-do-japao/>.

Pallasmaa, J. (1993). IDENTITY, INTIMACY AND DOMICILE. *The Concept of Home: An Interdisciplinary View*, (pp. 21-23). symposium at the.

Pedrosa, P. S. (2010). *Habitar em Portugal nos Anos 1960: Ruptura e Antecedentes. Um Caminho pelo Interior do Discurso*.

Per, A. F. (2011). Hybrid versus Social Condenser. In A. F. Per, J. Mozas, & J. Arpa, *This is Hybrid* (pp. 46-109). Vitoria.Gasteiz: a+t architecture publishers.

Per, A. F., Mozas, J., & Arpa, J. (2011). *This is Hybrid*. Vitoria-Gasteiz: a+t architecture publishers.

Portas, N. (2004). *A Habitação Social*. Porto: FAUP publicações.

Portugal Esotérico (2011). Manifestação Geração À Rasca dia 12-03-2011 em Lisboa, <http://ptesoterico.wordpress.com>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://ptesoterico.wordpress.com/2011/03/13/manifestacao-geracao-a-rasca-dia-12-03-2011-em-lisboa-e-a-palhacada-da-manipulacao-dos-media/>.

Rodrigues, J. M. (2010). *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX*. Lisboa: Caleidóscopio.

Rogers, R. (2001/1997). *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili.

RTP (2011). "Conta-me como foi" - Imagem 1, <http://www.rtp.pt>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/conta_me/.

RTP (2011). "Conta-me como foi" - Imagem 2, <http://www.rtp.pt>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/conta_me/.

Sequeira, M. (2008). *A Cobertura da Unité d'Habitation de Marselha e a Pergunta de Le Corbusier pelo Lugar Público*. Tese apresentada ao Departamento de Projectos Arquitectónicos da Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Cataluña para a obtenção do grau de doutor, orientada por Xavier Monteys, Catalunha.

Shorpy (2009). Edifício Flatiron, <http://www.shorpy.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://www.shorpy.com/flatiron-building>.

Sieber, T. (2008). Ruas da cidade e sociabilidade pública. In G. I. Cordeiro, & F. Vidal, *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade* (pp. 47-64). Lisboa: Livros Horizonte.

Skyscraper City (2009). Metro de Superfície em Nice, <http://www.skyscrapercity.com>. Acedido a 6 de Dezembro de 2011 em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=792662&page=3>

Stanton, A. (Realizador). (2008). *Wall-e* [Filme].

Teige, K. (2010/1932). A Habitação de Dimensões Reduzidas. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 213-219). Lisboa: Caleidóscopio.

Van Eyck, A. (2010/1961). Team 10. In J. M. Rodrigues, *Teoria e Crítica de Arquitectura. Século XX* (pp. 467-468). Lisboa: Caleidóscopio.

Venturi, R. (1966/2004). *Complexidade e Contradição em Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes.

Visual Hardcore CVLT (2011). "Untitled" by Judah Clark, <http://visualhardcore.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://visualhardcore.com/cult/page/20>.

Visual Hardcore CVLT (2011). "Untitled" by Germán Herrera, <http://visualhardcore.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em

<http://visualhardcore.com>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em <http://visualhardcore.com/cult/nothing/2434>.

Vitruvius (2011). Downtown Athletic Club, <http://www.vitruvius.com.br>. Acedido a 12 de Dezembro de 2011 em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3971>.

Wikipédia (2009). Observatório Lating, <http://en.wikipedia.org>. Acedido a 2 de Dezembro de 2011 em http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lating_Observatory.png.

Wikipédia (2009). Rua Augusta, <http://en.wikipedia.org>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em http://sh.wikipedia.org/wiki/Datoteka:Rua_Augusta,_Lisbon.jpg.

Wikipédia (2010). Strand Arcade, <http://en.wikipedia.org>. Acedido a 15 de Dezembro de 2011 em [http://en.wikipedia.org/wiki/File:\(1\)_The_Strand_\(c\).JPG](http://en.wikipedia.org/wiki/File:(1)_The_Strand_(c).JPG).

Wimmer, K. (Realizador). (2002). *Equilibrium* [Filme].

World in Future (2010). Venus Project, <http://www.worldinfuture.com>. Acedido a 4 de Dezembro de 2011 em <http://www.worldinfuture.com/venus-project-dream-of-the-perfect-world-in-the-future/>.

Youtube (2011). "Teresa" by Capitão Fausto, <http://www.youtube.com>. Acedido a 7 de Dezembro de 2011 em <http://www.youtube.com/watch?v=5RvELq9RRvc>.

Índice Remissivo

A Rua Reconstruída	15; 68; 78; 135; 143
Aalto, Alvar	49
Alexander, Christopher	40
Cacciari, Massimo	16; 28-31; 63; 103
Castells, Manuel	14; 43
Carcajeiro, Helena	45
Cavalletti, Andrea	44
CIAM	14; 23; 51-52; 119
Cidade Genérica	31; 33-34; 62; 67; 103
Civitas	28-29; 33-34; 36; 62; 67; 103
Costa, Lúcio	25
Downtown Athletic Club	19; 28; 94
Edifício de Escritórios Centraal Beheer	56; 121-122; 124
Espaço-Lixo	52-53; 67
Espaço de Fluxos	13-14; 42; 44; 72-73; 76; 78; 110
Espaço Intersticial em Habitação Colectiva	3-4; 12; 63; 67-68; 73; 75; 78
Farina, Mónica	40-41
Gribaudo , Maurizio	43
Gropius, Walter	22-23
Híbridos	13; 16; 19-21; 23; 28; 31; 67; 91
i5	13; 26-27; 75; 98-100
Jacobs, Jane	13; 37-40; 42; 61
Klein, Alexander	48
Koolhaas, Rem	13; 16-19; 28; 31; 37; 52-53; 63
Lauwe, Paul Chombart de	52
Lefebvre, Henri	20
Le Corbusier	24-25; 54-55; 67; 72; 97-98

Lino, Raul	14;48
Loos, Adolf.....	14; 47-48
Lynch, Kevin	14; 50
Martins, João Paulo	47; 49-52
Matriz H	14; 40-41; 109
May, Ernest	23
Moholy-Nagy, László	14; 49
Mozas, Javier.....	16; 19-20
Narkomfin	13; 22-24; 96
Nova Iorque	13; 16-20; 91-93
Pallasmaa , Juhani	49
Per, Aurora F.	21-22
Pólis.....	28; 36; 57
Portas, Nuno.....	12; 14; 53; 59
Projecto Venus	32-33
Rogers, Richard.....	45-46; 72
Sequeira, Marta	14, 24-25; 53-55
Smithson, Alison	14; 51; 53
Smithson, Peter	14; 51; 53
Teige, Karel	23-24
Unidade de Habitação de Marselha	13-14; 24-25; 54; 70; 72; 97-98
Van Eyck, Aldo	14; 51-53; 56
Venturi, Roberti.....	50; 66; 129

Anexo 1 - Imagens

Informação referente aos pontos 1. Dispositivos Urbanos, 2. A Rua, 3. Reflexões sobre o Espaço Intersticial e 4. Projecto.

1. Dispositivos Urbanos

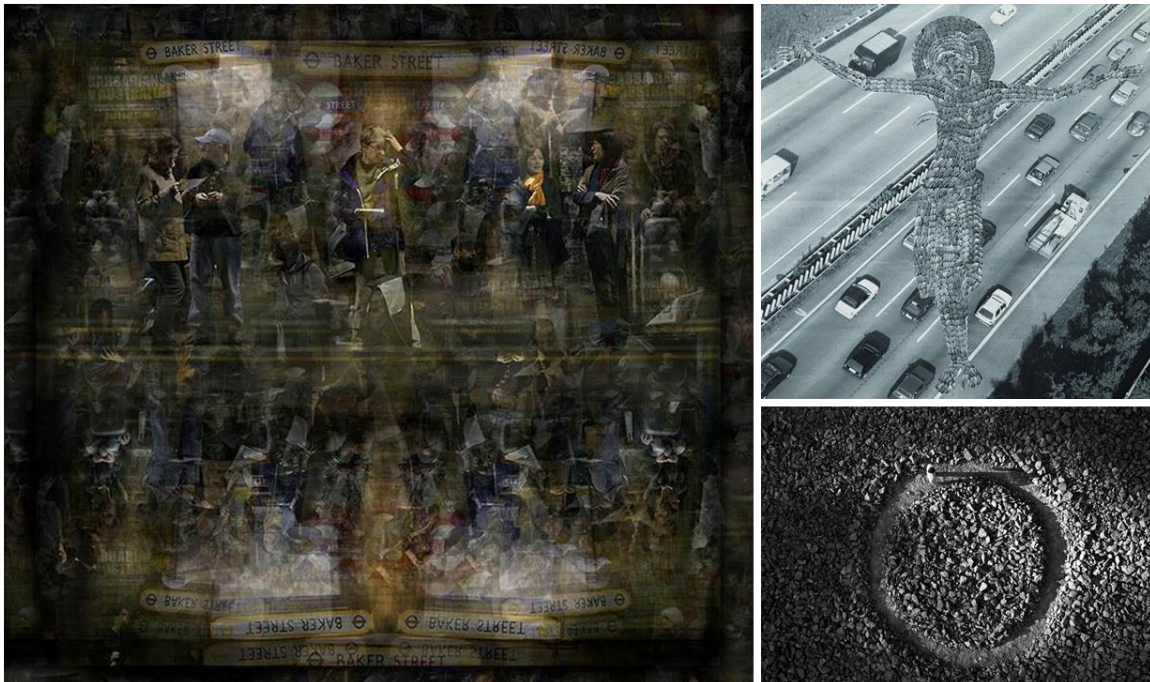


Imagem 1 – London Tube. Baker Street. Symphony 1 – Valera & Natasha Cherkashin.

Imagem 2 – Untitled - Thomas Bayrle.

Imagem 3 – Untitled - Germán Herrera.

1.1. Híbridos

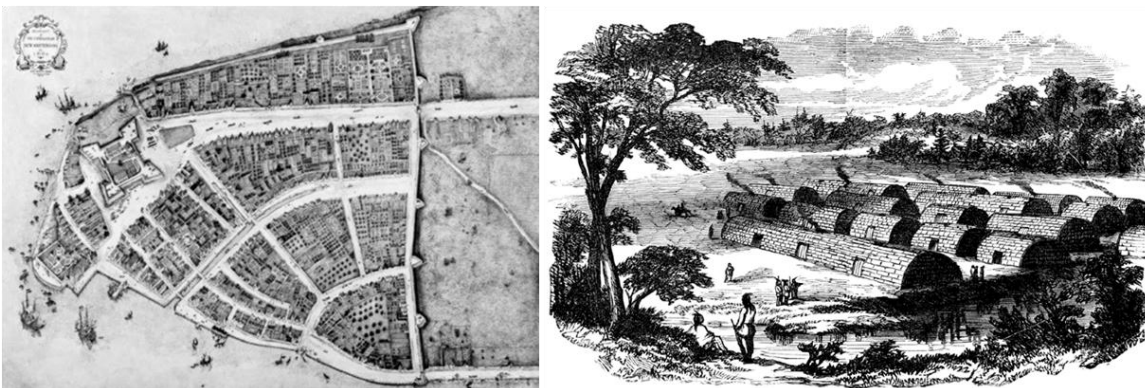


Imagem 4 – Mapa de Nova Amsterdão, actual Nova Iorque, em 1660.

Imagem 5 – Colonização de Manhattan.

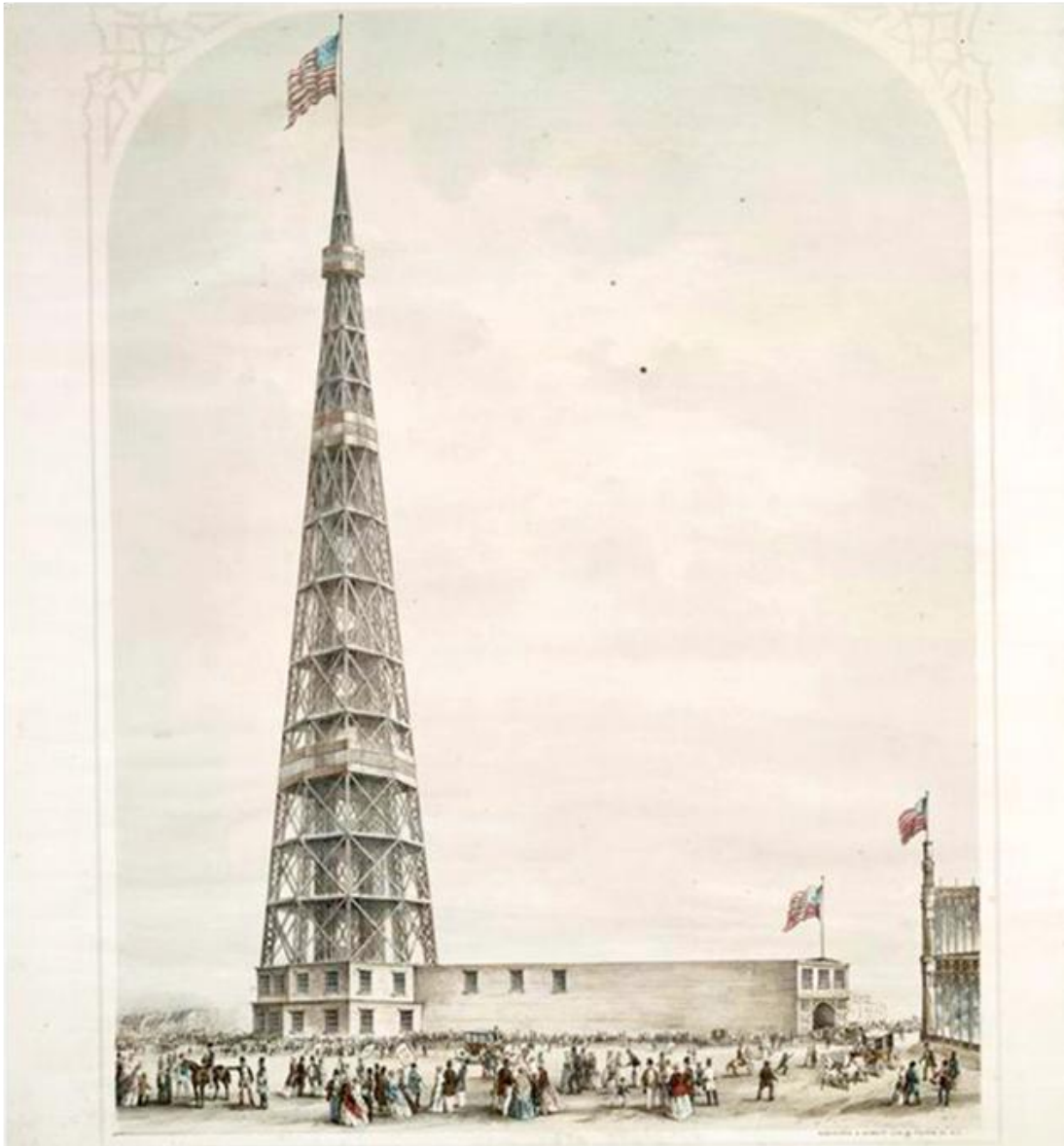


Imagem 6 – Palácio de Cristal de Londres, 1851.

Imagem 7 – Palácio de Cristal de Nova Iorque, 1853.

Imagem 8 – Observatório Lattin em Nova Iorque, 1853.



Imagem 9 – Elisha Otis apresenta o elevador, 1853.

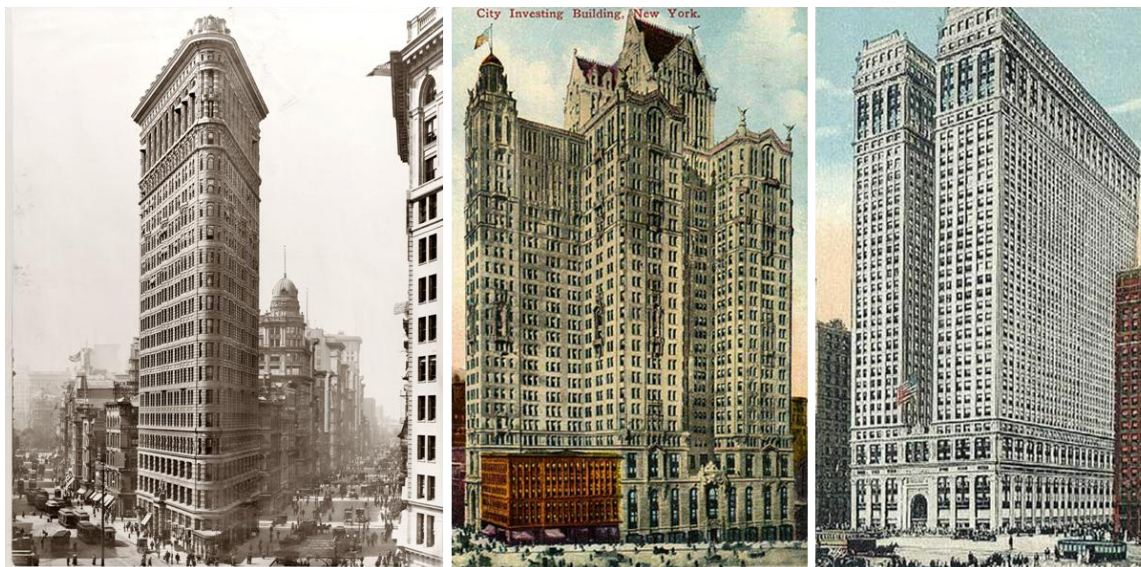


Imagem 10 – Edifício *Flatiron*, projectado por Daniel Burnham em 1902.

Imagem 11 – Edifício *Benenson*, projectado por Francis H. Kimball em 1908.

Imagem 12 – Edifício *Equitable*, projectado por E. R. Graham em 1915.

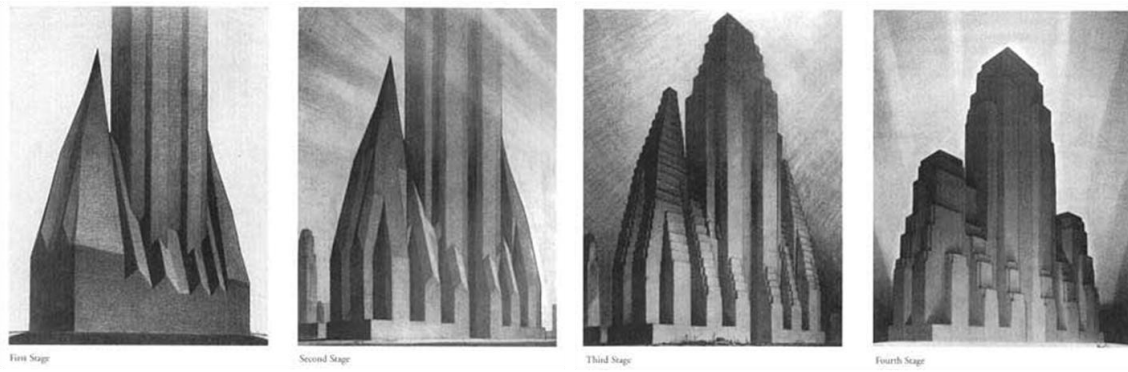


Imagem 13 – Variações de Hugh Ferriss sobre a Lei do Zoneamento em 1916.

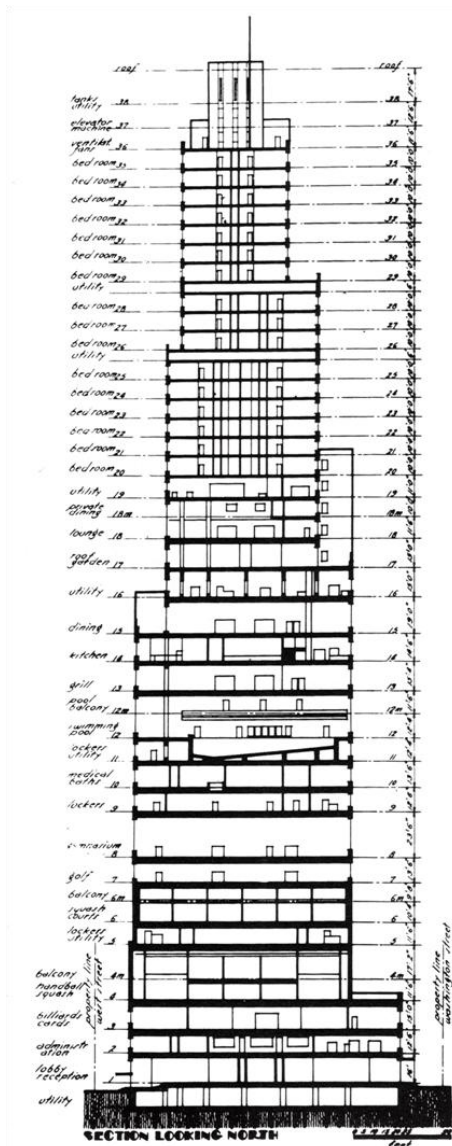


Imagem 14 – Corte do Edifício *Downtown Athletic Club*.

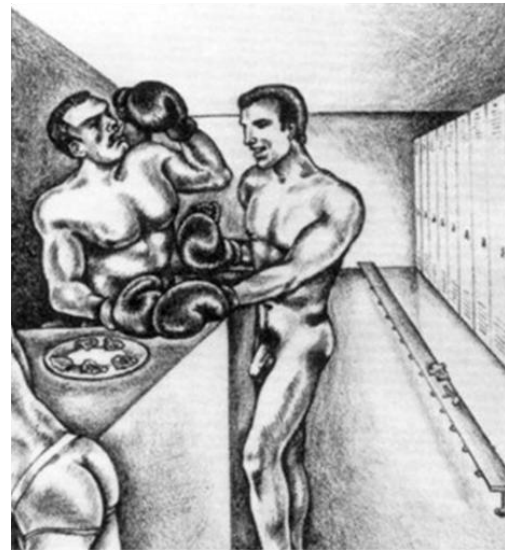


Imagem 15 – "Uma máquina para metropolitanos solteiros".

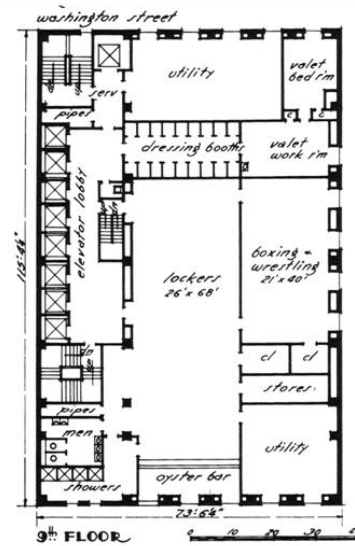


Imagem 16 – Planta do 9º piso do *Downtown Athletic Club*.



Imagem 17 – Planta do Banco de Inglaterra, projectado por John Soane em 1833.

Imagem 18 – Planta do Edifício *Shitty Heaven*, projectado por Simon Evans em 2010.

Imagem 19 – *City* - Celine Meisser.

1.2. Condensadores Sociais

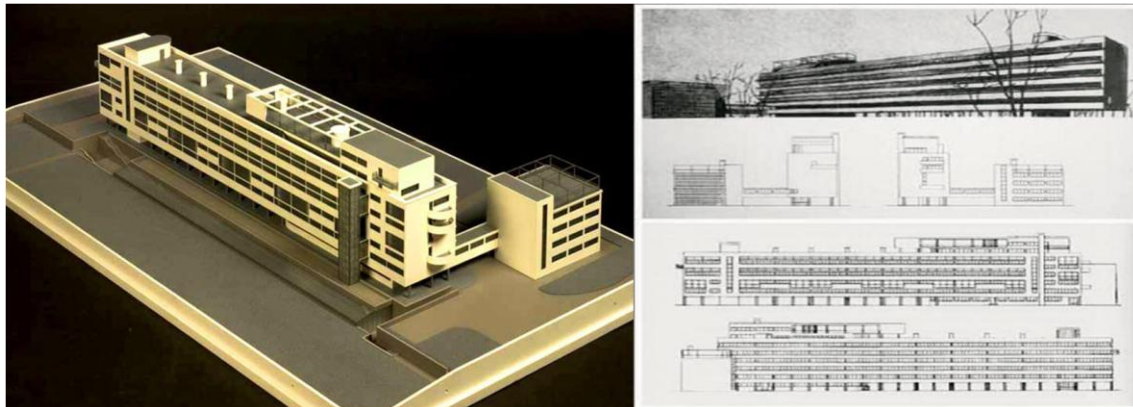


Imagem 20 – Maquete do edifício *Narkomfin*, projectado por Moisei Ginzburg e Ignaty Milinis em 1932.

Imagem 21 – Axonometria e Alçados do edifício *Narkomfin*.

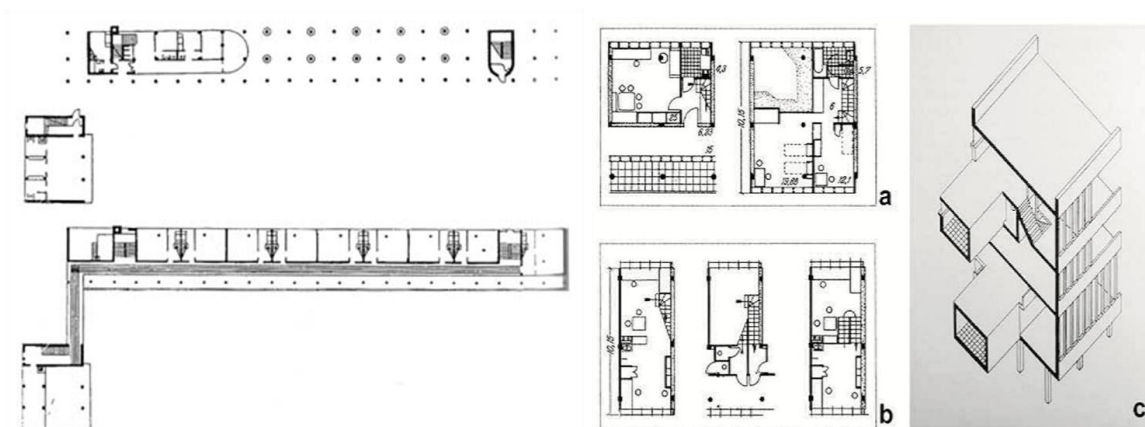


Imagem 22 – Plantas dos pisos 0 e 1 do edifício *Narkomfin*.

Imagem 23 – Diferentes tipologias existentes no edifício *Narkomfin*.



Imagem 24 – Unidade de Habitação de Marselha (UdHdM), 1952 - Le Corbusier.

Imagem 25 – Esquiços referentes ao projecto da UdHdM.

Imagem 26 – Secções da UdHdM.

Imagem 27 – Corredores de acesso às células na UdHdM.



Imagem 28 – Diagrama funcional da Unidade de Habitação de Marselha, ao nível das células.

Imagem 29 – Exemplo de tipologias género duplex da UdHdM.



Imagens 30, 31 e 32 – *Toit-terrace* da UdHdM como ponto de agregação social e como espaço propício a acontecimentos festivos. Quase como uma praça pública edificada.



Imagem 33 – Projecto de Reabilitação para o edifício do Mercado do Chão de Loureiro, em Lisboa – atelier MOOV, 2007.

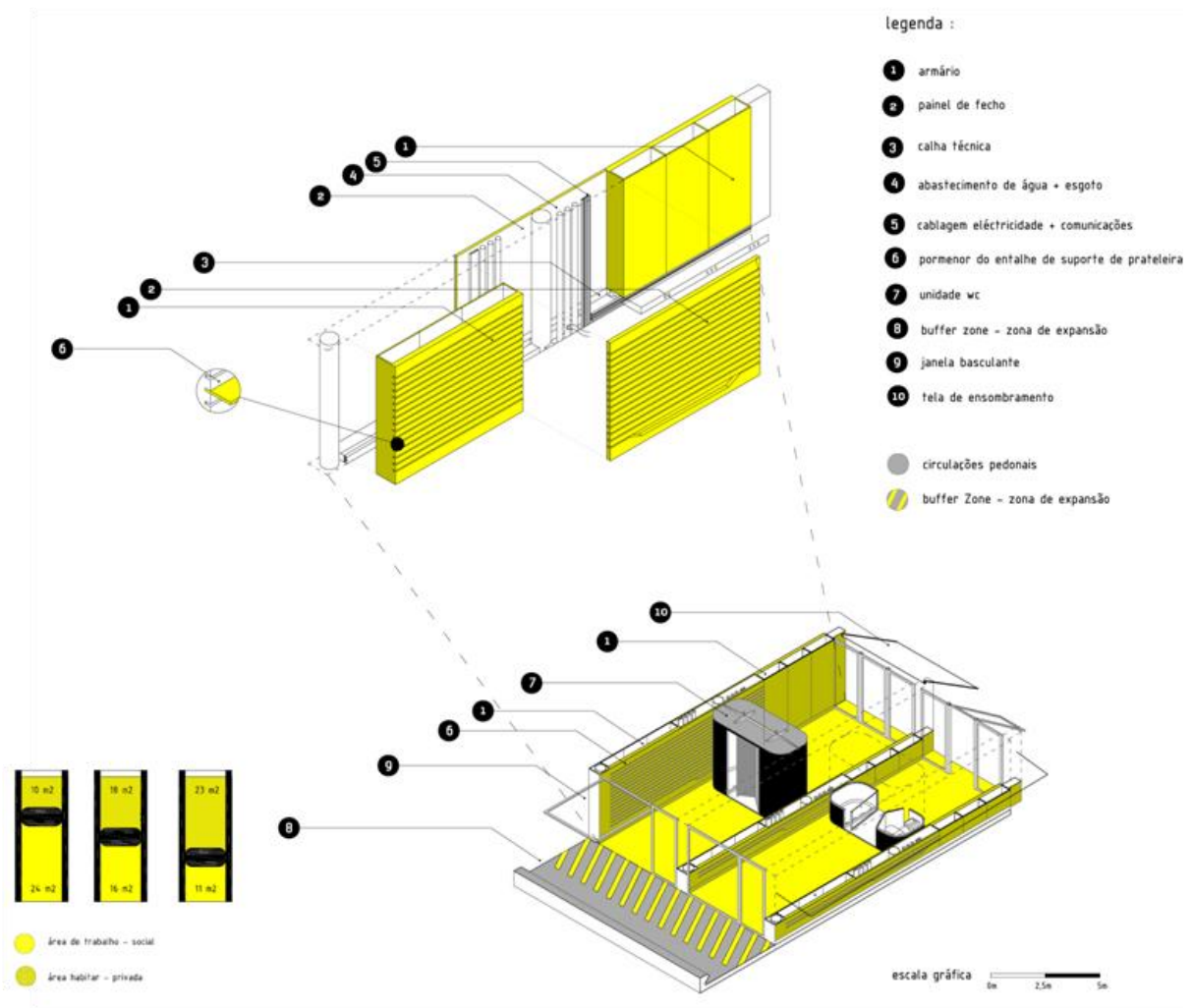


Imagem 34 – Diagrama funcional das células habitacionais, no projecto i5.

Imagem 35 – Espaço de acesso às células, no projecto i5.

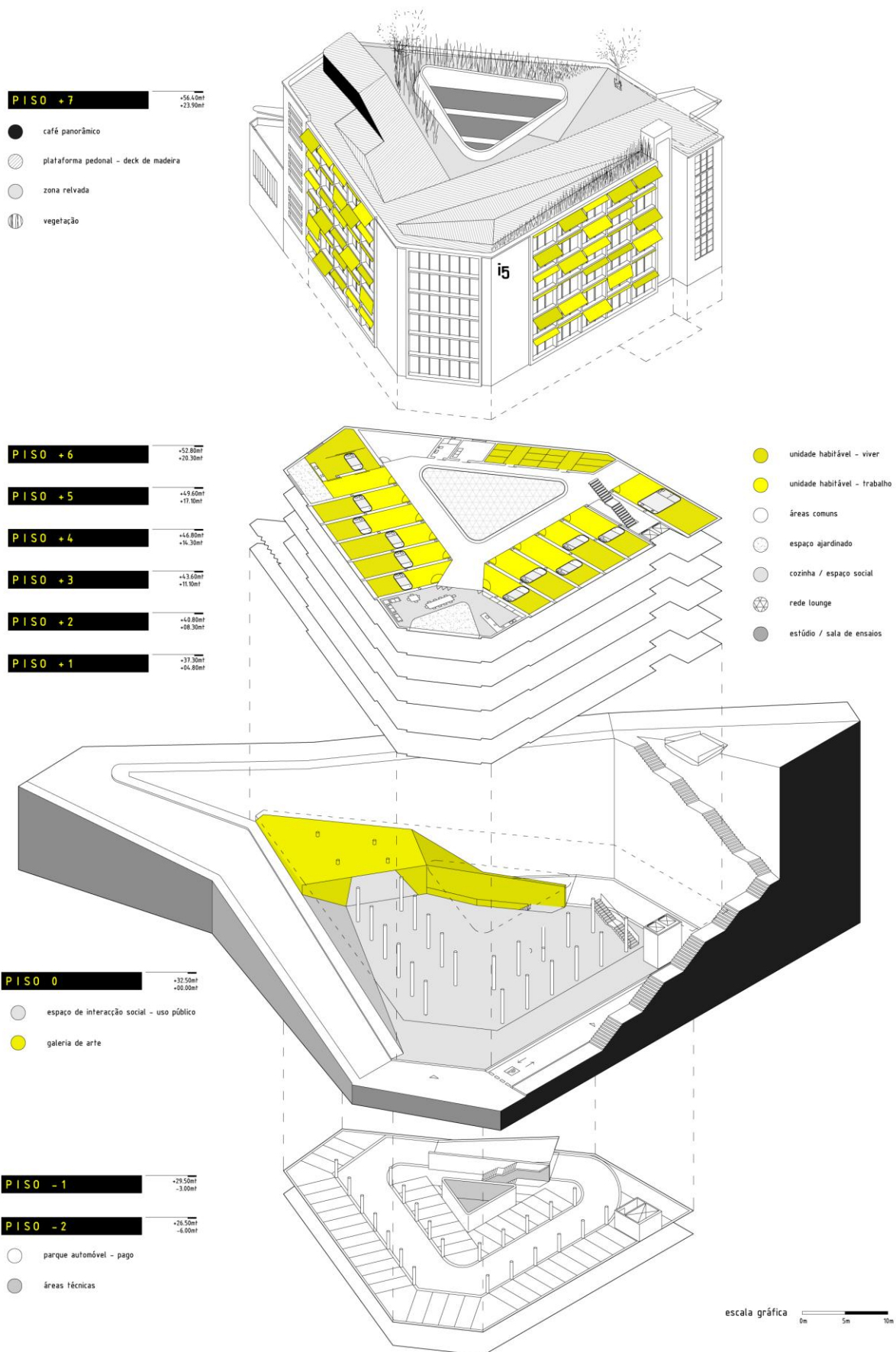


Imagem 36 – Axonometria geral do projecto i5.

1.3. Pensamento Transversal



Imagem 37 – *Raseterfahndung*, 2008 – Thomas Bayrle e Andreas Slominski.

Imagem 38 – Isolamento urbano enfatizado por uma bolha.



Imagem 39 – "...e qualquer pequeno cubículo serve esse propósito". Fotografia representativa da realidade urbana oriental, sobe a forma de um dos muitos hotéis cápsula existentes em Tóquio.



Imagens 40, 41, 42, 43, 44 e 45 – Sequência elucidativa do comportamento padrão da personagem principal do filme *3-Iron* - do realizador Kim Ki-duk.

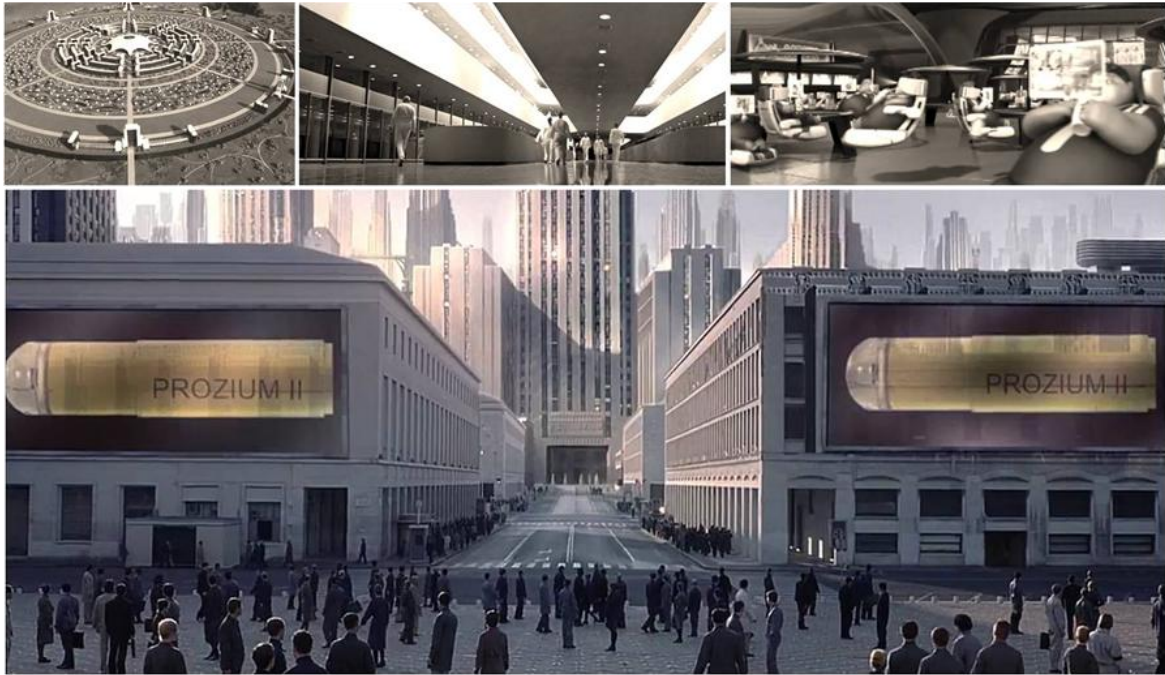


Imagem 46 – Imagem da cidade sugerida pelos criadores do *Venus Project*.

Imagem 47 – Sugestão do imaginário cinematográfico do filme *THX 1138*.

Imagem 48 – A cidade genérica introduzida pela alarmista alusão futurista presente do filme de animação *Wall-e*.

Imagem 49 – A ideia de uma sociedade sem sentimento e dominada pela razão surge expressa no filme *Equilibrium*, quase como anti-clímax ao tendencial crescimento da metrópole.



Imagens 50, 51 e 52 – No final do filme *Zeitgeist Addendum* somos apresentados com uma sequência de imagens que apelam a abolição das diferenças culturais entre pessoas como forma de garantir uma sociedade mais unida. No entanto, este apelo não é mais que a entrada na *civitas* romana, mencionada por Cacciari.



Imagem 53 – Prisão expressa em *THX 1138*, representada através do vazio espacial.

2. A Rua

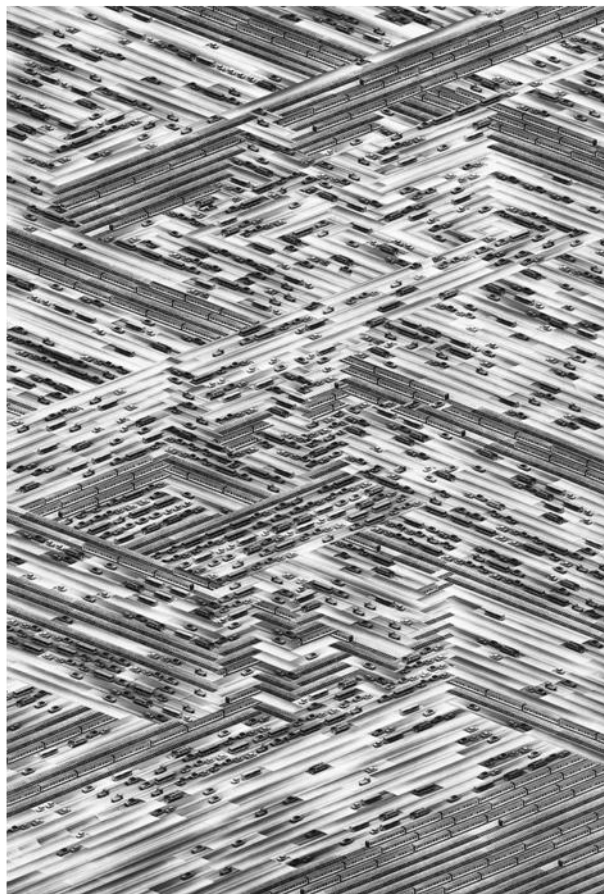


Imagem 54 – Imagem retirada da série de ficção portuguesa "Conta-me como foi". Aqui a sua inclusão prende-se como facto desta transmitir uma noção de rua vivida, em oposição à imagem seguinte que é marcada pelos fluxos dos automóveis.

Imagem 55 – Chama-me Jim, 1976 – Thomas Bayrle.

2.1. Espaço Apropriável



Imagem 56 – Rua holandesa do século XIX.

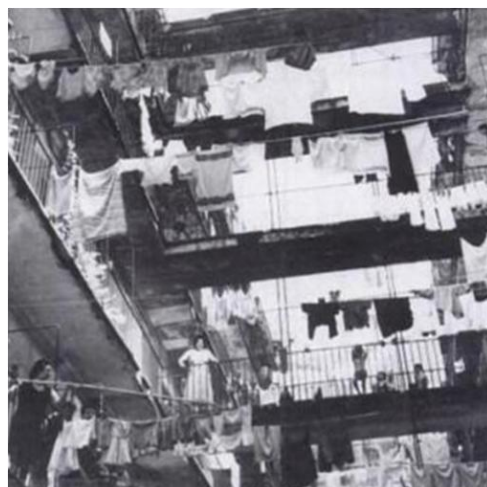


Imagem 57 – Bairro Social em Nápoles.



Imagem 58 – Moradias Haarlemmer Houttuinem, em Amesterdão – projectado pelo arquitecto Herman Hertzberger em parceria com Van Herk e Nagelkerke.



Imagem 59 – Secção esquemática das Moradias Haarlemmer Houttuinem.

Imagem 60 – Bairro operário em Amesterdão.



Imagem 61 – Rua Augusta, Lisboa.



Imagem 62 – Iluminação amarelada, com forma de gerar apropriação nocturna.

Imagem 63 – Iluminação branca de modo a possibilitar uma melhor percepção do espaço.



Imagem 64 – Bairro de Alfama, Lisboa.

Imagem 65 – Imagem retirada do videoclipe da música Teresa, da autoria dos Capitão Fausto.



Imagem 66 – Moradias Haarlemmer Houttuin, em Amesterdão.



Imagem 67 – Matriz H, Chelas.



Imagem 68 – Matriz H, Chelas.

2.2. Espaço de Fluxos



Imagem 69 – *Untitled* - Christian Stoll.

Imagem 70 – Paris. *Art et Metiers Station* - Valera & Natasha Cherkashin.



Imagem 71 – *Boulevard des Capucines* - Jean Beraud.



Imagem 72 – Metro de Superfície em Nice.

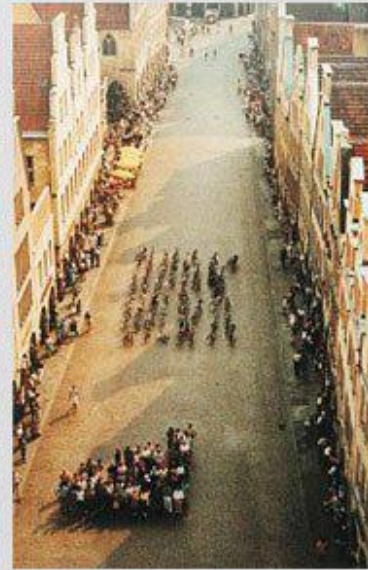
space required to transport 60 people



car



bus



bicycle

(Poster in city of Muenster Planning Office, August 2001) Credit: PressOffice City of Munster, Germany

Imagem 73 – Modos distintos de ocupar uma mesma rua, tendo como factor de diferenciação o tipo de transporte utilizado pelos seus utilizadores.



Imagem 74 – Manifestação "Geração à Rasca", dia 12 de Março de 2011 em Lisboa.

Imagem 75 – Festa dos Santos Populares de Lisboa, 2009.



Imagem 76 – *Plaza Mayor* em Chinchón, Espanha – durante uma tourada.

Imagem 77 – *Plaza Mayor* – num dia de normal funcionamento.



Imagem 78 – *New-York aerial* – Christian Stoll.

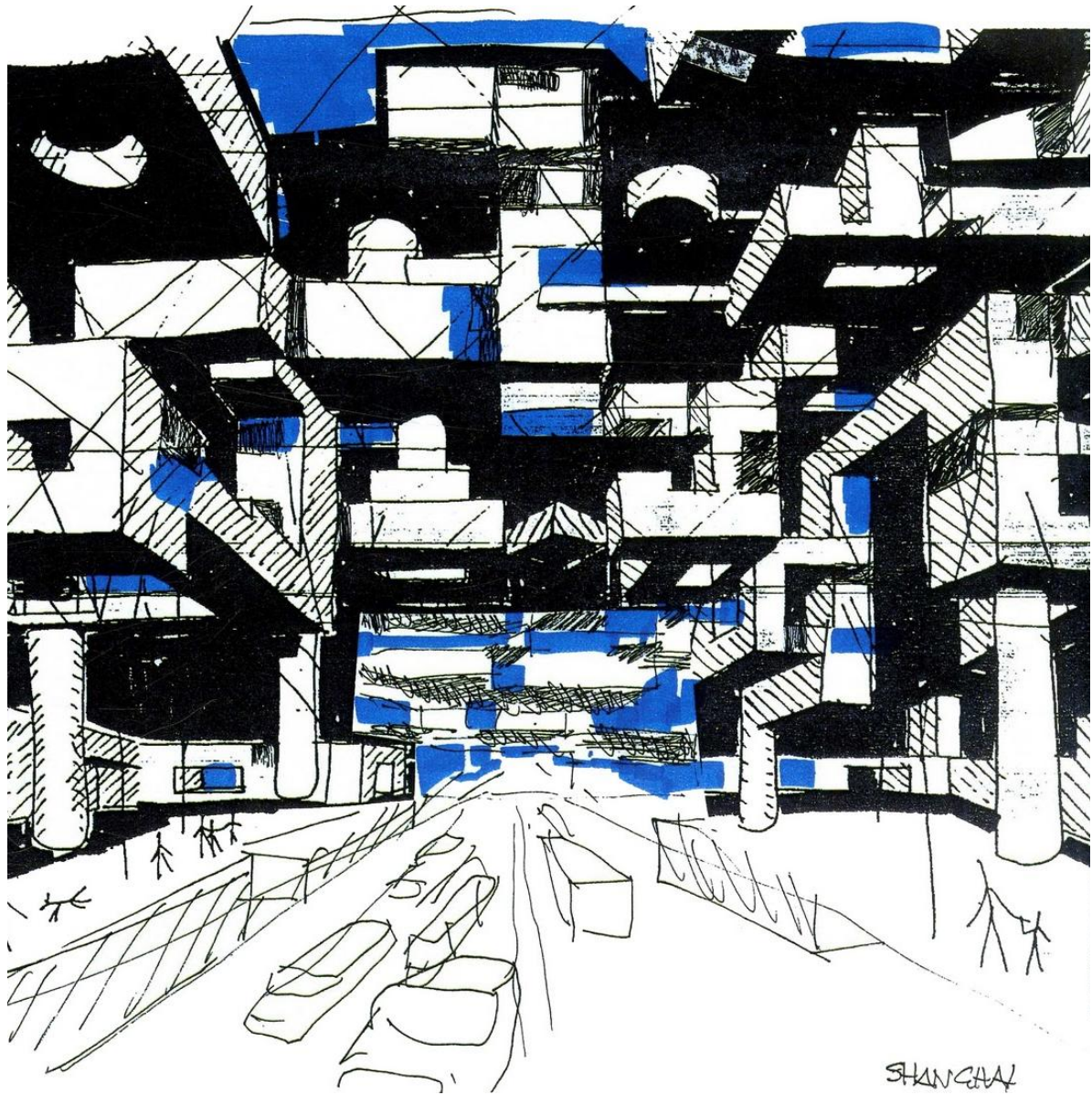


Imagem 79 – Projecto para Shangay – Yona Friedman.

3. Espaço Intersticial



Imagem 80 – Imagem de Introdução ao livro *Lições de Arquitectura* de Herman Hertzberger.

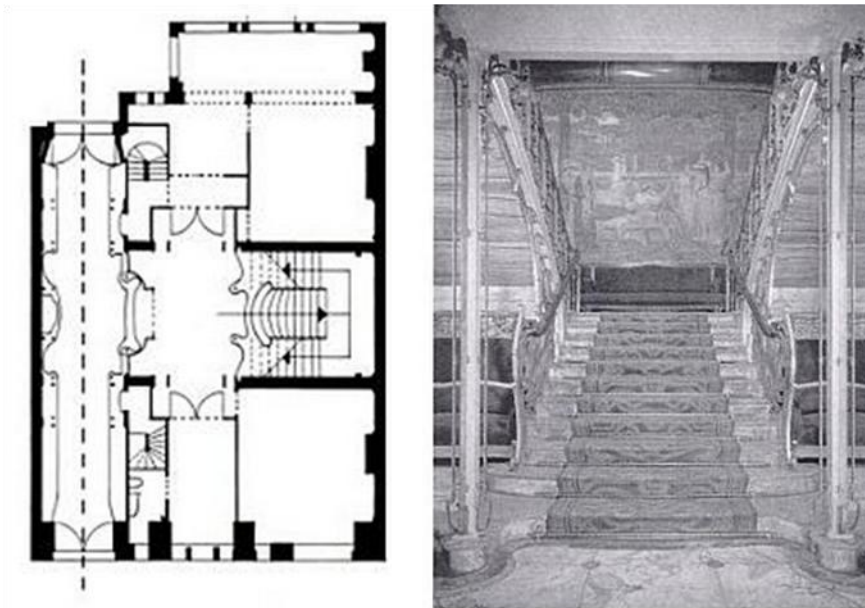


Imagem 81 – "Rua de convivência" em Hamburgo, Alemanha.

Imagem 82 – "Rua de convivência" em Gioggia, Itália.

Imagem 83 – "Rua de convivência" em Roterdão, Holanda.

3.1. Pensamento Intersticial



Imagens 84 e 85 – Escadas do Hotel Solvay, 1896 - Victor Horta.



Imagem 86 – Escola Apollo em Amesterdão, Holanda, 1983 - Herman Hertzberger.



Imagem 87 – Centro Musical Verdenburg em Utrecht, Holanda, 1978 - Herman Hertzberger. Através de pequenos gestos ao nível do projecto vão sendo criados espaços com zonas destinadas a uma apropriação informal.



Imagem 88 – Escola de Evenaar em Amesterdão, Holanda, 1986 - Herman Hertzberger .Neste exemplo específico as guardas são rematadas por um perfil horizontal proporcionando uma nova função ao objecto e ao espaço a ele adjacente.



Imagens 89, 90 e 91 – Conceção da mesa enquanto peça de mobiliário capaz de juntar pessoas e como parte integrante do ambiente familiar.



Imagem 92 – Plataforma Tejo, 2007 - Pedro Ressano Garcia. A preocupação com os limites da cidade é uma preocupação muito actual, no entanto estas zonas fronteiriças são apenas definidas por referências físicas e raramente por escalas entre público e privado.



Imagens 93, 94 e 95 – Diferentes interpretações ao termo "*doorstep*", debatido em 1953 no CIAM 9 em Aix-en Provence.

3.2. Intersticiando

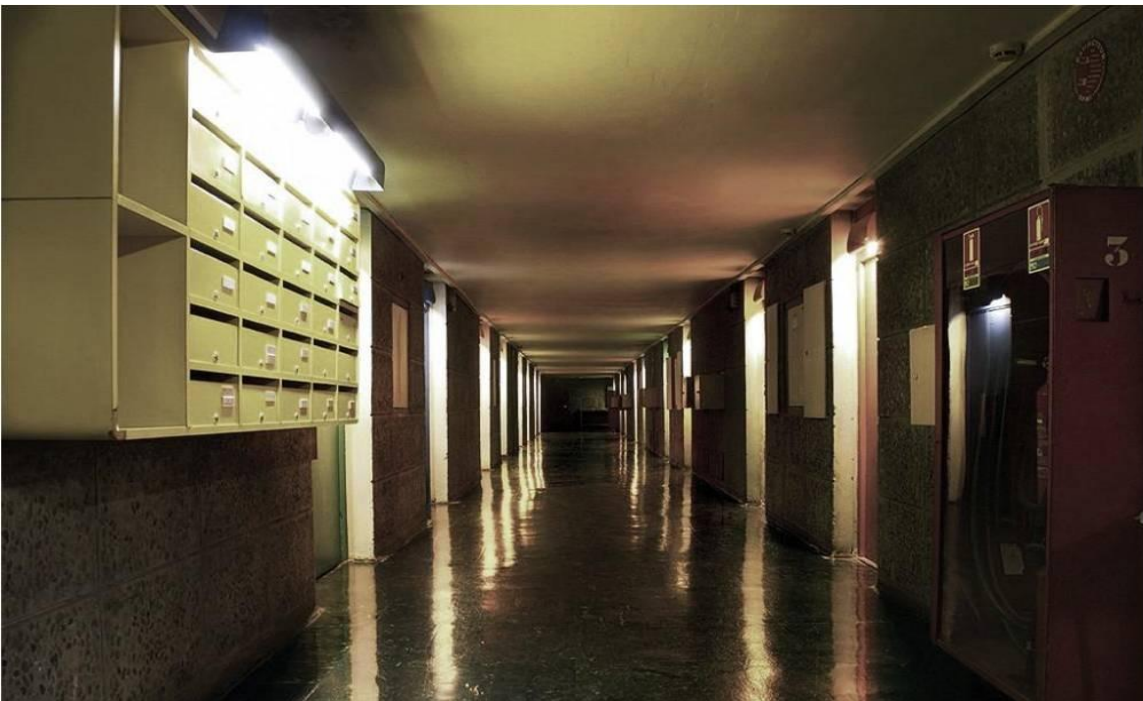


Imagem 96 – Corredores de acesso às células habitacionais na Unidade de Habitação de Marselha.



Imagem 97 – Com a capacidade de nos tirar de uma realidade e de nos colocar perante uma completamente nova, este mecanismo, introduz-nos uma ideia romântica de um rudimentar teletransporte.



Imagens 98, 99, 100 e 101 – Confrontação entre Fluxos Públicos e o Vazio Residencial, proveniente das imaculadas fotos de arquitectura.

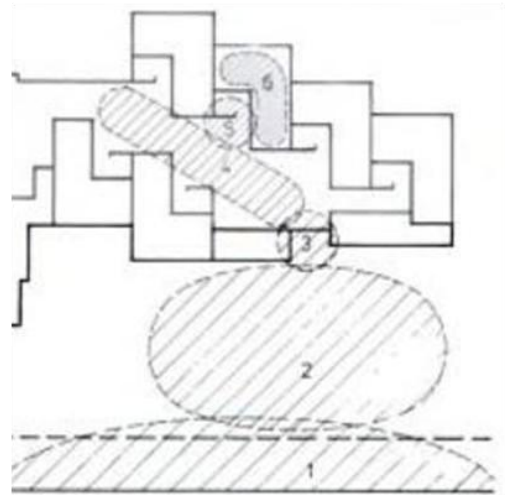


Imagem 102 – Planta da Escola Montessori em Delf, Holanda, 1966 - Herman Hertzberger.

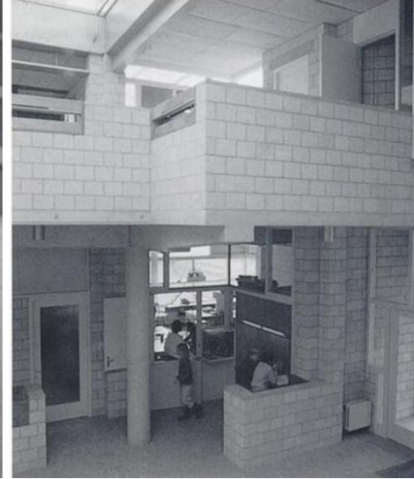
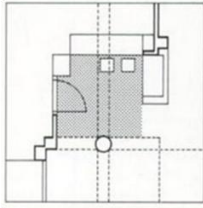
Imagem 103 – Diagrama com as diferentes escalas de privacidade da Escola Montessori de Delf.



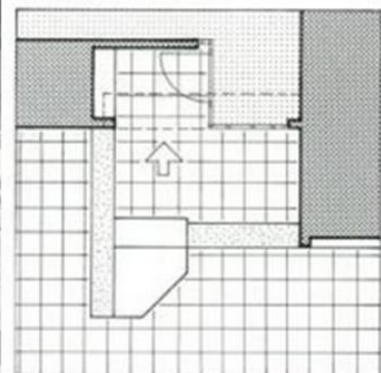
Imagem 104 – Interior do edifício de escritórios Centraal Beheer em Apeldoorn, Holanda, 1972 – Herman Hertzberger.



Imagem 105 – Interior do edifício de escritórios Centraal Beheer em Apeldoorn, Holanda, 1972 – Herman Hertzberger. Ao recriar várias zonas de trabalho, definidas por recantos e mobiliário, os trabalhadores deste escritório sentiram liberdade para personalizarem o seu espaço de trabalho com cores ao seu critério, vasos e objectos de estimação.



Imagens 106, 107 e 108 – Bolsas de privacidade intermédia que medeiam o espaço da sala e o hall principal da escola Apolo em Amesterdão.



Imagens 109 e 110 – Espaço que antecede a porta de entrada na escola de Montessori em Delf.



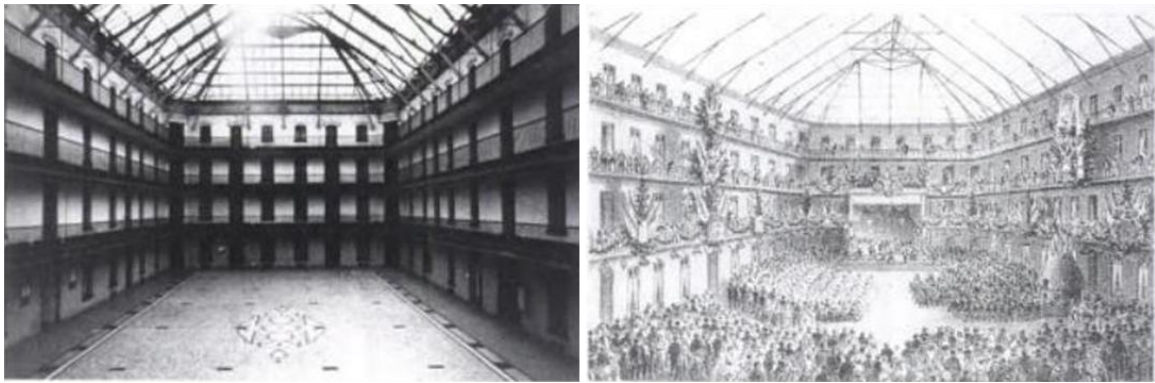
Imagem 111 – Portas de Vidro utilizadas no edifício de escritórios Centraal Beheer.

Imagem 112 – Meias Portas utilizadas no lar para idosos De Drie Hoven em Amesterdão, 1974 - Herman Hertzberger.

Imagem 113 – Dupla Porta utilizadas nas Residências Documenta Urbana em Kassel-Donche, Alemanha, 1982 - Herman Hertzberger.



Imagem 114 – Portas despojada de parede adjacente, retirada do filme *Spring, Summer, Fall, Winter... and Spring* - Kim Ki-duk.



Imagens 115 e 116 – Familistério de Guise em França, 1883 - Victor Calland.



Imagem 117 – Strand Arcade em Sidney, 1892 - John Spencer.

4. Projecto

4.1. Centro de Consumo



Imagem 118 – CC + CC = CC (centro comercial + centro cultural = centro de consumo). A procura de espaços altamente protectores onde as pessoas os consigam habitar sem se terem de preocupar com nada são os ambientes perfeitos para um bombardeamento de imagens e de marcas que conseguem seduzir através de estímulos qualquer pessoa que o atravesse. Todo este processo, cuidadosamente arquitectado, resulta numa cultura excessivamente consumista.

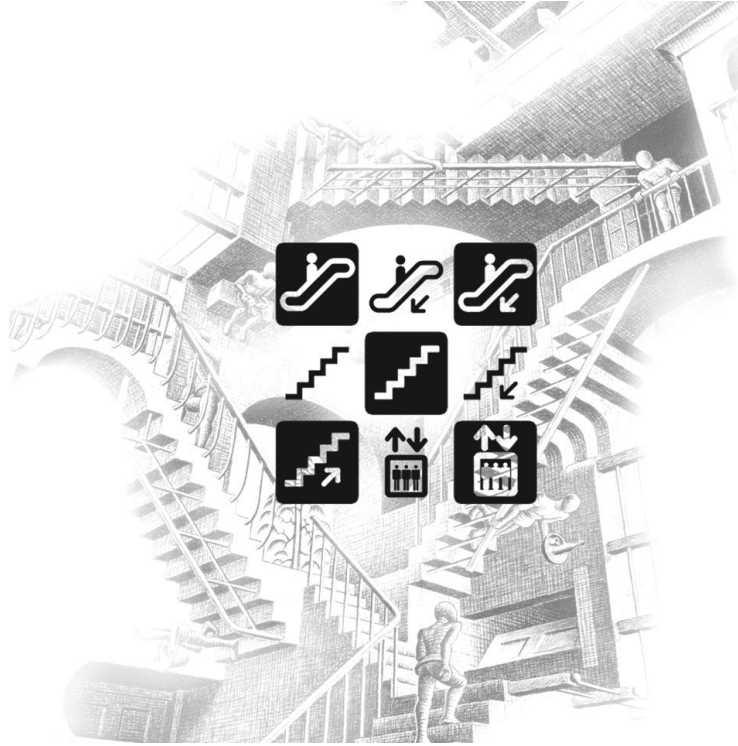


Imagem 119 – Circulação Vertical. Gerar um espaço com vários usos onde estes se dissipam ao longo de um percurso ascendente, parece-me um aspecto interessante a contemplar numa dissertação onde o ponto central é o espaço intersticial em habitação - normalmente utilizado como espaço de transição entre dois pontos e não como um espaço capaz de ser apropriado e vivido - pelo facto de ser uma forma de vencer cotas sem que seja através de elementos isolados do resto do edifício.

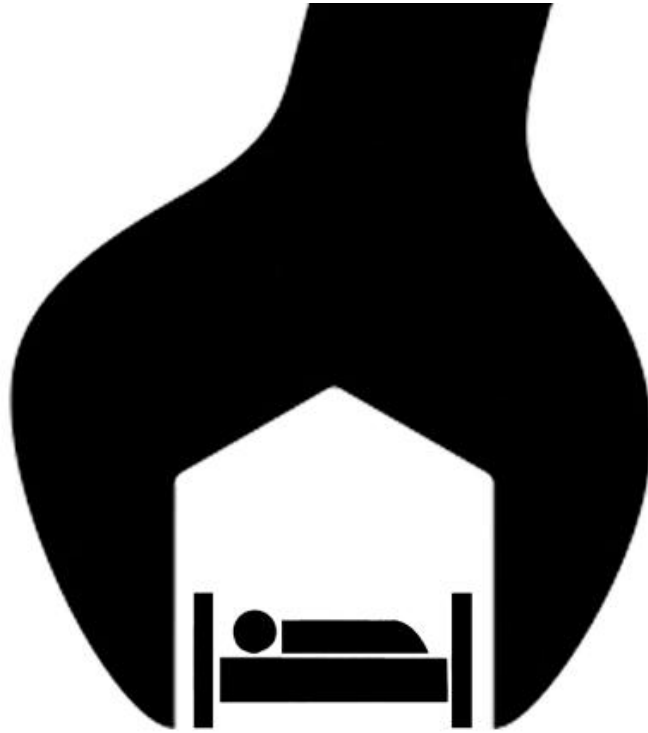


Imagem 120 – Habitação enquanto Espaço Técnico. Com o desenvolvimento do espaço intersticial e com a ideia de continuidade, transmitida através de elementos arquitectónicos como as escadas e as rampas, capazes de assegurarem a sua evolução, o espaço habitacional acabou por ser engolido e condicionado. Surge

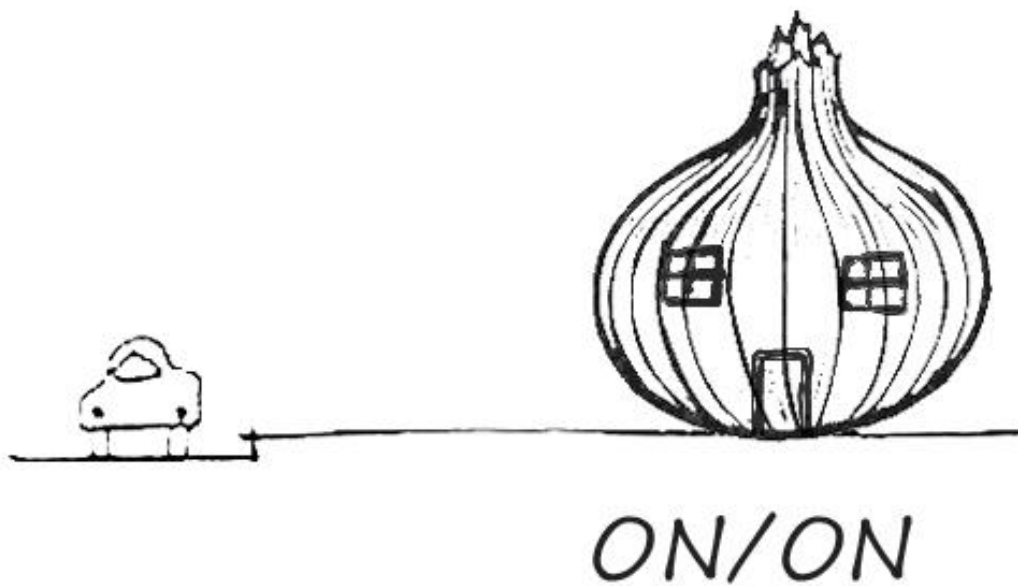


Imagem 121 – Edifícios Cebola – ON/ON. Cada vez mais assistimos a uma valorização do conceito de *Skin* na arquitectura, muito por consequência dos meios informáticos. Enquanto aspirante a arquitecto parece-me muito interessante desenvolver uma investigação sobre um determinado tipo de fachada ou fachadas, no entanto quando o projecto se resume a esse estudo, o projecto ganha uma nova dimensão que facilmente se associa ao *Duck* do Robert Venturi, porém eu prefiro chamá-los de edifícios cebola – ON/ON.

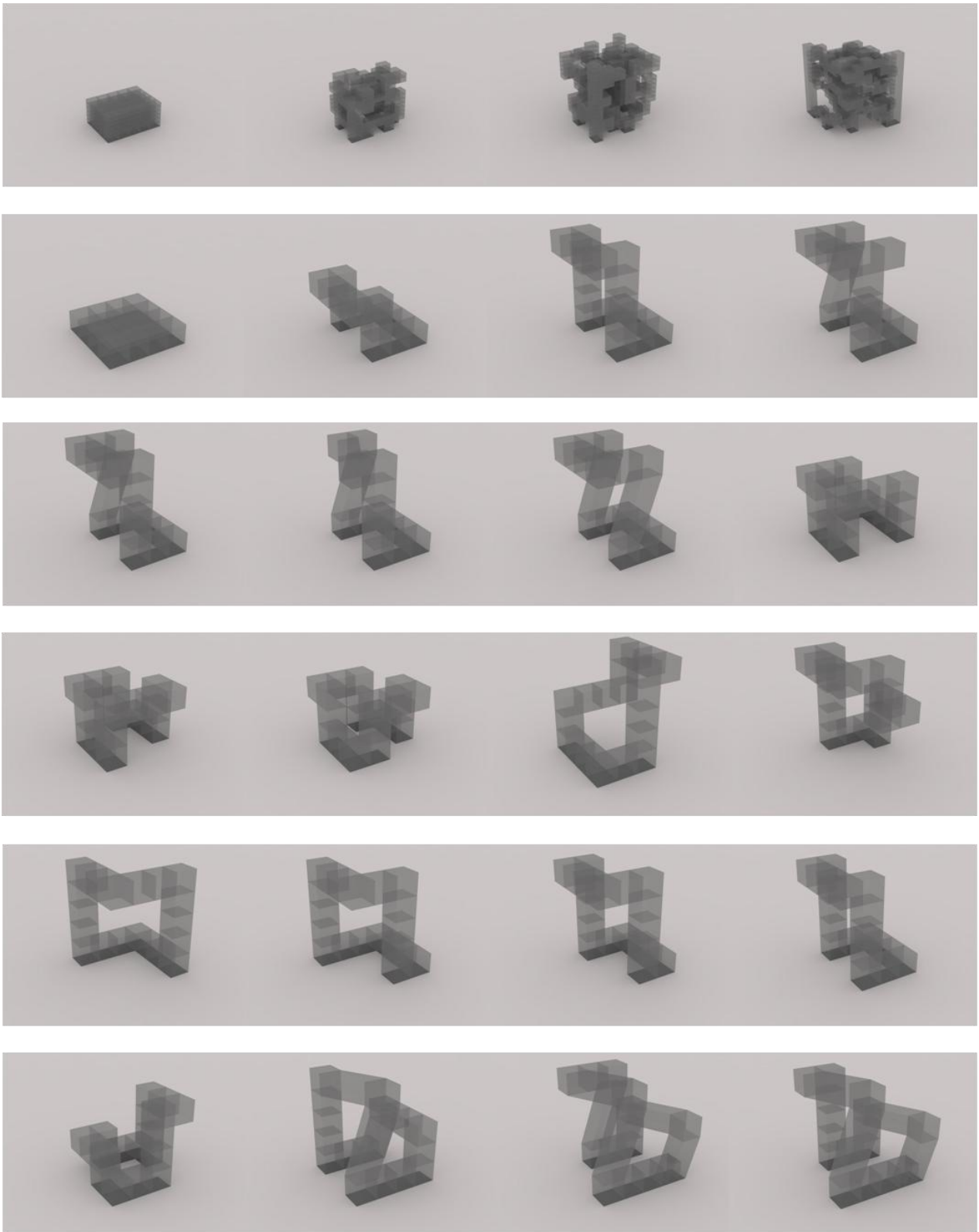


Imagem 122 – Evolução Formal, parte 1

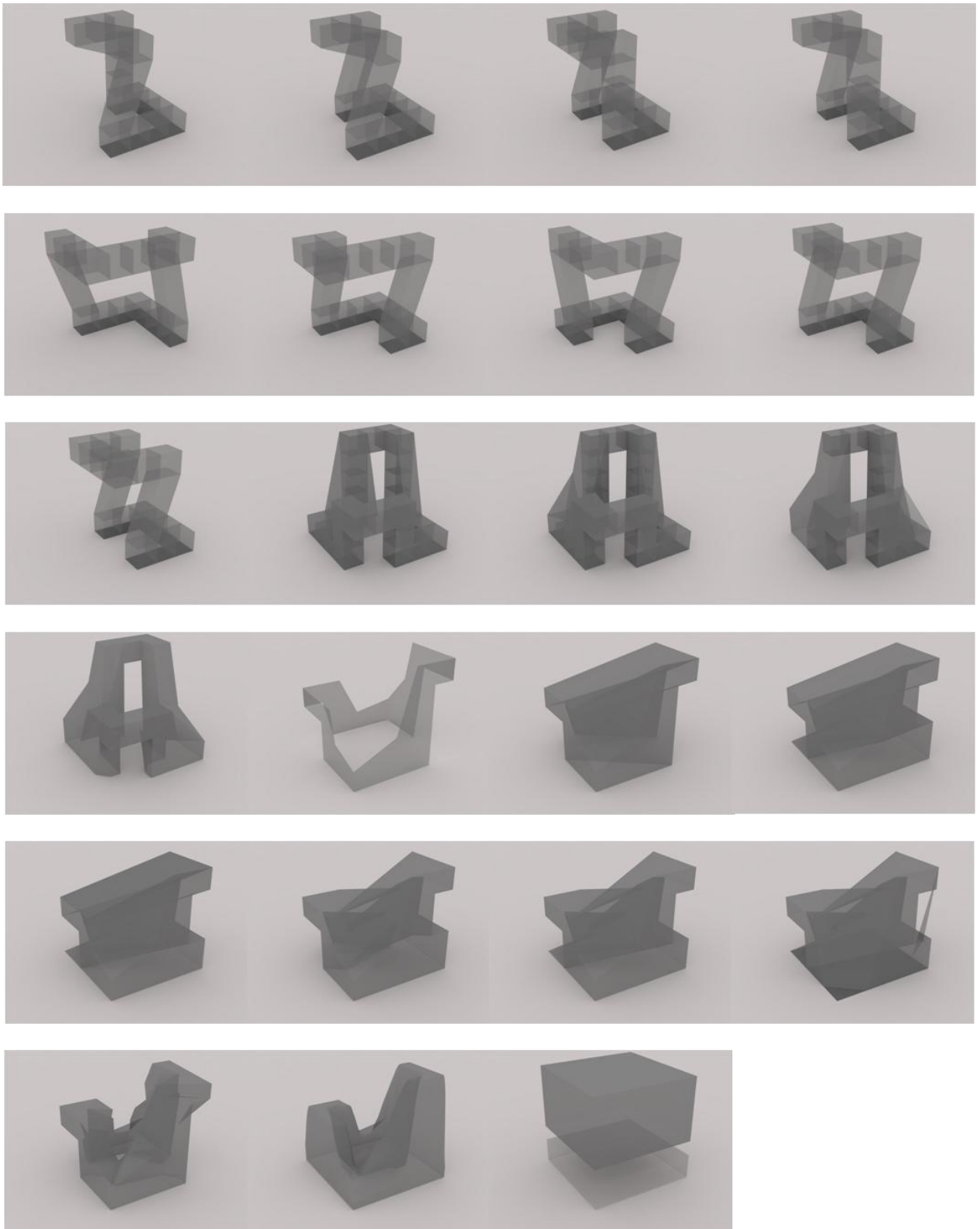


Imagem 123 – Evolução Formal, parte 2



Imagem 124 – Imagem representativa do Centro de Consumo



Imagem 125 – Diagramas Funcionais

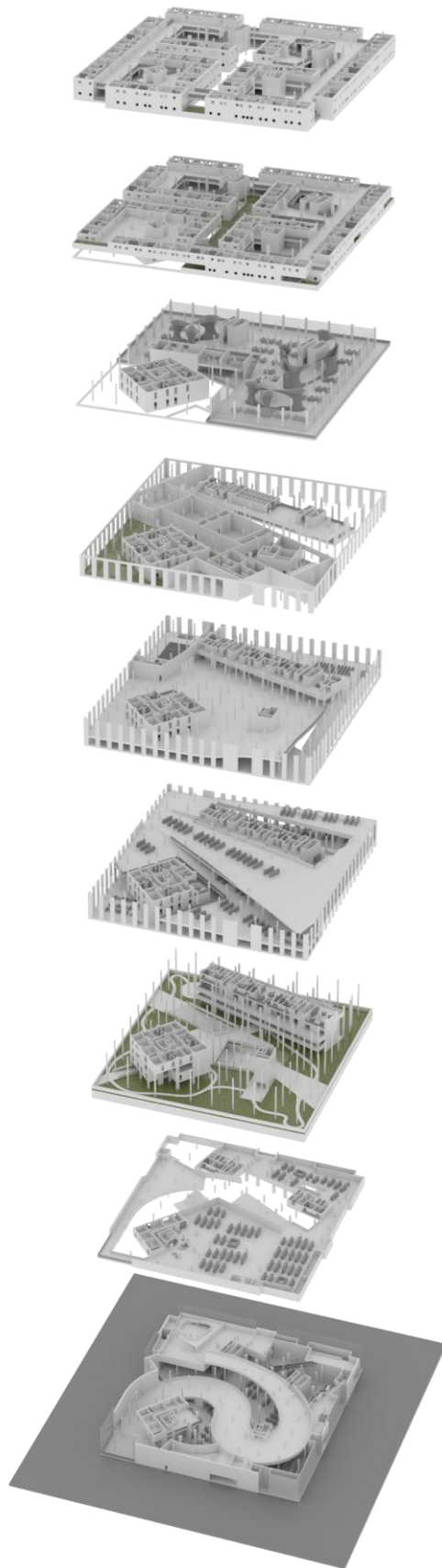


Imagem 124 – Axonometria Explodida

4.2 A Rua Reconstruída

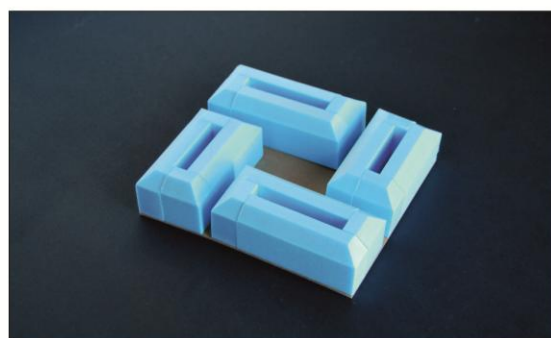
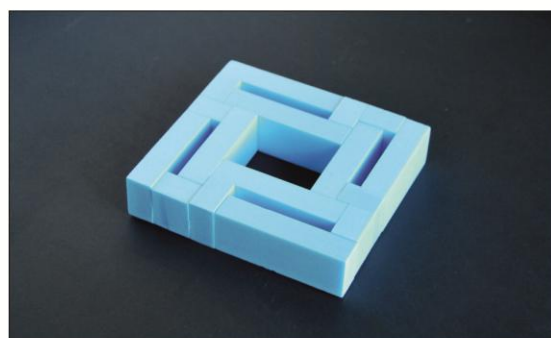
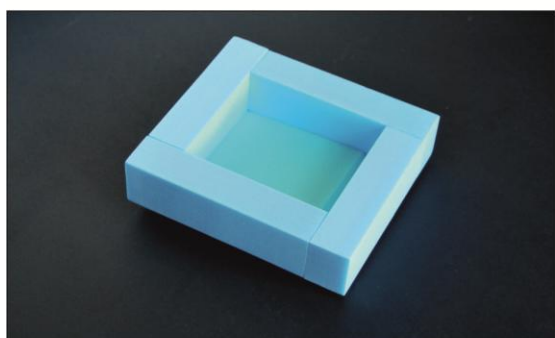
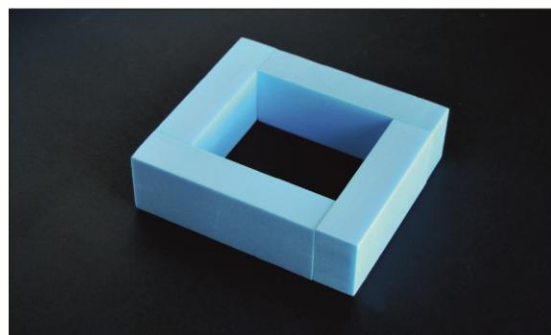
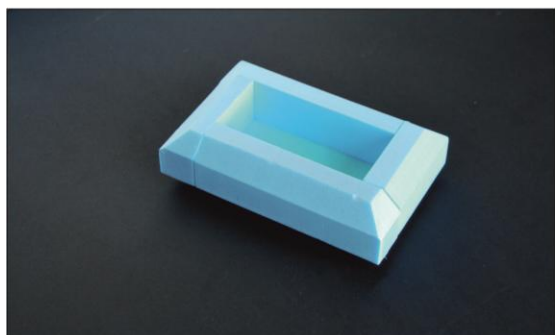
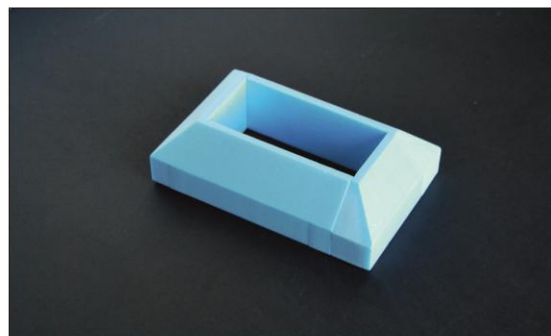
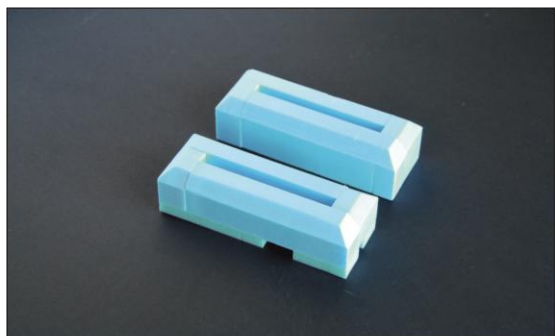


Imagem 125 – Maquetes de Estudo, escala 1/500, parte 1

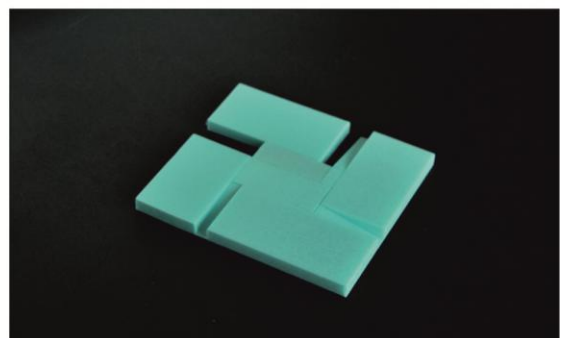
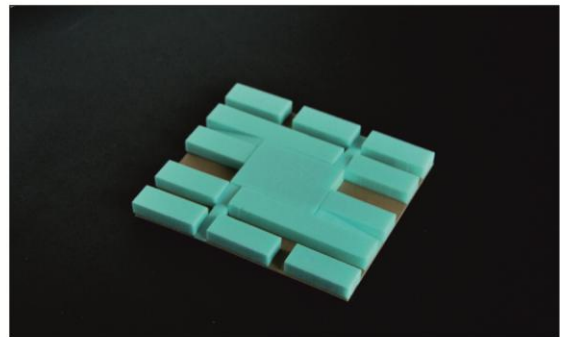
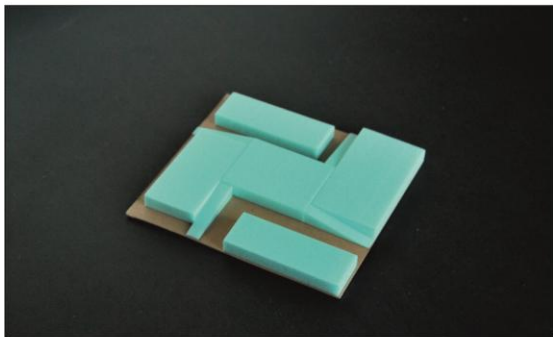
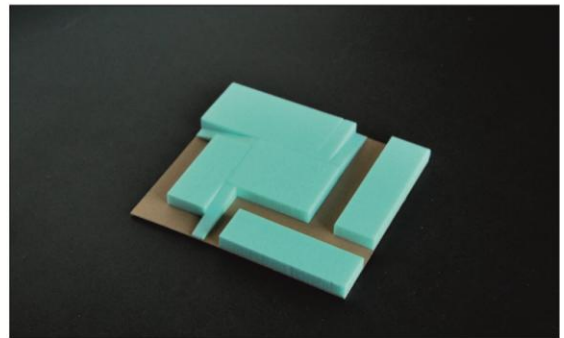
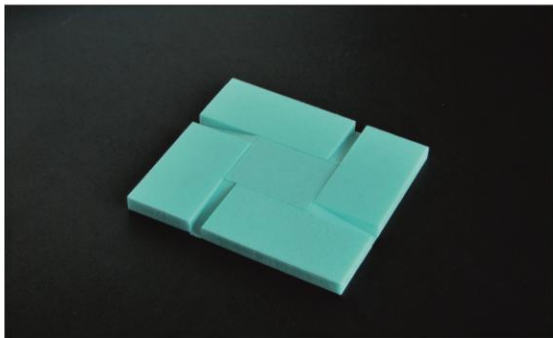
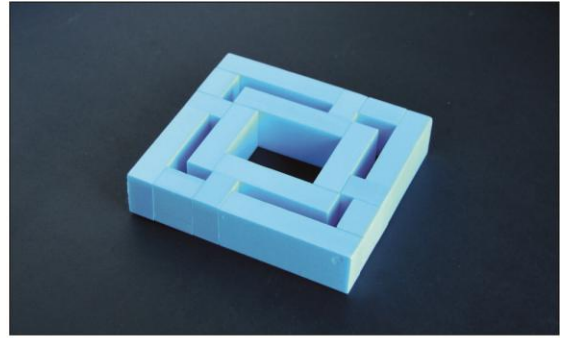
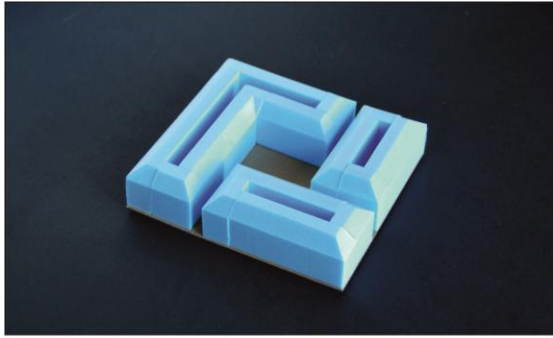


Imagem 126 – Maquetes de Estudo, escala 1/500, parte 2

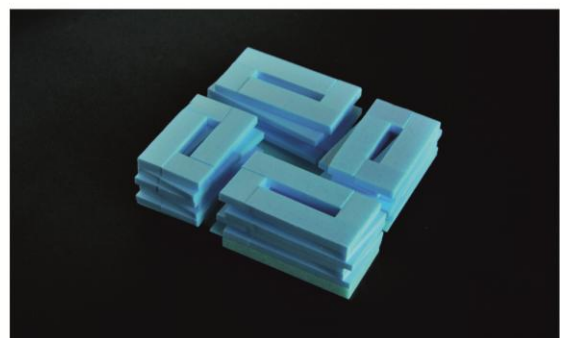
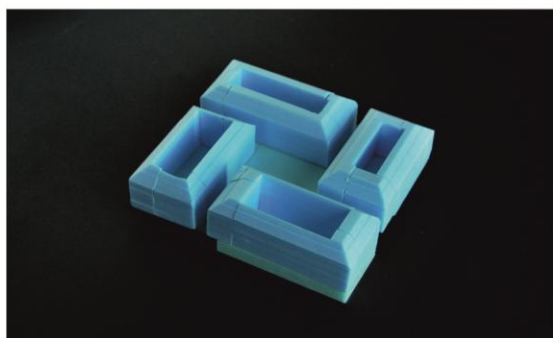
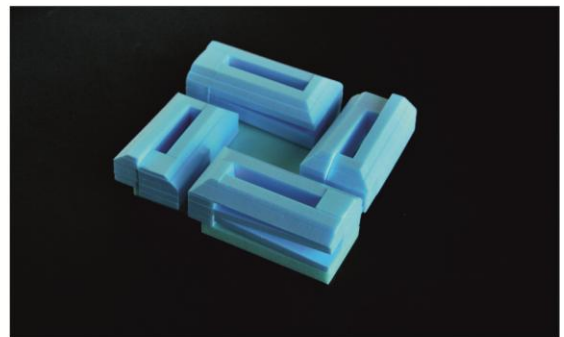
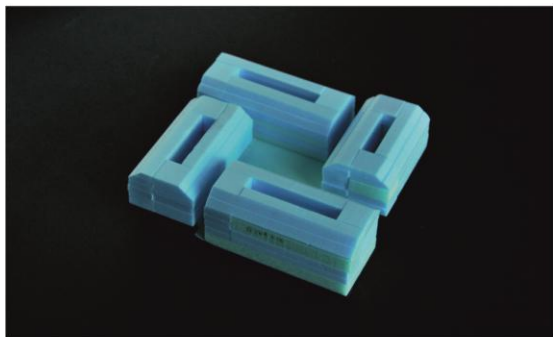
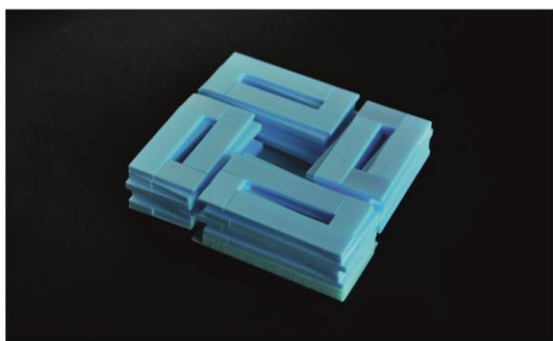
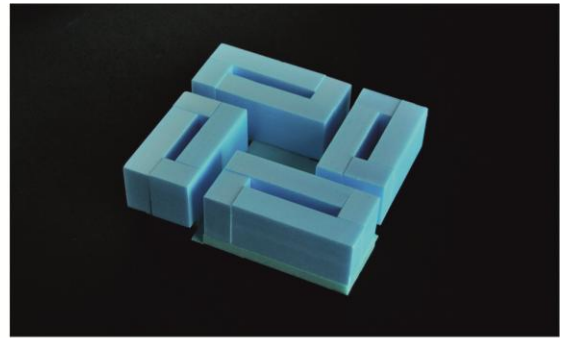
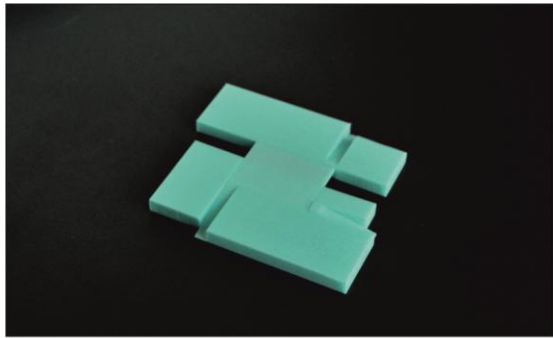


Imagem 127 – Maquetes de Estudo, escala 1/500, parte 3

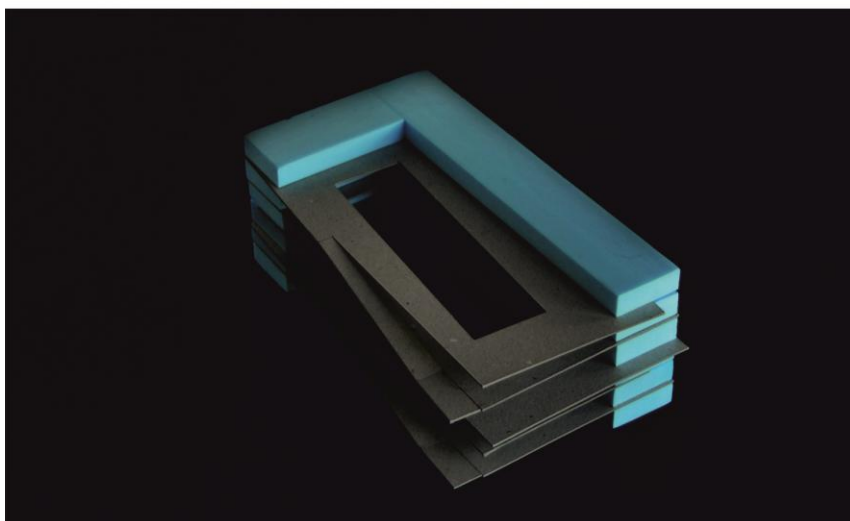
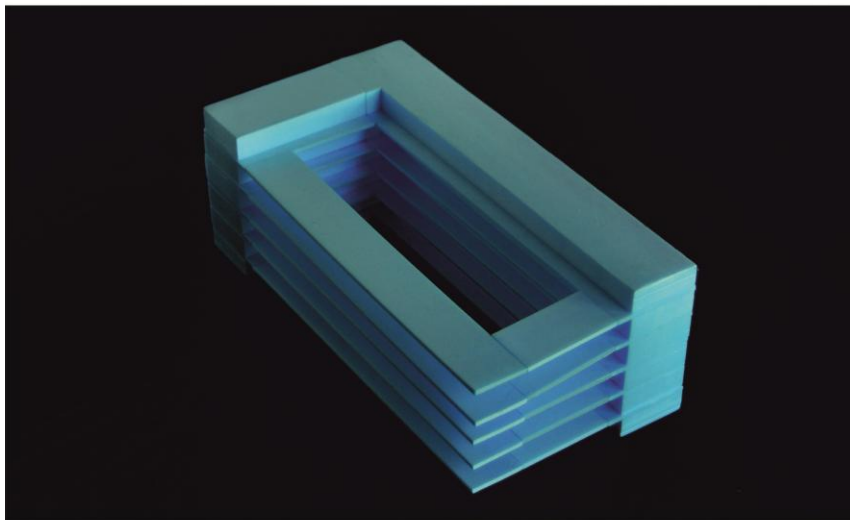
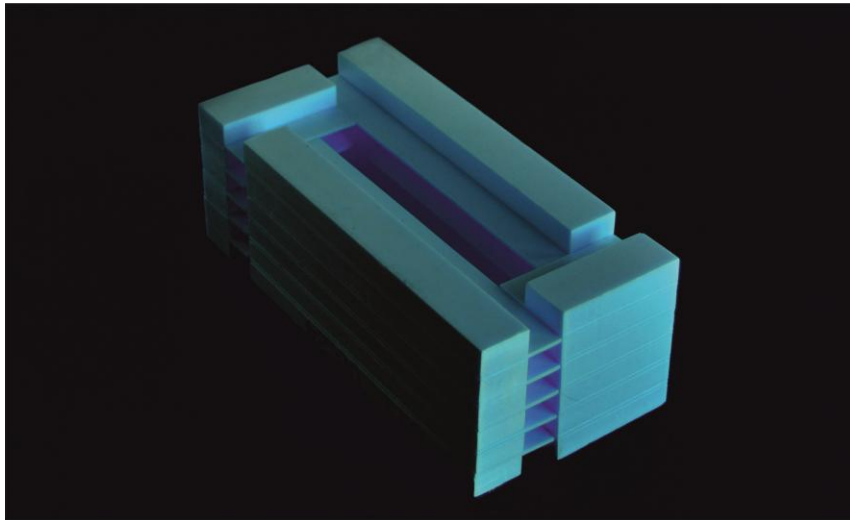


Imagem 128 – Maquetes de Estudo, escala 1/200, parte 1

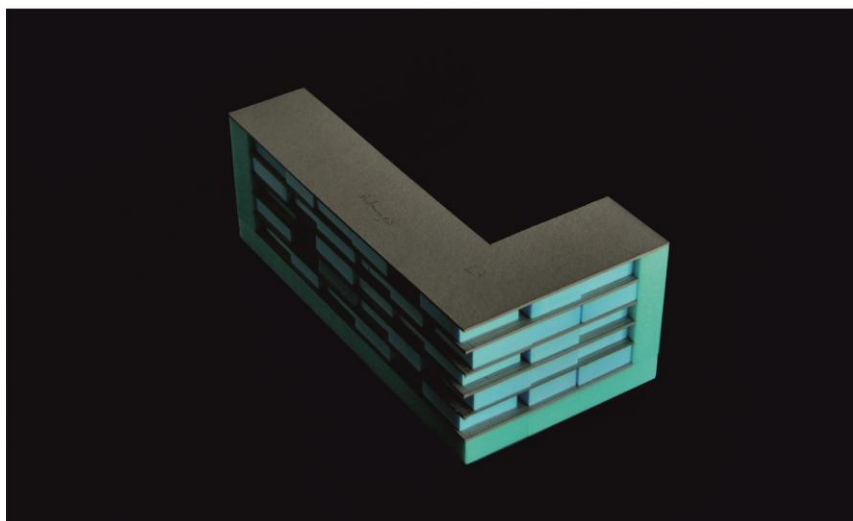
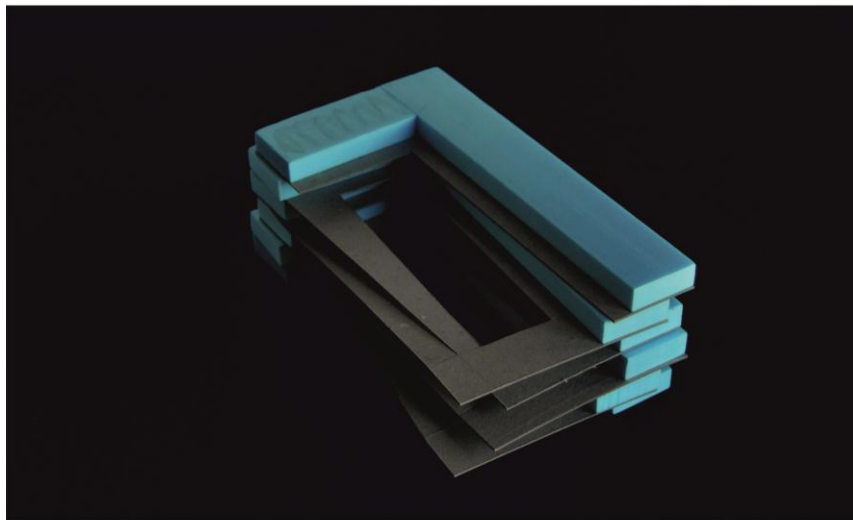
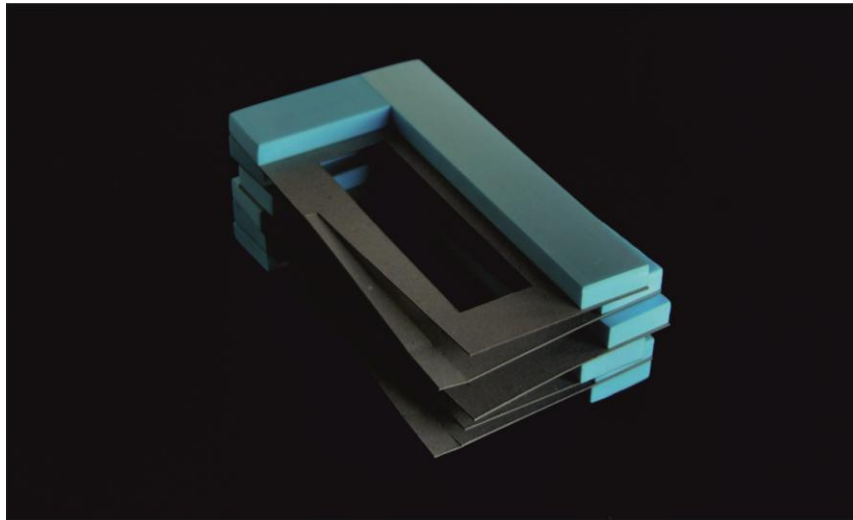


Imagem 129 – Maquetes de Estudo, escala 1/200, parte 2

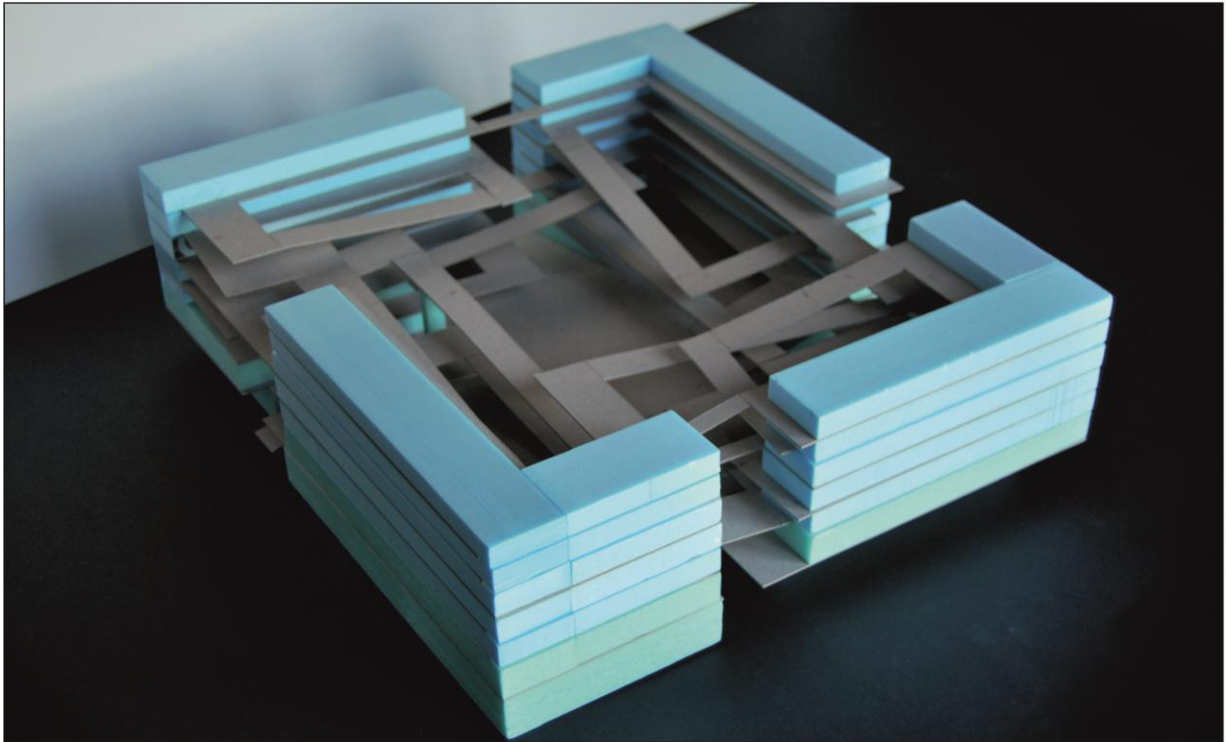
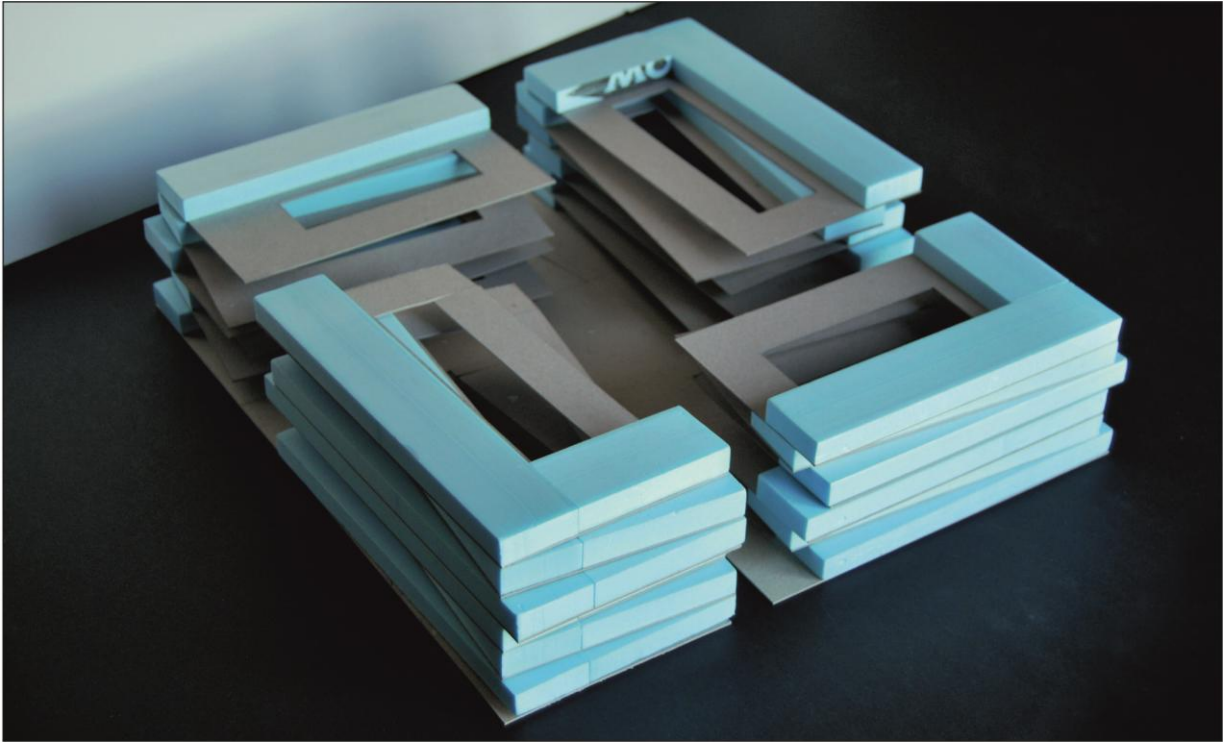


Imagem 130 – Maquetes de Estudo, escala 1/200, parte 3

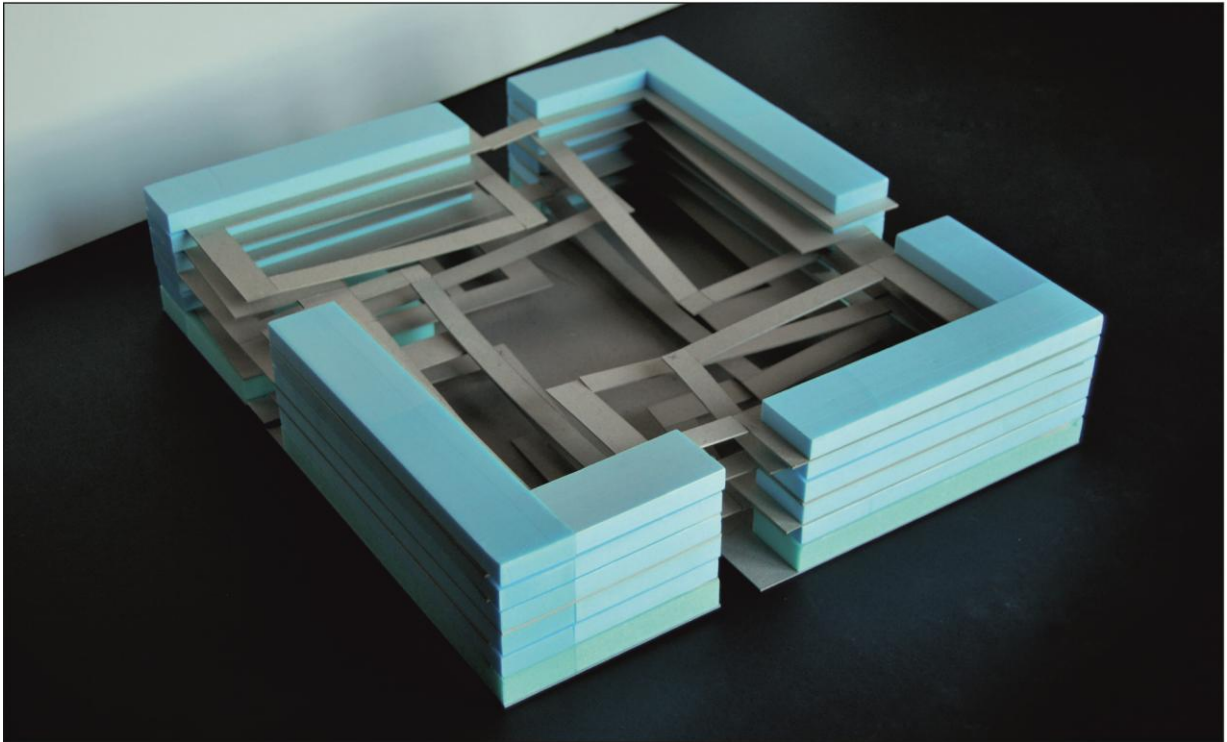
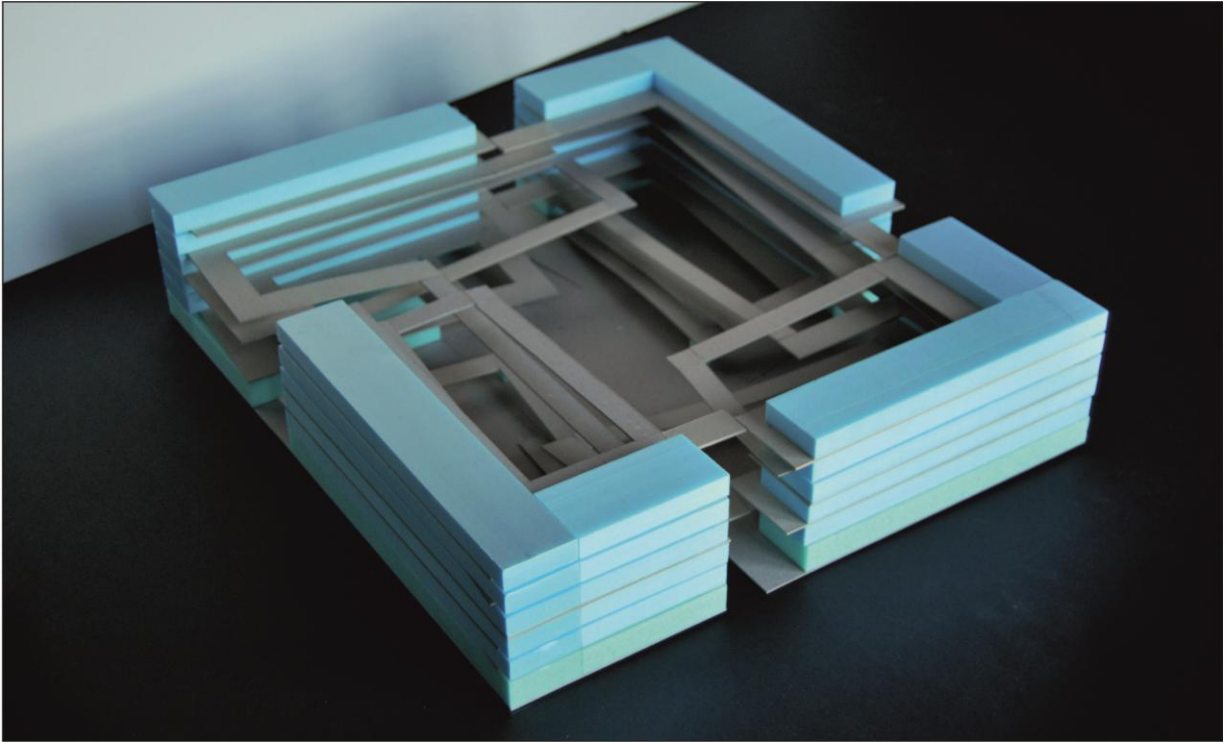


Imagem 131 – Maquetes de Estudo, escala 1/200, parte 4

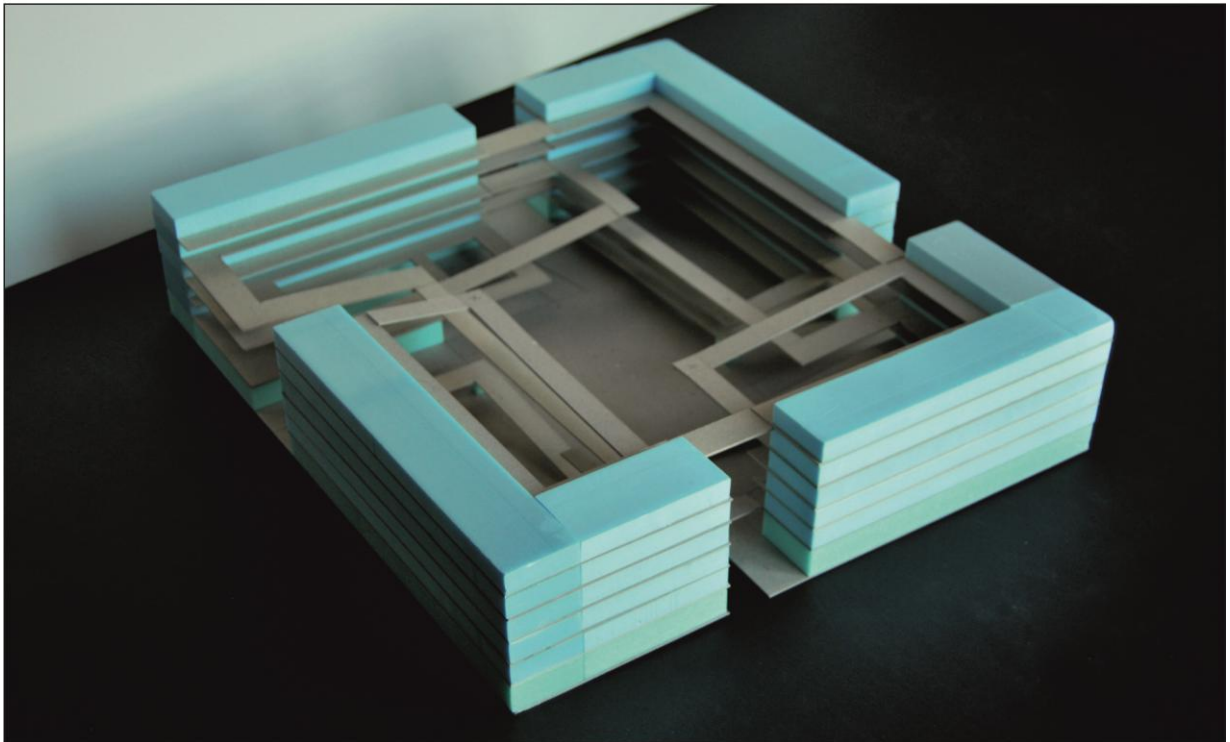
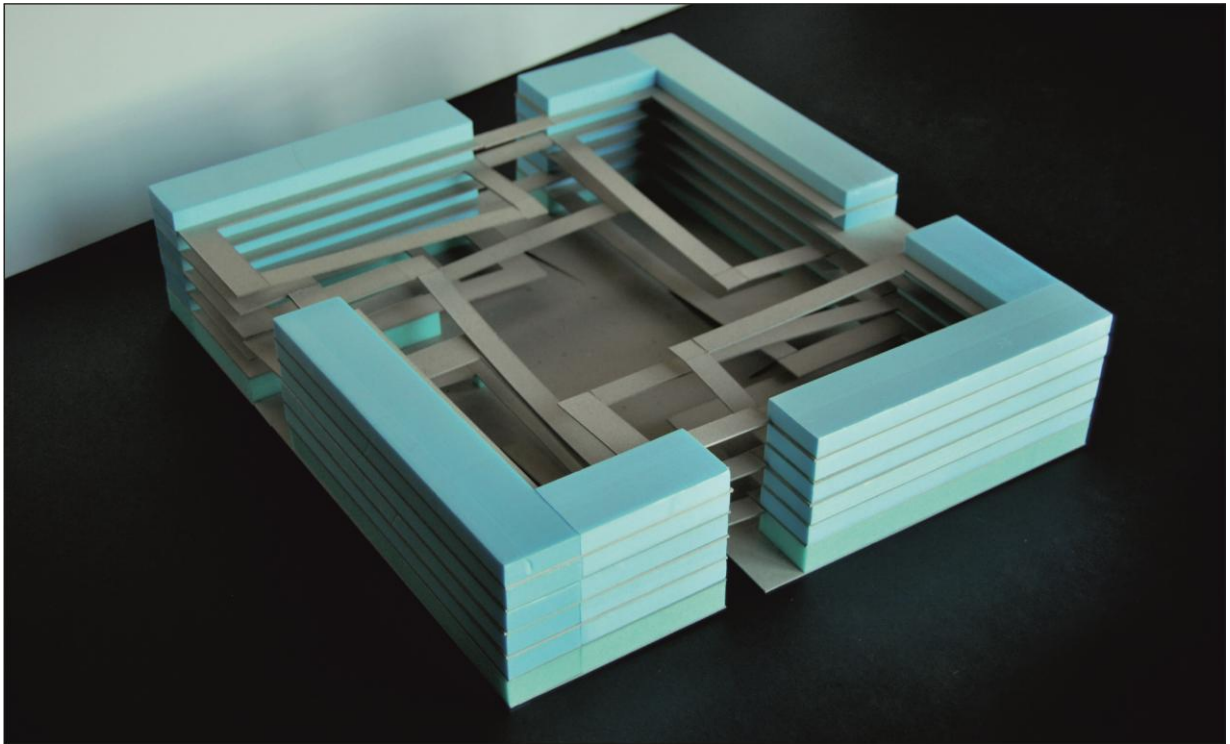


Imagem 132 – Maquetes de Estudo, escala 1/200, parte 5

Anexo 2 - Desenhos Técnicos

Informação referente ao ponto 4.2. A Rua Reconstruída.